

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

**A QUESTÃO DO TERRITÓRIO
NO BRASIL**

8
8Q

4667

2ª edição

EDITORA HUCITEC

A Questão do Território

**A Ocupação Territorial e a Evolução das Cidades
e Vilas Brasileiras (séc. XVI e XVII)**

Pecuária e Produção de Alimentos no Período Colonial

A Questão da Terra na Primeira República

Vida Camponesa: Cultura e Tradição

Sociedade e Reforma Agrária no Brasil

**Os Meios de Comunicação e o Problema do Separatismo
no Brasil**

**O Ideal Fascista e a Colônia Italiana no Norte e Nordeste
do Brasil**

Atualidade do Pensamento de Josué de Castro

O Norte e o Nordeste na Obra de Orlando Valverde



9788527103183

EDITORA HUCITEC
PARA VOCÊ LER E RELER

Sociedade global, espaço integrado, Estado e Empresas transnacionais, intenso progresso técnico parecem ser as tendências atuais de profundo e amplo movimento em escala planetária. Mas quais serão as vantagens desse acelerado processo?

É neste contexto que se insere *A Questão do Território no Brasil*, de Manuel Correia de Andrade. Nessa obra, o autor apresenta informações necessárias à compreensão desse rápido processo de globalização em forma de "Sistema-Mundo" (Fernand Braudel). Ao mesmo tempo considera os possíveis impactos socioespaciais daí resultantes como as limitações ao poder em escala nacional, regional e local, com prováveis manifestações de fenômenos como fragmentação, desterritorialização, exclusão social etc.

Para o autor, a formação territorial brasileira produziu mais um mosaico de Estados Membros, resultando daí a nossa atual crise de federação. Esta obra nos permite compreender melhor o vasto sistema de relações que se estabelecem entre as Empresas, o Estado, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e a Natureza.

Diante dessa relevante problemática, a Editora Hucitec oferece ao público brasileiro as idéias inovadoras do Professor Manuel Correia de Andrade sobre questões fundamentais para a Economia, o Estado, o Território, a Democracia e o Meio Ambiente no Brasil.

Manuel Correia de Andrade é bacharel em Direito (UFPE, 1945), bacharel e licenciado em Geografia e História (Unicap), 1947), pós-graduado em Geografia (Universidade de Paris, 1965), professor catedrático concursado em Geografia Econômica da UFPE (1966), fundador, coordenador e professor do Mestrado em Geografia da UFPE (1976/1979), pesquisador emérito da Fundação Joaquim Nabuco (1990), doutor honoris causa pela Universidade Federal de Alagoas (1993), membro do Conselho Científico do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe).

Principais livros publicados: Paisagens e Problemas do Brasil, Brasiliense, São Paulo; A Terra e o Homem no Nordeste, Atlas, São Paulo e edição norte-americana em inglês da New Mexico University Press; O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil, Hucitec, São Paulo; Estado, Capital e Industrialização do Nordeste, Zahar, Rio de Janeiro; Espaço, Polarização e Desenvolvimento, Atlas, São Paulo; Imperialismo e Fragmentação do Espaço, Contexto, São Paulo; O Desafio Ecológico, Utopia e Realidade, Hucitec, São Paulo.

A QUESTÃO DO TERRITÓRIO
NO BRASIL

DO MESMO AUTOR, NA EDITORA HUCITEC

O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil

O Desafio Ecológico: Utopia e Realidade

“Territorialidades, Desterritorialidades e Novas Territorialidades: os Limites do Poder Nacional e Local”, in: Milton Santos & Maria Laura Silveira. *Território: Globalização e Fragmentação*

“Formação Territorial do Brasil”, in: Bertha K. Becker, Antonio Christofolletti, Fany R. Davidovitch & Pedro P. Geiger. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*

“A Geografia e a Sociedade”, in: Maria Adélia A. de Souza, Milton Santos, Francisco Capuano Scarlato & Mónica Arroyo. *Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

A QUESTÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL

segunda edição

CEFET-SP – BIBLIOTECA
Tombo: 0024667

EDITORA HUCITEC

São Paulo, 2004

© Direitos autorais, 1995, de Manuel Correia de Andrade.
Direitos de publicação reservados por
Aderaldo & Rothschild Editores Ltda.,
Rua João Moura, 433 – 05412-001 São Paulo, Brasil
Telefone e Fax: 11 3083-7419
11 3060-9273 (Atendimento ao consumidor)
E-mail: lererelel@terra.com.br
Home-page: www.hucitec.com.br

Depósito Legal efetuado.

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Ourípedes Gallene

CAPA
Renata Barros

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

s568q
2. ed.

Andrade, Manuel Correia de, 1922-
A questão do território no Brasil / Manuel Correia de Andrade. – 2. ed. – São Paulo : Hucitec, 2004.
mapas ;

Inclui bibliografia
ISBN 85-271-0318-4

1. Brasil – Geografia. 2. Brasil – Condições sociais. 3. Brasil – Condições econômicas. I. Título.

04-1862

CDD 918.1
CDU 913 (81)

SUMÁRIO

Apresentação, <i>Enoque Gomes Cavalcante</i>	9
Introdução	13
1. A Questão do Território	19
2. A Ocupação Territorial e a Evolução das Cidades e Vilas Brasileiras (séc. XVI e XVII)	29
3. Pecuária e Produção de Alimentos no Período Colonial	43
4. A Questão da Terra na Primeira República	53
5. Vida Camponesa: Cultura e Tradição	67
6. Sociedade e Reforma Agrária no Brasil	77
7. Os Meios de Comunicação e o Problema do Separatismo no Brasil	91
8. O Ideal Fascista e a Colônia Italiana no Norte e Nordeste do Brasil	99
9. Atualidade do Pensamento de Josué de Castro	111
10. O Norte e o Nordeste na Obra de Orlando Valverde	119
Referências Bibliográficas	131

APRESENTAÇÃO

A Questão do Território no Brasil, de autoria do professor emérito Manuel Correia de Andrade, vem preencher uma velha lacuna na área da geografia política, e mais particularmente, da geopolítica no Brasil.

A sua abordagem teórico-ideológica supera a velha visão, em especial, da geopolítica de enfoque expansionista/imperialista, belicista, autoritária, enfim, antidemocrática.

Esta obra representa uma importante contribuição para os estudiosos das ciências sociais, em particular, da geografia, sociologia, ciência política, história e da economia, através de um tratamento aprofundado das categorias espaço, tempo e território.

É uma obra de grande utilidade para se entender e poder interpretar melhor a intrincada rede de relações complexas em que se insere o Estado brasileiro, seu território e sua população. Mas, para melhor compreender o presente, o autor viaja e mergulha no passado distante da formação de nossos fundamentos institucionais a partir de nossas origens históricas e territoriais.

A geografia política e a geopolítica, aqui tratadas pelo autor, nos oferecem os elementos básicos indispensáveis para se repensar, com firmeza, categorias como o Estado nacional, o Território, suas fronteiras e suas novas relações de poder.

A visão teórica e metodológica do autor é dinâmica, rejeitando de saída a tese do hipotético “fim da história”, considerando a história como “um processo que se redimensiona e se readapta a cada desafio que se apresenta”.

Essa obra compreende e analisa um vasto sistema de relações que se verificam entre Estado e a sociedade civil; entre Estado e empresas e entre Estado e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Em A Questão do Território no Brasil Manuel Correia de Andrade

analisa o momento territorial brasileiro como um conjunto composto de estruturas superpostas de diferentes escalas como:

- a) a nacional, limitada ao Território de um Estado nacional (mas nem sempre os Estados correspondem a Nações);*
- b) a internacional (em escala quase mundial) comandada por organizações que representam Estados, como o caso da ONU;*
- c) a transnacional representada pelas ETN e pelas ONGs.*

Nesse contexto, oferece as informações teóricas necessárias para a compreensão do acelerado processo de globalização com a organização, em escala planetária, do “sistema-mundo” (F. Braudel).

O autor considera questões daí decorrentes como a fragmentação, as desterritorialidades, e em consequência os limites do poder nacional e local.

Os assuntos abordados na presente obra formam uma base teórica relevante para prática do exercício da cidadania e do fortalecimento das instituições democráticas.

O referido livro contempla a análise de questões como:

- a) do espaço das cidades (para melhor se compreender a problemática urbana de hoje);*
- b) da produção de alimentos (no momento em que milhões de brasileiros passam fome);*
- c) da questão fundiária e a reforma agrária (num país em que “os sem-terra” formam um grande contingente populacional);*
- d) da questão cultural e da tradição (num momento em que os valores liberais e neoliberais desprezam a cultura local e nacional, impondo através dos meios de comunicação uma cultura estranha ao nosso território);*
- e) do separatismo no Brasil (resultando da fraqueza de nosso federalismo nacional lança mão da ideologia nazifascista para impor seus mesquinhos ideais. É triste e contraditório observar que imigrantes estrangeiros desejem criar dificuldades para a migração interna).*
- f) Finalmente, o autor apresenta importantes considerações analíticas sobre dois gigantes da geografia política: Josué de Castro (que estudou em profundidade o fenômeno da fome já a partir da década de quarenta, sob uma visão espacial) e Orlando Valverde (que produziu valiosas contribuições sobre o território do Norte e Nordeste do Brasil, preocupando-se com o processo acelerado de marginalizações social).*

A análise acurada desses temas nos oferece as devidas informações para compreender as razões da grande contradição brasileira de

hoje: uma economia cujo peso é de invejar a alguns países do chamado primeiro mundo (o Brasil produz o terceiro maior excedente comercial do planeta e possui o décimo PIB do planeta) e ao mesmo tempo, a maioria de sua população não tem condições de vida de muitos países do chamado terceiro mundo. No campo social, o Brasil é profundamente subdesenvolvido.

A Questão do Território no Brasil analisa ainda as fundações teóricas e ideológicas do nosso Estado Nacional, influenciado que foi pelo processo de unificação do Estado alemão sob a sua forma monárquica e altamente centralizada e pela sua “escola geográfica”, inspirada no naturalismo darwiniano que introduziu nas ciências sociais um caráter interpretativo determinista. Daí, a concepção de Estado como organismo vivo que age segundo as suas necessidades biológicas, como a de sobrevivência pela sua expansão, donde o conceito de “espaço vital”.

Devido a essa visão geográfica, as políticas territoriais brasileiras, praticadas no século XX, como tentativas de integração nacional, produziram muitos custos de ordem sócio-econômica e ambiental.

Por tudo isso, o Brasil vive um momento muito crítico no tocante à sua integridade territorial com ameaças de fragmentação.

Para fazer face à crise do federalismo brasileiro, Manuel Correia de Andrade defende a prática permanente da territorialidade que implica maior participação da população na definição e na gestão de políticas territoriais. Em que o cidadão brasileiro se sinta inserido realmente no seu território. Daí, emergirá, com certeza, uma sociedade unida por laços nacionais, e portanto, mais fraternais, inspirada em valores solidários.

Sou de parecer que o Instituto de Pesquisas Políticas, Sociais e Econômicas – IPESPE foi muito feliz na decisão de apoiar esta publicação, contribuindo assim como entidade de direito privado para o desenvolvimento regional na área da Ciência e da Cultura.

Para mim, mais do que uma responsabilidade, foi uma imensa satisfação e um privilégio o de apresentar a nova obra do Professor Emérito Manuel Correia de Andrade.

*Enoque Gomes Cavalcante
março, 1995*

INTRODUÇÃO

Uma questão que hoje preocupa muito os estudiosos das ciências sociais, sobretudo dos que fazem Geopolítica e Geoeconomia, é a de caracterizar bem certas categorias como espaço, tempo e território e a de analisar os problemas que as grandes transformações, em operação, estão trazendo às características e às estruturas dos estados e das empresas, com repercussões sobre níveis de soberania e delimitação de fronteiras. A análise da natureza do Estado e do papel que ele desempenha, fortalecendo ou enfraquecendo a sua soberania e o território sobre o qual exerce o seu poder, é fundamental para a compreensão do momento político que ora se atravessa. Também o sistema de relações entre estados, entre Estado e sociedade civil, entre estados e empresas e entre o Estado e as organizações não governamentais, em constante transformação, é essencial à compreensão do processo de globalização que o mundo atravessa, na ocasião em que se organizou, como um sistema em escala mundial, o sistema-mundo.

Como estudioso dos problemas de geografia política, venho detendo-me na análise e na reflexão deste problema, nos últimos quatro anos, desde 1990, e preparando textos que são publicados em revistas especializadas, de circulação restrita, ou apresentados em congressos da área de ciências sociais, como Geografia, História, Sociologia, Ciência Política etc. para debates e para a procura de indicações não só em seus aspectos concretos como também em seus compromissos ideológicos e políticos.

Dez destes ensaios são reunidos neste livro, de uma forma sistemática e complementar. Assim, o primeiro deles — A Questão do Território — procura abordar, no enfoque teórico, a questão do território que está vinculada, naturalmente, à análise de categorias como espaço e tempo, hoje de grande atualidade, quando se observa a superposição de estruturas de escalas diferentes, como a nacional,

limitada ao território de um Estado, embora nem sempre os estados correspondam a nações, a internacional, em escala mundial, mas comandada por organismos que representam estados, com a ONU; e transnacional, exercida por entidades desvinculadas diretamente do Estado ou de estados, como as organizações religiosas, as culturais e as sociais¹.

Daí este livro estar organizado em partes, de vez que ao capítulo teórico seguem-se três outros — “A Ocupação Territorial e a Evolução das Cidades e Vilas Brasileiras (séculos XVI e XVII)”, “Pecuária e Produção de Alimentos no Período Colonial” e “A Questão da Terra na Primeira República” —; nela se procura analisar como os colonizadores produziram um território em um espaço indiferenciado, de vez que ocupado por povos que viviam na Idade da Pedra e ainda não haviam desenvolvido as atividades comerciais nem criado fluxos de mercadorias. A análise histórica é indispensável à compreensão da formação do território, da forma que se apresenta hoje. Na verdade, a paisagem e o tipo de exploração do território e de organização das suas relações vão indicar os seus antecedentes e o processo de sua formação; a compreensão desse processo é fundamental para a compreensão do estágio que está sendo percebido, que é objeto de análise. Nesta seqüência, o sistema de propriedade rural, dominante na Primeira República, é o produto da evolução do processo de ocupação do território nos períodos colonial e imperial; este processo, que deu origem a uma economia agrário-exportadora, estava profundamente dependente da criação de uma rede de cidades e vilas que se localizava no litoral, como portos, e que, à proporção que se desenvolvia, alimentava o surgimento de vilas no interior, para onde convergiam pessoas e mercadorias. Daí o surgimento de vias de penetração, utilizando rios navegáveis e caminhos que contornavam os principais acidentes topográficos.

A terceira parte compreende dois capítulos — “Vida Camponesa: Cultura e Tradição” e “Sociedade e Reforma Agrária no Brasil” — em que se procura analisar o processo de formação de um campesinato diferente do europeu e do asiático, como uma brecha no domínio da grande propriedade ou, às vezes, como uma complementação desta, em face de ligações com o fornecimento de força de trabalho às organizações latifundiárias; no segundo, se faz uma análise da luta destes

camponeses, tanto de pequenos produtores proprietários como de arrendatários, parceiros e assalariados por transformações na estrutura fundiária, visando deter ou desacelerar o processo de modernização do latifúndio. Vê-se, no capítulo, o papel desempenhado pelo Governo em várias décadas de formulações, para a realização de uma reforma agrária que, apesar da grande propaganda que utiliza, demonstra uma falta de vontade política de realizá-la, ou até, ao contrário, de fortalecer o poder do latifúndio.

Estes capítulos levam a uma maior reflexão sobre o problema bem atual do papel do Estado, em um momento em que a maioria dos pensadores imagina “enxugá-lo”, reduzindo-o a proporções mínimas e a formações de blocos internacionais, e a possibilidade de, em consequência, aguçar sentimentos regionais, contribuindo para desenvolver idéias separatistas, sobretudo em um país de dimensões continentais e de grandes diversificações culturais como o Brasil.

Finalmente, não se pode esquecer que os partidos políticos e os estudiosos pensam neste problema permanentemente e o enfocam em seus estudos e intervenções. Assim, achamos conveniente incluir um capítulo sobre “O Ideal Fascista e a Colônia Italiana no Norte e Nordeste do Brasil”, com a atuação direta do fâscio na vida política brasileira, ligada a imigrantes italianos e seus descendentes diretos, e de suas ligações com partidos políticos brasileiros, então em ação, num momento histórico decisivo, como a década de Trinta, em que se oferecia ao Brasil uma política modernizadora, ora por meio de porta-vozes nazi-fascistas ora de porta-vozes socialistas e comunistas.

Em seguida, apresentamos dois ensaios, um sobre o pensamento do geógrafo e médico Josué de Castro, que, já na década de 40, chamava a atenção dos estudiosos para a importância do problema da fome — “Atualidade do Pensamento de Josué de Castro” — e outro sobre o geógrafo, com grandes preocupações com o social, Orlando Valverde, “O Norte e o Nordeste na Obra de Orlando Valverde”, que chamava a atenção para os problemas sociais de uma área geográfica que vinha em acelerado processo de marginalização.

Necessário se faz que se dê a razão de ser dos artigos, agora transformados em capítulos de livro, a fim de que o leitor tenha maior compreensão deles. O primeiro foi escrito especialmente para este livro, para servir de ponto de convergência dos que se seguem, embora o assunto já tenha sido estudado e discutido no Seminário Internacional “Território: Globalização e Fragmentação”, realizado na Universidade de São

¹ Dollfuss, O. (1990) *Le système-monde*. livro 2, no vol. I “Mondes Nouveaux” de *Geographie Universelle* Reclus, dirigida por R. Brunet. Paris: Hachette, p. 551.

Paulo (USP), em São Paulo, em abril de 1993; nele apresentamos um texto, já publicado².

O segundo foi uma comunicação apresentada ao I Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal, realizado na Universidade Católica de Minas Gerais, de 21 a 26 de agosto de 1993, e publicado recentemente na *Revista de História Municipal*, ano V, n.º 6, p. 27-39, do Recife.

O terceiro e o quarto foram textos apresentados no I Congresso de História Econômica do Brasil, realizado na USP, de 17 a 22 de setembro de 1993. Ainda se encontram inéditos.

O quinto foi um texto apresentado no seminário em homenagem à antropóloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), na cidade de Marília, em São Paulo, em agosto de 1994, e ainda inédito.

O sexto foi uma conferência feita no Recife, em novembro de 1994, no Seminário Internacional Comemorativo dos 40 Anos do Estatuto da Terra, pelo Incra, e ainda se encontra inédito.

O sétimo foi um artigo escrito para a revista *Informação & Sociedade*, da Universidade Federal da Paraíba, e publicada em seu vol. 3, n.º 1, p. 33-41.

O oitavo foi um trabalho apresentado na reunião da Anpocs, realizada em Caxambu, Minas Gerais, em outubro de 1992, em mesa-redonda sobre Os Imigrantes e a Política no Brasil e ainda não publicado.

O nono é artigo publicado na revista *Conjuntura Alimentos*, vol. 5, n.º 2, p. 33-7, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, em homenagem ao grande escritor pernambucano.

Finalmente, o último é um artigo escrito em homenagem ao geógrafo carioca, Orlando Valverde, por ocasião do seu setuagésimo quinto aniversário, e ainda não publicado.

A seqüência dos artigos mostra que, apesar de diversificados, eles têm uma unidade, de vez que têm como tema central o problema da política do território, com a tentativa de compreendê-la sob um critério de totalidade, procurando demonstrar como foi feita dentro de circunstâncias as mais diversas, desde a sua produção, passando pela sua estruturação, pela atuação política dentro dele e, finalmente, pela

análise sociogeográfica dos problemas por ela causados. Trata-se de livro em que se estuda um processo que se adapta às condições de espaço e tempo e, longe de ser concluído com um hipotético “fim da história”, se redimensiona e readapta a cada desafio que se apresenta. É uma tentativa de se ver e compreender a questão do território, tanto por meio da forma em que se apresenta como também da gênese e da capacidade de sua transformação futura.

² Territorialidades, desterritorialidades e novas territorialidades: os limites do poder nacional e local, em Santos, Milton et alli (orgs.) (1994) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-Anpur, p. 213-21.

I

A QUESTÃO DO TERRITÓRIO

A expressão *território* tem uso antigo nas ciências sociais e naturais; recentemente, porém, com a retomada dos estudos de geografia política e de geopolítica, ela voltou a ser utilizada, e hoje concorre com termos tradicionais, como *espaço* e *região*.

Nas ciências naturais, o território seria a área de influência e domínio de uma espécie animal que exerce o domínio dela, de forma mais intensa no centro, perdendo esta intensidade ao aproximar-se da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies¹. Em ciências sociais, a expressão *território* vem sendo muito utilizada, desde o século passado, por geógrafos, como Frederico Ratzel, preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e também por Élisée Reclus que procurava estabelecer as relações entre classes sociais e espaço ocupado e dominado². Os especialistas em Teoria do Estado costumam afirmar que o Estado se caracteriza por possuir três elementos essenciais: o território, o povo e o governo, ao passo que a nação é caracterizada pela coexistência do território e do povo, mesmo inexistindo governo e, conseqüentemente, o Estado.

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. Já nos meados do século XX, François Perroux³ chamava a atenção para que

¹ Brunet, Roger et alli (1992) *Les mots de la Géographie. Dictionnaire critique*. Paris: Reclus. La Documentation Française, p. 435-6.

² Reclus, Élisée (1906) *L'homme et la Terre*. Paris.

³ Perroux, François (1960) *La coexistencia pacífica*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

as empresas motrizes, controlando instalações e explorando nas áreas mais diversas do globo, eram, muitas vezes, mais importantes que as nações e os próprios estados. Este fato é hoje comprovado com o processo de globalização da economia que faz diminuir a importância das fronteiras políticas e a soberania dos estados.

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. Assim, o Brasil, que possui desde o período colonial um grande espaço, durante séculos não o transformou em território, por meio do exercício da sua gestão, só vindo a tentar fazê-lo a partir dos meados do século XX, quando o Governo Vargas, no Estado Novo, criou a Fundação Brasil Central e pregou “a marcha para o Oeste”¹, procurando expandir a área de ação e de domínio do Governo. Em seguida, com a transferência da Capital Federal para o Planalto Central, Juscelino Kubitschek propiciou não só uma grande transferência de população, como fez abrir estradas ligando Brasília aos mais diversos pontos do território nacional, procurando desenvolver uma política de integração, política esta que foi continuada pelos governos militares, ao promover a abertura de estradas nas áreas mais isoladas para implantar núcleos coloniais, embora de forma improvisada e sem respeito às populações que habitavam a área desde períodos imemoriais — as nações indígenas. Admitimos que a expressão *territorialidade* possa vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado.

Para se refletir sobre o problema do território no Brasil, tem-se que levar em conta as relações existentes entre o espaço delimitado geográfica e administrativamente pelas fronteiras e o território verdadeiramente ocupado. Assim, o povoamento, à proporção que caminha para o Oeste e o Norte, vai integrando ao país áreas anteriormente vazias ou ocupadas por nações indígenas que se mantinham total ou parcialmente afastadas do processo de integração nacional. As nações indígenas ocupavam áreas de caça e de pesca onde se desenvolviam e mantinham sua cultura, sem maiores contatos com os chamados civilizados. Daí, a

¹ Ricardo, Cassiano (1944) *A marcha para o Oeste. A influência da “Bandeira” na formação política e social do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

grande extensão de terras consideradas como reservas indígenas e o processo de penetração violento que é feito com apoio ou à revelia dos governos, pelos métodos mais bárbaros e primitivos. É comum ouvirem-se referências contra a concessão de grandes reservas a grupos indígenas, como a dos ianomâmis, sem uma igual condenação à concessão de grandes extensões de terra a latifundiários nacionais e estrangeiros e a grandes companhias industriais que intervêm na área para assegurar a propriedade e a posse da terra, com o maior desrespeito aos direitos humanos ou às mais elementares regras de conservação ecológica.

Na verdade, a expropriação da população nativa e a devastação da floresta iniciaram-se no século XVI, com o povoamento e a colonização. Nos primeiros tempos, os navegadores, aventureiros e corsários, às próprias custas ou financiados pelos reis europeus — portugueses, espanhol e francês —, se interessaram pelo escambo dos produtos da terra, sobretudo do pau-brasil, e estabeleceram contato com os indígenas do litoral, a fim de que estes penetrassem nas matas e coletassem madeiras e peles de animais, em troca de objetos de pouco valor.

Passadas as primeiras décadas, Portugal, que tinha o direito à terra, iniciou o povoamento, fazendo que grandes áreas fossem desmatadas a fim de que os colonos desenvolvessem a agricultura, sobretudo da cana-de-açúcar. Para cultivá-la e produzir o açúcar necessitavam apresar os indígenas e reduzi-los à escravidão, importar escravos negros da África, trazer da Europa animais de tração e destruir a floresta, de vez que necessitavam de madeira para as construções e para fabricação de caixas de açúcar e de móveis para o próprio uso. Os indígenas que não se submeteram à escravidão tiveram que fugir para o interior, onde logo os portugueses foram ao seu encalço, conquistando terras para a pecuária e para aldeá-los, com o auxílio de missionários, e sedentarizá-los, a fim de os manterem em pontos estratégicos onde poderiam ser recrutados nas ocasiões em que necessitassem de trabalhadores¹.

Inicialmente, havia dificuldade de penetração, limitando-se à ocupação da porção litorânea. O processo colonial, porém, era de expansão capitalista² em que eram empregados vultosos capitais que neces-

¹ Prado Júnior, Caio (1956) *História econômica do Brasil*. 4.ª edição. São Paulo.

² Furtado, Celso (1986) *Formação econômica do Brasil*. 21.ª edição. São Paulo: Nacional.

sitavam multiplicar-se; para isso, restauraram formas de acumulação primitiva, como a escravidão, em vista da falta de disponibilidade de reservas populacionais pobres que pudessem ser proletarizadas. Na penetração no território, utilizavam a navegação fluvial, muito limitada em numerosos rios, mas com condições de penetração expressiva em rios mais caudalosos, como o São Francisco, o Paraguaçu e outros. Daí os engenhos se localizarem, inicialmente, no litoral, como no Recôncavo da Bahia, ou nas áreas de várzeas à margem de rios e canais, onde a influência da maré alta permitia a navegação em embarcações, então consideradas de porte médio. A montante da área navegável, localizaram-se os povoadores mais pobres ou menos influentes, que se dedicaram à pecuária, à produção de mantimentos ou fundaram pequenos engenhos cuja produção era levada até os portos em lombo de animais.

No Sudeste do Brasil e na Bahia, a penetração foi bem mais expressiva, nos fins do século XVI, quando os bandeirantes avançaram para o interior à procura de metais preciosos, de pedras e de índios para escravizar; eles trouxeram tal quantidade de escravos para Piratininga e para o litoral, que se pode admitir que as bandeiras tenham tido uma dupla consequência: a expansão territorial e o despovoamento do interior. Na Bahia, a penetração foi feita, sobretudo, por fazendeiros à procura de terras para desenvolver a pecuária e reduzir os índios que resistiam a este avanço e ameaçavam vilas e fazendas próximas ao litoral.

No século XVIII, a penetração já se fizera de forma expressiva, segundo se pode observar do depoimento de Antonil¹, em certas áreas, como a bacia do São Francisco e o Sertão setentrional nordestino, com o estabelecimento de grandes latifúndios onde a terra era explorada tanto diretamente pelos sesmeiros, como por sitiantes que se estabeleciam e criavam bovinos, caprinos, ovinos, suínos e eqüinos, pagando um foro ao proprietário. Geralmente, eram os sitiantes que ocuparam a região, mas, sem terem acesso às autoridades coloniais, não conseguiam obter as cartas de sesmarias e se submetiam à tutela dos grandes senhores das Casas da Torre e da Ponte.

O avanço paulista provocou o descobrimento de minas de ouro e de pedras preciosas, além de um grande afluxo populacional para o interior e a formação de arraiais de garimpeiros. O povoamento não

era contínuo, ele se adensava em torno dos garimpos, dando origem a vilas que se situavam, muitas vezes, a grande distância umas das outras, como o núcleo situado nos Gerais — Vila Rica (Ouro Preto), Mariana, Congonhas do Campo, São João del Rei — e Diamantina, Vila Boa de Goiás e Cuiabá. Nos grandes espaços que se estendiam entre estas vilas desenvolveram-se lavouras de subsistência, voltadas para o seu abastecimento, e também atividades pecuárias. Paulatinamente, estas áreas deram origem às capitânicas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, desmembradas da então Capitania de São Vicente.

No Sul do Brasil, houve inexpressivo povoamento litorâneo, ao passo que no interior, na porção ocidental, se desenvolveu um Estado teocrático indígena, organizado pelos jesuítas¹, com a formação de aglomerados — as missões — e onde desenvolviam a pecuária e a agricultura de subsistência. Esta civilização, com obras de arte monumentais, como a igreja de São Miguel, provocou suspeitas entre as coroas de Espanha e de Portugal e depertou a cobiça dos bandeirantes que, em sucessivas incursões, destruíram vários dos núcleos missionários, escravizando indígenas, roubando o gado e desorganizando a estrutura de povoamento; estrutura que possibilitaria a formação de um Estado indígena nas margens dos rios tributários do Prata. Com a destruição das missões, concluída pelos exércitos reais, desenvolveu-se, na área, uma civilização de pecuaristas que fornecia animais de corte e de trabalho aos paulistas e mineiros, durante o período áureo, no século XVIII. As feiras de Sorocaba tornaram-se famosas como pontos de comercialização de muares, oriundos do sul.

A ocupação da Amazônia foi muito lenta, apesar da facilidade de navegação; as distâncias eram enormes, o clima muito quente e úmido, os indígenas hostis e as mais variadas moléstias atingiam os navegadores e aventureiros. O rio e seus afluentes foram perlustrados por navegadores portugueses e espanhóis desde o século XVI, e os lusitanos levaram vantagem porque se estabeleceram na foz do grande rio, com a instalação de Belém, e passaram a fazer expedições de caça aos indígenas, muito utilizados como escravos, e a procura das drogas do sertão.

No século XVIII, definidas em grandes linhas as fronteiras entre a colônia portuguesa e as espanholas, tratou o Governo português de estabelecer uma estrutura de ocupação permanente, utilizando, ini-

¹ Antonil, André João (s.d.) *Cultura e opulência do Brasil em suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos.

² Flores, Moacyr (1986) *Colonialismo e missões jesuíticas*, 2.^a edição. Porto Alegre: EST/ Instituto de Cultura Hispânica do RS.

cialmente, missões religiosas e, em seguida, estabelecimentos governamentais para reter o indígena e fazê-lo passar a produzir para o mercado. Madeiras, essências florestais, peixes salgados e couros e peles de animais se constituíam uma produção para o mercado, controlado pelos invasores — missionários e, em seguida, funcionários —, enquanto os indígenas dedicavam-se ao auto-abastecimento com a produção de alimentos, a coleta, a caça e a pesca.

Esta sociedade, até certo ponto estática, seria perturbada, na segunda metade do século XIX, pela exploração da borracha e da castanha, provocando uma intensificação da migração para a Amazônia, a desorganização do sistema de vida local, o abandono das roças de mantimentos e a intensificação da exploração da seringueira, do caucho e da castanha. A economia passou, assim, a se voltar inteiramente para o mercado externo¹, implantando-se, nas margens dos rios, os famosos seringais, enquanto nos pontos de convergência de vários rios e canais, situaram-se vilas e cidades; dentre estas, Belém e Manaus tiveram grande crescimento populacional e comercial, tornando-se cidades de grande importância no Brasil. O ciclo da borracha duraria pouco, de vez que a seringueira, levada para a Ásia Meridional, passou a ser cultivada por ingleses e holandeses, conquistando os mercados europeu e americano, que antes pertenciam ao Brasil. Tentativas de cultura da seringueira no Brasil, com métodos orientais, como as desenvolvidas por Henry Ford, no Tapajós, não foram bem-sucedidas, sendo entregues depois do fracasso, ao Governo brasileiro. A grande região entrou em estagnação e em decadência, até a segunda metade do século XX, quando foi intensificado o povoamento, mediante a construção de rodovias e o desenvolvimento da mineração e da pecuária, por capitais oriundos do Sudeste, do Nordeste, do Sul e do exterior.

O processo de ocupação da Amazônia, desenvolvido a partir dos anos 30, com a Fundação Brasil Central, e o projeto de transferência da capital para o Planalto Central, foram feitos por etapas, desenvolvidas ora com maior ora com menor intensidade. Podemos distinguir, *grosso modo*, as seguintes fases ou etapas: a do Estado Novo, sob a égide de Vargas; a de Juscelino, com ênfase na construção da capital e sua ligação com os mais distantes pontos do território nacional; a do período militar, com grande abertura para o capital estrangeiro e o

emprego de grandes capitais nos setores de construção de rodovias e de mineração, e a atual, caracterizada pela grande crise da chamada década perdida e da tentativa de recuperação.

No período Vargas, observou-se que, de forma um pouco tímida, o Governo promoveu a criação da Fundação Brasil Central, que desenvolveu projetos de colonização agrícola no chamado Mato Grosso de Goiás e no próprio Estado de Mato Grosso e criou cinco territórios federais, visando dinamizar economicamente as áreas de fronteiras, desenvolvendo atividades em trechos distantes e pouco povoados. Temia-se que estas terras fossem captadas econômica e socialmente pelos países vizinhos, se desnacionalizando. Destes territórios, três se transformaram em estados — Amapá, Roraima e Rondônia — e dois foram extintos pela Constituição de 1947 — Ponta-Porã e Iguauçu. Ponta-Porã está hoje integrado ao Estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1975.

No período de Juscelino Kubitschek foi realizada, em tempo recorde, a construção de Brasília, no Planalto Central, tornando a área, que antes era formada por grandes fazendas de criação e por terras devolutas e quase despovoadas, ocupada por cidades, formando, nas proximidades, núcleos urbanos que viviam por causa da capital. A construção da cidade provocou grande fluxo de trabalhadores de todo o Brasil, sobretudo do Nordeste — os candangos — e possibilitou um expressivo crescimento populacional em Goiás, graças à abertura de estradas e ao desenvolvimento de atividades econômicas ligadas a Brasília que já possui, hoje, perto de dois milhões de habitantes. A abertura da rodovia Belém-Brasília, acompanhando, em grande parte, o curso do Tocantins, facilitou a penetração do povoamento até a porção meridional do Maranhão e do Pará, determinando a criação do Estado do Tocantins, em 1988.

Os militares, que ocuparam o poder, diretamente, de 1964 a 1985, preocupados em construir um Brasil-potência, desenvolveram, em ritmo acelerado, uma política de expansão no Norte e no Centro-Oeste. Desse modo, concluíram a construção de estradas que ligaram o Centro-Sul às principais cidades da Amazônia, fazendo com que o processo de ocupação, na região Norte, passasse a ser feito do Sul para o Norte e não do Norte para o Sul, como era feito anteriormente, utilizando as vias de navegação. Grupos internacionais, interessados na exploração mineral, chegaram, por intermédio do Instituto Hudson, a fazer um faraônico projeto de construção de represas no rio Amazonas, na

¹ Santos, Roberto (1980) *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: TAQ.

altura de Óbidos, e de vários dos seus afluentes, a fim de criarem uma série de lagos interiores que permitissem a exportação de minérios por via fluvial¹.

Também abriram o espaço amazônico a grandes projetos, como o Jari, onde o multimilionário Daniel Ludwig se apossou de grandes extensões territoriais, destruiu a floresta tropical heterogênea e implantou uma floresta homogênea de gmelina, importada do Oriente, para desenvolver a produção de celulose². O projeto acarretou impactos ambientais incontroláveis e prejuízos enormes, levando a empresa a pressionar o Governo brasileiro a fim de que ele, como avalista, saldasse os seus débitos. O Governo curvou-se aos interesses da multinacional e organizou a transferência do empreendimento para um grupo de empresários nacionais estimulados mediante empréstimos. Concessões semelhantes e que não trazem vantagens para o país, foram feitas visando a produção de bauxita no Pará, além do famoso projeto Carajás que tem influência considerável em áreas do Pará e do Maranhão³. Uma análise desses projetos e de outros de menor expressão, como o da exploração de cassiterita na Rondônia, no Amazonas, no Pará, poderia⁴, do ponto de vista geopolítico, ser feita, visando caracterizar as formas de produção do território em função dos interesses do país ou de grupos econômicos transnacionais.

Estes projetos foram acompanhados da concessão de terras nas áreas próximas às rodovias, sobretudo para a pecuária bovina e localização de colonos que deveriam desenvolver propriedades agrícolas destinadas à produção, para exportação, de cacau e de café. Não se procurou observar que em áreas como as do Estado de Rondônia, onde dominam solos silicosos pouco férteis, estas culturas seriam oneradas pelo uso intensivo de fertilizantes e também que, em face da distância dos portos de maior calado, o custo do transporte encareceria consideravelmente o produto e este não teria condições de competir no mercado. Na verdade, esta política foi profundamente prejudicial ao país, de

vez que desmatou grandes áreas, intensificou a erosão dos solos, poluiu os rios — caso do uso de mercúrio na lavagem de ouro dos garimpos — desorganizou as sociedades indígenas, os agrupamentos de seringalistas e apanhadores de castanha que viviam na área há várias gerações, além de estimular a formação de imensos latifúndios improdutivos, mas bastante poderosos, politicamente, para impedir qualquer política de reforma agrária ou de simples reestruturação fundiária. Além disso, fechou a fronteira às migrações naturais de colonos pobres que convergiam do Nordeste e do Sul, superpovoados, para a Amazônia.

As dificuldades de administração causadas pela grande extensão territorial das unidades políticas e pela dispersão da população, levaram estudiosos da Amazônia a propor uma nova redivisão territorial, com o desmembramento dos grandes estados em estados e territórios de menor extensão¹. Mas as finanças nacionais dispõem de recursos suficientes para a implantação de novos estados e territórios?

O vazio demográfico existente em áreas de fronteira, onde os grupos indígenas se movimentam sem tomar conhecimento delas, implantadas que foram pelos “brancos”, sem consulta prévia a eles, o crescimento do narcotráfico que utiliza o Brasil como ponto de passagem das áreas produtoras de cocaína — Peru, Colômbia e Bolívia — para as grandes áreas consumidoras — Estados Unidos e Europa — e a penetração de garimpeiros além-fronteira, provocando problemas do Brasil com os seus vizinhos, levaram o Exército a formular um projeto de ocupação e povoamento da fronteira, o Calha Norte, que vem sendo muito discutido.

Todos estes problemas que vêm sendo discutidos por cientistas² que estudam a Amazônia e as questões fronteiriças na bacia platina, são demonstrações de que a produção do território, e a sua integração política a um país, dependem da ideologia política dominante, do momento histórico vivido e das disponibilidades de capital e de tecnologia. Não se pode esquecer que esta transformação nem sempre é comandada pelo país que detém a soberania do espaço em transformação, havendo, naturalmente, grande interferência internacional. A história da Bolívia é bem ilustrativa, de vez que em menos de um século

¹ Valverde, Orlando (1971) Dos grandes lagos sul-americanos aos grandes eixos rodoviários. *A Amazônia Brasileira em Foco*, n.º 5, p. 18-33. Rio de Janeiro.

² Pinto, Lúcio Flávio (1986) *Jari. Toda a verdade sobre o Projeto Ludwig. As relações entre Estado e multinacional na Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.

³ Valverde, Orlando (1989) *Carajás. Planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

⁴ Andrade, Manuel Correia de (1991) *A cassiterita nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil*. Brasília: CNPq/Cetem.

¹ Benchimal, Samuel (1977) *Amazônia. Um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Editora Umberto Calderaro.

² Becker, Bertha K. (1982) *Geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar; e Valverde, Orlando (1989) *Carajás. Planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

perdeu as províncias litorâneas para o Chile, o Acre para o Brasil e o Chaco Boreal para o Paraguai, fora pequenas áreas para o Peru e para a Argentina.

Daí a necessidade de se conhecer bem o processo de produção do território brasileiro desde o início da sua colonização, e a sua continuação, quando se desenvolve uma política de internacionalização da economia e de esvaziamento da noção de fronteiras.

2

A OCUPAÇÃO TERRITORIAL E A EVOLUÇÃO DAS CIDADES E VILAS BRASILEIRAS (SÉC. XVI E XVII)

O “descobrimento” e a ocupação do território brasileiro, feitos a partir do século XVI, foram um capítulo da expansão territorial portuguesa no Atlântico, estimulada pela Revolução Comercial. Os portugueses lançaram-se na rota marítima, em vista de sua excepcional situação geográfica — situado na porção mais ocidental da Europa —, do desenvolvimento da ciência náutica, estimulado pela dinastia de Avis que conquistara o poder com apoio da burguesia comercial, do afluxo de especialistas nas ciências de navegação, e de capitais, vindos de várias partes da Europa, sobretudo da Itália, que foram aplicados no grande empreendimento.

Com a Revolução Comercial, a Europa estava sequiosa tanto de produtos tropicais como de minerais que estimulavam o movimento comercial, a formação de capitais, a expansão da utilização da força de trabalho e, conseqüentemente, o desenvolvimento urbano e dos transportes.

O Brasil, descoberto oficialmente pelos portugueses em 1500, dispunha de grande quantidade de terras a explorar e de braços a utilizar, desde que se definisse quais os produtos a serem explorados. Portugal vivia ainda, como salientou João Lúcio de Azevedo¹, o fascínio pelo controle do comércio das riquezas da Índia e da África — as famosas especiarias: pimenta, cravo, mostarda etc. —, braços escravos e ouro; ao se deliberarem a ocupar a costa brasileira, os portugueses consideraram-na área de reserva para exploração, quando os produtos da

¹ (1947) *Épocas de Portugal econômico*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

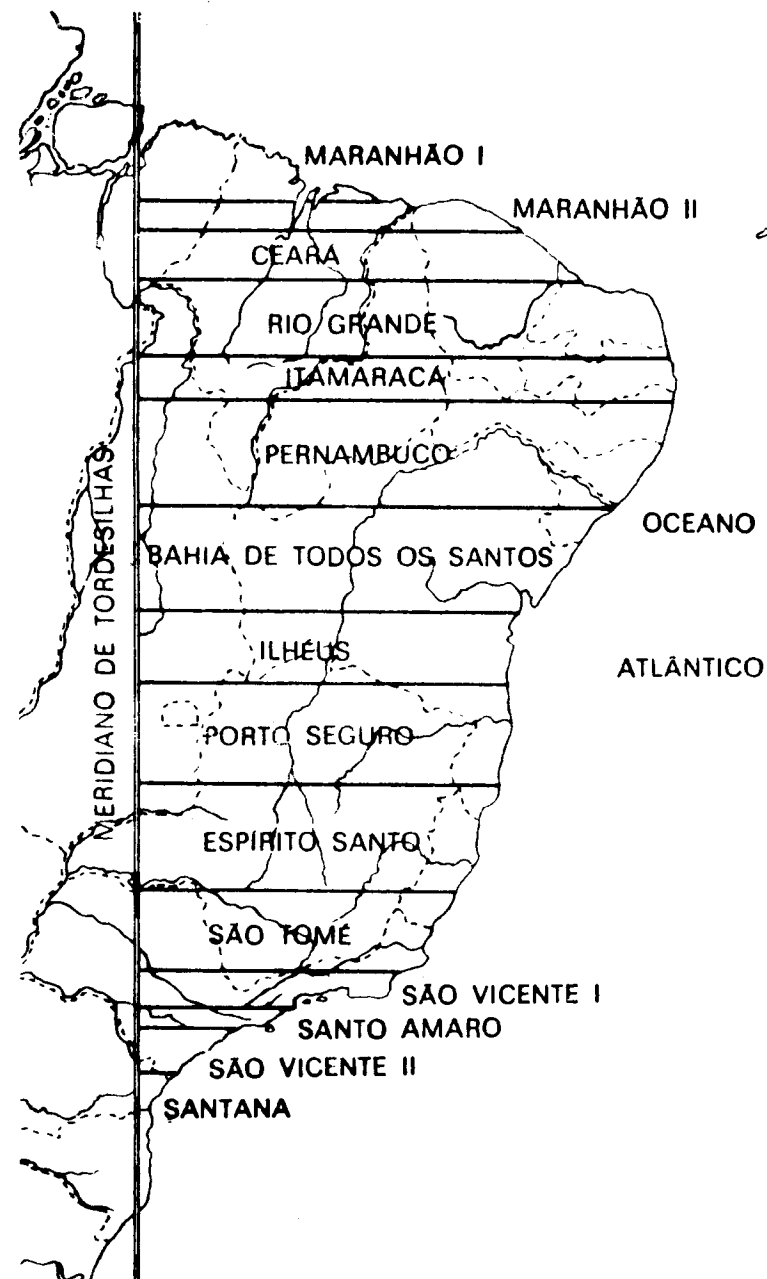
África e do Oriente começassem a escassear. Daí a demora em definir sua ocupação, indispensável a uma política estável de exploração colonial, e o risco por que passou com a contestação dos seus direitos ao Brasil, durante as primeiras décadas do século XVI, em virtude da disputa do seu território por franceses, ingleses e holandeses¹.

Para a efetivação da conquista, os portugueses, enquanto desenvolviam o comércio com as Índias, fizeram o levantamento da costa, explorando-a à procura de produtos florestais e marinhos — pau-brasil, aves de plumas, âmbar etc. —, combatendo os corsários que a exploravam clandestinamente e fundando pequenas feitorias, como as de Itamaracá, de Santa Cruz e do Cabo Frio, respectivamente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro. A princípio, procuraram conquistar a boa vontade dos indígenas, trocando os produtos da terra por bugigangas, depois procuraram amedrontá-los, forçando-os a trabalhar no abastecimento dos seus navios. Não havia ainda condições nem necessidade de escravizar os indígenas, adotando o escambo como relação comercial². Só ao iniciarem o povoamento é que os portugueses passaram a desenvolver a política de escravizá-los, como já faziam na África com os negros.

A exploração sistemática da nova colônia se fazia a partir da quarta década do século XVI, quando os colonizadores dividiram o território brasileiro em capitanias hereditárias e estimularam os donatários a iniciar o povoamento em cada um dos seus lotes (Mapa n.º 1). O sistema de capitanias, que fora adotado com êxito nas ilhas do Atlântico, desabitadas por ocasião da descoberta e ocupação, não teria, no Brasil, o sucesso esperado, em virtude da grande extensão territorial, da resistência indígena e das dificuldades de adaptação dos colonizadores ao mundo tropical. As quinze capitanias tiveram destinos bem diferentes, e um grupo delas não chegou a ter iniciada a sua ocupação, como Maranhão, Ceará, Rio Grande e Santana, ou porque os donatários não tiveram condições ou porque fracassaram; um outro grupo, formado por Itamaracá, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Paraíba do Sul e Santo Amaro, teve um início de povoamento com a implantação de vilas e de engenhos de açúcar, mas fracassou em decorrência de

¹ Sobre a ocupação holandesa no Nordeste é fundamental o livro de José Antonio Gonçalves de Melo (1947) *Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte*. Rio de Janeiro: José Olympio.

² Marchant, Alexander (1943) *Do escambo à escravidão. As relações econômicas dos portugueses e índios na colonização do Brasil 1500-1580*. São Paulo: Nacional.



Mapa n.º 1. As capitanias hereditárias.

divergências entre os colonos, de incompetência e falta de recursos dos donatários ou à reação dos indígenas; só duas, Pernambuco e São Vicente, prosperaram, com a expansão de culturas tropicais e com a implantação de vilas e povoações.

A capitania da Bahia foi exceção, de vez que foi adquirida pela Coroa em 1549 e nela foi implantada a primeira cidade — Salvador — para ser a capital do Brasil. Iniciava-se, assim, com a implantação de um Governo-Geral no Brasil, um processo de centralização administrativa e se procurava destruir o sistema anterior em que cada capitania era autônoma, dependente inteiramente do Governo de Lisboa.

O processo de ocupação dinamizou-se nos meados do século XVI, com a introdução de uma cultura comercial voltada para o mercado externo europeu, a cana-de-açúcar, e ampliação da sua oferta que, desde o século XIV, havia sido introduzida nas ilhas do Mediterrâneo, no século seguinte se expandiria pelas ilhas do Atlântico e, nos séculos XVI e XVII, seria produzida principalmente no Brasil. Este produto seria a grande atração para as tentativas de conquista de novos territórios, por povos que se integraram na Revolução Comercial e que dispunham de condições de melhor distribuir o produto no mercado da Europa Central, Setentrional e Ocidental.

Daí admitir-se, hoje, que o processo de ocupação liderado pela produção açucareira foi um empreendimento inteiramente capitalista, de vez que, pela primeira vez, se fazia investimentos maciços de capitais na agricultura e se voltava à economia agrícola para o mercado¹. Eram quase sempre capitais de judeus radicados na Holanda e que financiavam o empreendimento colonial português, facilitando a aquisição de escravos africanos, o desmatamento, a guerra contra os indígenas e a implantação de engenhos de açúcar. Iniciava-se, no Brasil, o domínio econômico do engenho ou, para usar um anglicismo, da *plantation*. Daí admitirmos, com Caio Prado Júnior, não se poder aceitar que o Brasil tenha tido, no período colonial, um modo de produção feudal do tipo europeu², mas uma formação econômico-social capitalista que procurava maximizar a acumulação primitiva, destruindo a natureza, escravizando e dizimando as tribos indígenas e desenvolvendo o tráfico de africanos; o tráfico tinha grande importância econômi-

¹ Furtado, Celso (1959) *Formação econômica do Brasil*. 1.ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

² (1943) *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins.

ca, sendo um dos mais importantes negócios da elite colonial, por isso ele seria mantido até os meados do século XIX. A sua abolição permitiu que os capitais negreiros fossem liberados para outras aplicações, permitindo o início de nossa revolução industrial com um século de atraso ante a Revolução Industrial inglesa.

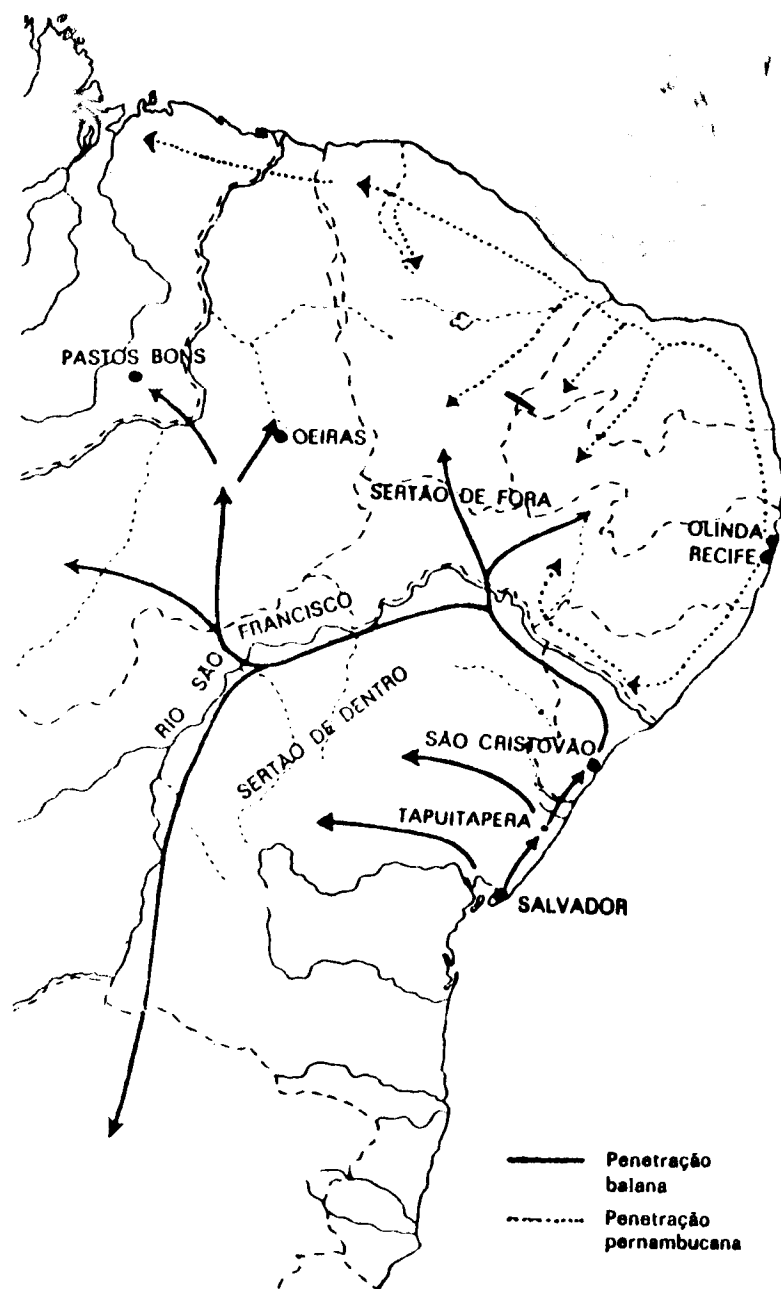
Enquanto o açúcar determinou a ocupação da faixa litorânea, o gado e o ouro determinaram a ocupação do interior; a cana-de-açúcar estava localizada nas manchas litorâneas ou próximas ao litoral onde dominava um clima quente e úmido com duas estações bem-definidas — uma seca e outra chuvosa — e porque era um produto que se destinava à exportação. A maior proximidade da Europa, diminuindo o tempo do percurso e barateando o frete, deu a Pernambuco e Bahia vantagens sobre São Paulo e Rio de Janeiro como produtores de açúcar.

A penetração para o interior foi feita a partir dos núcleos coloniais próximos à costa — Pernambuco, Bahia e São Vicente — visando a redução dos índios e sua escravização e a procura de pastagens para o gado, no Nordeste, e de ouro, prata e pedra preciosas no sul do país.

Esta penetração teve motivações variadas: no Nordeste, os entradistas que penetraram para o interior à procura de pastagens para o gado bovino, formaram grandes fazendas e, em um século, se apropriaram praticamente de todo o sertão nordestino, mas sem descurar da procura de minerais. As famosas minas de prata que Belchior Dias Moréia divulgou ter descoberto, foram motivo de investigações e de sonhos até o século XIX, servindo de tema para um romance de José de Alencar. Foram os grandes latifúndios pecuaristas que dominaram na área, latifúndios com centenas de léguas de extensão onde se fazia a pecuária ultra-extensiva em campo aberto¹ para a produção de carne e de animais de trabalho que eram vendidos inicialmente para as áreas canavieiras de Pernambuco e da Bahia e, a partir do século XVIII, para as Minas Gerais (Mapa n.º 2).

No sul, os paulistas penetraram para o interior devassando terras e rios à procura de indígenas para escravizar e trazer para as áreas agrícolas, de vez que estes eram bem menos caros que os africanos; a descoberta de minas de ouro e de diamantes provocou o povoamento de grandes áreas dispersas dando origem a três novas capitanias — Minas

¹ Andrade, Manuel Correia de (1968) L'élevage dans le Nord-Est du Brésil, *Les Cahiers d'Outre Mer* 21 (84): 56-77, oct./déc. Bourdeaux.



Mapa n.º 2. Penetração pernambucana e baiana no sertão do Nordeste.

Gerai, Goiás e Mato Grosso. Embora a exploração do ouro se fizesse no interior, a léguas de distância da costa, foi esta atividade que deu importância e crescimento ao Rio de Janeiro, tornando-a até capital da colônia, a partir de 1763.

O sistema colonial organizou o espaço de forma a que nele se fizesse a exploração das áreas ricas em produtos de interesse no mercado europeu, ligando estas áreas a portos que desempenhavam a função de *relais* entre a hinterlândia e a metrópole. Nos dois primeiros séculos de colonização, formaram-se algumas áreas de certa expressão territorial, com pequenos núcleos isolados de povoamento e áreas praticamente desabitadas por colonos reinóis. Daí Gilberto Freire ter admitido¹ que, apesar da continuidade territorial do Brasil, ele funcionava mais como um arquipélago do que como um continente, de vez que as comunicações entre as várias capitanias eram feitas sobretudo por via marítima.

Entre os principais núcleos coloniais destacava-se, já no século XVI, o de Pernambuco, onde Duarte Coelho fundara a vila de Igarçu, em 1535, e a de Olinda, em 1537. Como Olinda se encontrava a seis quilômetros da foz conjunta dos rios Capibaribe e Beberibe, surgiu em uma restinga próxima à foz um povoado que recebeu o nome de Recife, de data de fundação incerta. Muito próximo a este núcleo, na capitania de Itamaracá, foi fundada (1535) a Vila de Nossa Senhora da Conceição e, mais no interior, a de Goiana (1570), doada a Pero Lopes de Sousa e que se tornaria, no século XVII, a principal vila da capitania. Como Pernambuco foi uma capitania que logo se desenvolveu, graças à expansão da cultura da cana-de-açúcar, teve povoações elevadas à categoria de vilas, como Sirinhaém (1614), Porto Calvo (1615) e Alagoas (1624). Mesmo Penedo, nas proximidades da foz do São Francisco, era, nesse período, um forte e uma povoação de alguma importância².

Outra área que se desenvolveu bastante no primeiro século de colonização foi a da Baía de Todos os Santos, onde, em 1549, foi instalada a cidade de Salvador, capital da colônia³. Salvador beneficiou-se da proximidade do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos onde foram instalados, nos primeiros anos de colonização, grandes engenhos de açúcar que se beneficiavam das condições climáticas

¹ (1943) *Continente e ilha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.

² Lima, Oliveira M. (1895) *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*. Leipzig: F. A. Brockhaus.

³ Ruy, Afonso (1949) *História política e administrativa da Cidade da Bahia*. Tipografia Benedictina.

favoráveis, dos solos de massapê, originados de rochas calcárias, e de um litoral muito recortado, facilitando que cada engenho tivesse o seu porto para exportar o açúcar. Aí foram fundados engenhos famosos, com grandes sobrados, capelas de dimensões de catedral, como o Patrimônio¹. Nas áreas próximas aos solos de massapê havia solos silicosos que se prestavam à cultura do fumo, valorizando mais ainda a região, de vez que o tabaco era utilizado no comércio africano como se fosse moeda. Do Recôncavo, partiram para o sertão os grandes criadores de gado, como os Dias d'Avila e os Guedes de Brito que fundaram fazendas de grande extensão. Assim, as fazendas dos Guedes de Brito, titulares da Casa da Ponte, se estendiam desde o morro do Chapéu, na Bahia, até o rio das Velhas em Minas Gerais. A pecuária se beneficiava do fato de ocupar áreas de clima semi-árido, com ricas pastagens herbáceas e leguminosas e não necessitar de mão-de-obra numerosa, se comparada com a agricultura e com a mineração. Daí não terem surgido, nos primeiros tempos, centros urbanos de expressão nos sertões do Nordeste.

Em São Vicente, foi fundada por Martim Afonso de Sousa, que comandou a expedição de 1530-32 ao Brasil, a vila do mesmo nome (1532) e, em seguida, a de Santos (1543), fundada por Brás Cubas. No planalto de Piratininga, onde vivia um antigo naufrago português, João Ramalho, foram fundadas as vilas de Santo André da Borda do Campo (1553) e São Paulo de Piratininga (1554), esta sob controle dos jesuítas que aí instalaram um colégio. A região de São Vicente, nos primeiros anos, não teve a importância econômica da pernambucana e da baiana, mas, ligada à cultura de subsistência, à pequena pecuária, à exploração do ouro em pequena escala (Afonso Sardinha no início do século XVII) teve uma expansão populacional que permitiu, no século XVII, o desenvolvimento de vilas como a de Taubaté (1645), no vale do Paraíba, de onde partiram bandeiras que transpuseram a Mantiqueira e desenvolveram trabalhos de mineração em Minas Gerais. Mariana, inicialmente chamada de Ribeirão do Carmo, e Ouro Preto, a Vila Rica de Albuquerque, começaram a se formar na última década do século XVII, contribuindo para a concentração populacional de Minas Gerais.

Além destes três núcleos, merece referência especial o do Rio de Janeiro cujo povoamento foi iniciado após a tentativa francesa de

Villegaignon de fundar uma colônia na baía de Guanabara. A luta contra os franceses levou o Governo português a fundar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que se constituiria em ponto de apoio para os lusitanos entre o Espírito Santo e São Vicente. Daí é que partiriam povoadores para o Norte fluminense, onde o donatário Pero Góis da Silveira tentara implantar a sua capitania, fundando vilas que fracassaram ante o ataque dos indígenas. Em 1677, foi fundada a povoação de São João da Barra, nas proximidades da foz do rio Paraíba do Sul. Era uma área de difícil implantação portuária em virtude das mudanças de posição do leito do rio, na planície, e do caminhar das dunas na costa, levadas por ventos fortes e constantes. O Rio de Janeiro serviria ainda de ponto de apoio para a instalação de colonos e para a realização de comércio com os indígenas nas reentrâncias e saliências que caracterizam o seu litoral. Só no século XVIII, com a construção da estrada que ligava as Minas ao porto do Rio de Janeiro, é que esta cidade teve maior desenvolvimento por se tornar um ponto de grande importância na exportação de ouro e diamantes e ponto terminal de estradas, o que possibilitou a abertura de pousadas e de "roças" utilizadas para o fornecimento de alimentos às tropas de burros que abasteciam as Gerais. Por isso é que, na segunda metade do século XVIII, o Governo português transferiu a capital da colônia para o Rio de Janeiro, por ser a mineração mais importante para a Coroa do que a produção do açúcar que dava sustentação e importância a Salvador.

Entre Salvador e o Rio de Janeiro situavam-se as quatro capitanias que não prosperaram no século XVI — Paraíba do Sul ou São Tomé, Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus. A primeira, como já se salientou, desenvolveu-se a partir de povoamento vindo do Rio de Janeiro, já no século XVII, visando o desenvolvimento da pecuária e, em seguida, da cultura da cana-de-açúcar¹. Sua primeira vila foi a de São João da Barra.

A capitania do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho, teve o seu povoamento iniciado na primeira metade do século XVI, quando o donatário, com alguns auxiliares, se estabeleceu nas proximidades da baía de Vitória tentando conciliar-se com os indígenas, explorar a terra e implantar a cultura da cana-de-açúcar. Inicialmente, foi implantada a Vila do Espírito Santo, atual Vila Velha, e, em seguida,

¹ Pinho, Araújo (1946) *História de um engenho do Recôncavo*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde.

¹ Saint-Adolphe (1945) *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. 2 volumes. Paris: J.-P. Aillaud.

diante da pressão dos indígenas, foi ela transferida para a ilha de Vitória (1551). Insulando-se, pensava em se defender mais facilmente, mas, hostilizado pelos nativos, contestado por colonos e não dispondo de recursos, viu o seu empreendimento desmoronando e as pequenas vilas passaram séculos sem um maior desenvolvimento¹.

A capitania de Porto Seguro onde se situava o ponto em que Cabral atingiu a costa brasileira, em 1500, foi doada a Pero do Campo Tourinho que, inicialmente, conseguiu algum êxito, implantando duas vilas — Porto Seguro e Santa Cruz (1536) — e desenvolvendo a cultura da cana-de-açúcar². A reação indígena, a falta de recursos, a distância da metrópole, de quem necessitava apoio, e os desentendimentos com o clero e com parte dos colonos, contribuíram para que o povoamento ficasse restrito ao litoral e as duas vilas tivessem pouca vida até o século XX, quando foram descobertas pelo movimento turístico. A pequena importância delas fez que, no século XVIII, a capitania fosse absorvida pela da Bahia de Todos os Santos.

Ilhéus, mais ao norte, sofreu os mesmos problemas que as capitanias anteriores o que não impediu que nela fosse fundada uma vila — São Jorge dos Ilhéus — que permaneceu estacionária e, durante décadas, ameaçada por ataques indígenas, até que foi, no século XVIII, incorporada a Bahia³. Só com a introdução e o surto da agricultura cacaueteira é que a cidade e a região foram dinamizadas.

A cidade de São Cristóvão, fundada em 1690 pelo governador-geral, Cristóvão de Barros, teve origem na necessidade de dominar os indígenas que perturbavam as comunicações entre o Recife e Salvador. Ela permaneceria um burgo de pequena importância por mais de um século, atendendo, do ponto de vista comercial e administrativo, a uma área de pecuária pouco habitada⁴. O seu desenvolvimento foi cerceado pela própria situação geográfica — situada entre dois portos importantes — e pela má qualidade do seu porto, situado na foz do rio Vaza-Barris.

O povoamento da costa setentrional do Brasil foi iniciado nos fins do século XVI, estimulado pela necessidade de expansão da área açucarei-

¹ Marques, Cesar Augusto (1878) *Diccionario histórico geográfico e estatístico da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

² Saint-Adolphe, J. C. R. Milliet de, obra citada.

³ Campos, Silva (1981) *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

⁴ Souza, Marcos Antônio de (s.d.) *Memória sobre a Capitania de Sergipe (ano 1805)*. s.l.

ra e da formação de campos de pastagens, a fim de que esta área fosse abastecida de animais de trabalho e de carne¹. Também a luta contra os indígenas foi um fator de estímulo para a expansão que se iniciou tendo como base a vila de Olinda. Esta expansão para o norte foi coroada de êxito, em 1584, com a implantação da cidade de Filipéia de S. S. das Neves, na foz do rio Paraíba do Norte, e a de Natal, na foz do Potengi, em 1598. Os povoadores, além das vilas, sempre junto a portos naturais em fundos de baías e enseadas e nos estuários de rios, também implantavam engenhos de açúcar e lavouras de subsistência. As relações com os indígenas eram às vezes cordiais e às vezes conflituosas, ocorrendo sempre choques com franceses que estabeleciam feitorias em pontos comercial e militarmente estratégicos.

A fundação de uma colônia francesa no Maranhão, em 1595, com a implantação da cidade de São Luís, em uma ilha de fácil defesa, estimulou os portugueses a se expandirem em direção à área, dando margem à formação de um forte (atual Fortaleza) e da vila de Aquirás² no território hoje cearense. Daí partiriam as expedições que atacariam os franceses no Maranhão. A luta só seria concluída em 1615, e os portugueses, utilizando a antiga cidade francesa, partiram para a conquista paulatina da área em torno das baías de São Marcos e de São José, assim como da baixada, cortada pelos rios Munim, Itapecuru, Mearim, Grajaú e Pindaré. Alcântara, famosa cidade colonial, foi fundada no século XVIII³ (Mapa n.º 3).

De São Luís, partiriam os portugueses para a conquista da Amazônia que já era explorada por espanhóis, holandeses e franceses, em sua área próxima à foz do grande rio. Para garantirem a posição, os portugueses criaram, em 1615, um forte e a povoação de Belém, na foz do rio Tocantins, e a utilizaram para as suas sortidas contra indígenas e concorrentes europeus no Amapá, na ilha de Marajó e na área de Gurupá. Tiveram êxito, fazendo os franceses recuarem para Caiena e os holandeses para o atual Suriname, conseguindo controlar toda a foz do Amazonas. Ainda no século XVII, exploradores portugueses subiram o Amazonas até os Andes e missionários fundaram estabelecimentos nas margens do grande rio e de alguns dos seus afluentes.

¹ Andrade, Manuel Correia de (1962) *A economia pernambucana no século XVI*. Recife: Arquivo Público Estadual.

² Saint-Adolphe, J. C. R. Milliet de, obra citada.

³ Lopes, Antônio (1957) *Alcântara. Subsídios para a história de uma cidade*. Rio de Janeiro: MEC.

3

A PECUÁRIA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO PERÍODO COLONIAL

O sentido da colonização

Como já salientava Caio Prado Júnior¹, a colonização do Brasil foi um empreendimento econômico típico de domínio do capitalismo mercantil. Os portugueses fizeram a sua expansão pela costa africana, pela Ásia Meridional e pela América Latina, visando obter produtos tropicais e minerais para o mercado europeu, obtendo lucros bastante compensadores. Daí observar-se que no período colonial — 1500 a 1822 —, a história econômica do Brasil foi marcada pelos produtos de exportação de maior importância econômica — o pau-brasil, o açúcar, o ouro e os diamantes, o algodão etc. — a ponto de alguns historiadores admitirem a sua periodização em “ciclos”, ciclos que, na realidade, não ocorreram, de vez que a exportação de um produto continuava no “ciclo” seguinte, não mais como o principal mas como um produto de menor importância, menos expressivo.

Não é realista, também, a idéia de se procurar transplantar para a história brasileira o esquema dos modos de produção, um conceito teórico elaborado em virtude de outra realidade, admitindo-se até que teria havido um período feudal no Brasil ou modos de produção secundários. A nosso ver, a interpretação da história brasileira pode ser feita com maior acerto se forem usados conceitos ligados à formação econômico-social, a partir da transferência de sistemas europeus, em decadência ou em ascensão, e de sua adaptação à realidade encontrada no continente americano. Como o povoamento do Brasil

¹ Prado Júnior, Caio (1943) *Formação do Brasil contemporâneo. A Colônia*. São Paulo: Martins.

foi iniciado com a finalidade de extrair riquezas não existentes na Europa, visto como uma colônia de exploração, deram os portugueses uma importância maior aos produtos a serem exportados do que àqueles a serem por eles consumidos. Mesmo porque, para os colonizadores, não havia propriamente uma população na colônia, mas grupos indígenas que deveriam ser escravizados para fornecer os produtos de exportação. O colonizador privava a população nativa de sua liberdade, ocupando suas terras, depredando os recursos naturais e utilizando-a, sob coação, como força de trabalho não remunerada.

Sendo inicialmente pequeno o número de portugueses no Brasil, não se preocuparam eles com a produção dos alimentos necessários, preferindo trazê-los da metrópole, o que permitia maior utilização das embarcações em suas viagens de ida e volta. Como a população nativa se alimentava da pesca, da caça, da coleta florestal e de uma incipiente agricultura, os portugueses procuraram adaptar-se a este tipo de alimentação, substituindo produtos tradicionais pelos da terra, como aconteceu com a farinha de trigo que foi substituída pela farinha “de pau” ou de mandioca.

Passados os primeiros anos de mera exploração florestal, iniciaram os portugueses a colonização e ocupação do território por migrantes, desenvolvendo a cultura da cana-de-açúcar; inicialmente ela foi cultivada em quase todas as capitanias, só depois é que se foi concentrando em Pernambuco e na Bahia. A sua cultura demandava um grande emprego de mão-de-obra e um expressivo emprego de capitais¹, para a implantação dos chamados engenhos, verdadeira *plantation* tropical. Para isso, importaram em larga escala escravos negros, africanos, que eram aqui vendidos aos senhores de engenho. A intensificação da escravidão e o crescimento populacional decorrente da expansão dos canaviais, provocaram sérios impactos e a necessidade de se produzir, na área povoada, alimentos que se adaptassem ao clima e ao solo da colônia, para esta população em crescimento. Daí a importação de animais e vegetais da própria Europa, assim como da África, da Ásia e da Oceânia, terras por onde se estendia a influência comercial portuguesa.

Da Europa foram trazidos, desde a primeira metade do século XVI,

¹ Furtado, Celso (1959) *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

os animais domésticos, sobretudo bovinos, caprinos, suínos, eqüinos, da África vieram vegetais como o sorgo, o inhame, o cará, da Ásia fruteiras como a bananeira, a mangueira, a jaqueira e o arroz, e da Oceânia a fruta-pão e o coqueiro¹. Muitos vegetais cultivados pelos indígenas, como o algodão, a mandioca e o milho, passaram também a ser cultivados pelos colonizadores. Este fato é comprovado pelo depoimento dos cronistas coloniais, no século XVII, que testemunharam haver nos engenhos de açúcar áreas cultivadas como produtos alimentícios que garantiam a fartura das casas-grandes e a abundância de alimentos². A cana-de-açúcar só era cultivada nas terras baixas de massapê e nas encostas de “barro vermelho”, ao passo que os solos silicosos dos interflúvios eram utilizados para a plantação de tubérculos e de fruteiras. Daí o desenvolvimento do chamado “sistema do Brasil” no qual o senhor de engenho permitia que escravos cultivassem lavouras de mantimentos em áreas marginais aos engenhos, nos dias santos, feriados e domingos, a fim de que contribuíssem para o seu próprio sustento³.

No início do século XVII, os canaviais de Pernambuco se limitavam aos vales fluviais, às famosas várzeas, enquanto os interflúvios arenosos eram destinados à pecuária extensiva e à produção de alimentos⁴; no recôncavo baiano, porém, a cana dominou as áreas de massapê e deixou ao fumo as áreas silicosas; o fumo ganhou importância por ser usado na África como artigo de troca por escravos.

A permanência da pecuária nas áreas próximas às de agricultura trouxe problemas de convivência, de vez que o gado era criado solto e destruiu as plantações, fazendo com que o Governo estabelecesse que os criadores de gado deviam interiorizar-se, ficando as áreas de criação distantes das áreas agrícolas. Isso contribuiu para a expansão do povoamento para o interior e para a ocupação de grandes espaços, interligando as várias regiões do Brasil.

¹ Mello, José Antônio Gonçalves de (1954) Notas acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco, *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, n.º 3, p. 33-138. Recife.

² Cardim, Fernão (1939) *Tratado da terra e da gente do Brasil*. 2.ª edição. São Paulo: Nacional.

³ Diégues Júnior, Manuel (1959) *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. p. 69 e ss. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação.

⁴ Andrade, Manuel Correia de (1962) *A economia pernambucana no século XVI*. Recife: Arquivo Público Estadual.

A pecuária e a produção do território

A penetração dos criadores de gado para o interior foi determinada por uma série de fatores, como a necessidade de manter o gado afastado das áreas agrícolas litorâneas; a ocupação holandesa, que acelerou ainda mais a transferência de criadores de gado das áreas próximas à costa para o Sertão, utilizando os rios, sobretudo o São Francisco, como condutos da penetração. Com a expulsão dos holandeses, já era expressivo o povoamento do Sertão, e grupos organizados há haviam derrotado indígenas e conquistado áreas de pastagem.

Esta expansão foi muito favorecida pelas condições naturais e econômicas. Do ponto de vista natural, o clima semi-árido dificultava a proliferação de verminoses e de epizootias; além disso, havia uma pastagem natural boa para o gado, no período das chuvas, e “ilhas” úmidas nas margens dos rios e nas serras para onde ele poderia ser levado no período seco. Do ponto de vista econômico, contavam os pecuaristas com um mercado certo na área agrícola, que seria abastecido de carne, de couro e de animais de trabalho; tinham facilmente derrotado as tribos indígenas, depois de verdadeiro genocídio¹, e confinado os vencidos em aldeamentos administrados por missionários que procuravam sedentarizá-los. Os índios sedentarizados tornavam-se produtores de alimentos e formavam uma reserva de força de trabalho que podia ser recrutada pelos sesmeiros nas ocasiões em que necessitavam de braços para os trabalhos agrícolas ou de auxiliares para combater outras tribos.

As terras conquistadas aos índios eram doadas em sesmarias a pessoas influentes com o governador-geral da Bahia ou com o capitão-mor de Pernambuco, fazendo com que algumas famílias se apossassem de grandes extensões, verdadeiros latifúndios que compreendiam dezenas de léguas, obrigando os verdadeiros povoadores, homens humildes que haviam enfrentado os indígenas e implantado pequenos currais, a se tornarem seus foreiros.

Antonil, que deu um importante depoimento sobre o Brasil, no início do século XVIII, mostra como após dois séculos de ocupação da colônia, todo o interior do Nordeste estava praticamente ocupado, tanto o

chamado “sertão de fora”, da margem esquerda do São Francisco, como do “sertão de dentro”, da margem direita do mesmo rio, havendo latifúndios que se estendiam por mais de oitenta léguas nas margens do grande rio, expandindo-se para o norte até o Rio Grande do Norte, o Ceará e o Piauí, como o da Casa da Torre. O da Casa da Ponte se estendia desde o morro do Chapéu, na Bahia, até as margens do rio das Velhas em Minas Gerais¹. Alguns dos agregados das famílias dominantes nestas duas casas, a Dias d'Ávila e a Guedes de Brito, também foram grandes conquistadores de terras, como ocorreu com Domingos Afonso Mafrense, conquistador do Piauí, e os bandeirantes paulistas que vieram ao Nordeste a serviço dos governos locais para combater os cariris, na chamada guerra dos bárbaros, e aos escravos negros no Quilombo dos Palmares².

Formou-se, assim, no Sertão — Nordeste semi-árido — uma sociedade pecuarista, dominada por grandes latifúndios cujos detentores quase sempre viviam em Olinda ou Salvador, delegando a administração da propriedade a empregados, e nas quais havia sítios que eram aforados a pequenos criadores que implantavam currais. Era uma economia inteiramente voltada para um mercado distante, situado no litoral, para onde a mercadoria se autotransportava, em boiadas conduzidas por vaqueiros e tangerinos, por centenas de léguas. No percurso havia pontos de repouso e de engorda, pois a caminhada provocava uma queda de peso dos animais. Alguns núcleos urbanos hoje existentes, como Jacobina, se desenvolveram em virtude deste sistema de repouso dos animais.

A descoberta do ouro nas Gerais e a formação de um grande adensamento populacional em área distante do litoral, trouxeram grandes vantagens para os criadores de gado do Sertão que passaram a abastecer os centros de mineração; a corrida do ouro, gerando grande riqueza, fez com que se concentrasse a população e se expandisse consideravelmente o mercado. Daí as grandes ligações abertas entre o médio e o alto São Francisco, fazendo com que se formassem não só caminhos de gado como que se conquistassem terras aos índios com a finalidade de criar gado para a área mineradora. A demanda de alimentos nas Minas foi bem superior à oferta, fazendo os preços se

¹ Antonil, João André (s.d.) *Cultura e opulência do Brasil em suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos.

² Lima Sobrinho, Barbosa (1946) *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Nacional.

¹ Calmon, Pedro (s.d.) *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro: José Olympio.

elevarem, tornando numerosos migrantes agricultores de mantimentos, como mandioca, milho, cana-de-açúcar, frutas, ou criadores de médios e pequenos animais que eram facilmente comercializados. A pecuária foi acompanhando, nas áreas de caatingas e de cerrados, o trajeto dos mineradores, aproximando-se sempre dos arraiais de garimpagem. Daí a continuidade dos currais nordestinos por territórios, hoje de Minas Gerais, de Goiás e do próprio Mato Grosso.

A civilização pecuarista envolveu grandes capitais, e nela, embora em menores proporções do que na área açucareira, foi utilizado o braço escravo negro ao lado do indígena.

A influência cultural indígena se fez sentir de forma mais acentuada, de vez que a caça e a pesca abundantes promoveram uma intensa penetração dos alimentos indígenas na mesa dos colonizadores, muitas vezes já mamelucos. Também deu margem à utilização de utensílios de couro, como portas de casa, leitos, cordas, borraquia de carregar água, alforje, malas, mochilas, peias para cavalo, bainhas de faca etc., o que levou o historiador Capistrano de Abreu a classificá-la como “civilização do couro”¹.

Ao mesmo tempo que a pecuária comandou a ocupação no Nordeste semi-árido, ela teve o mesmo papel na Campanha gaúcha, devido à expansão das missões jesuíticas pelo território, hoje brasileiro. Os jesuítas espanhóis, partindo de Assunção, no Paraguai, em direção a leste, em demanda do Atlântico, fundaram no território do Brasil meridional numerosas missões, organizando os indígenas em aldeamentos, sedentarizando-os e desenvolvendo atividades econômicas e artísticas. As missões muito contribuíram para o desenvolvimento da pecuária bovina que se expandia subindo os formadores do rio da Prata. Com a destruição feita pelos bandeirantes paulistas e pela guerra promovida por Portugal e Espanha para acabarem estas missões, os indígenas e grande parte do gado foram dispersados pelos campos. Este gado seria, posteriormente, reunido e apropriado por estancieiros gaúchos e uruguaios que penetravam para o interior, dando origem a uma área de civilização pecuarista no Brasil meridional, área que sempre esteve ligada a São Paulo e que, com o desenvolvimento da mineração, foi grande fornecedora de animais de tração — muares, sobretudo —, e de abate à zona mineradora. Alfredo Ellis

¹ Abreu, Capistrano (1930) *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Briguier.

Junior¹, estudando as feiras de Sorocaba, chegou a admitir a existência de um “ciclo do luar”. A influência indígena ainda hoje é testemunhada pelas ruínas das missões e pelo nome das cidades, como Santo Ângelo, São Luís Gonzaga, São Borja etc. Aí também, ao lado da pecuária, da caça e da pesca, foi desenvolvida, em escala de abastecimento local, a produção de alimentos.

Na região nordestina o sistema pecuário sofreria um grande impacto a partir dos meados do século XVIII, com o estímulo dado à produção de algodão. A revolução industrial, utilizando o algodão como matéria-prima na indústria têxtil, estimulou a sua produção nas regiões tropicais, sendo o Brasil uma das áreas em que ela se desenvolveu, provocando uma verdadeira revolução no sistema de exploração da terra. Grandes áreas foram desmatadas para a sua cultura, restringindo a área de gado, e para as culturas alimentícias, de vez que a produção do algodão provocou o crescimento populacional da região. Cresciam as culturas do milho e do feijão, associadas à do algodão e a de mandioca. Mas a restrição da área de pastagens não trouxe prejuízos aos criadores, que eram também plantadores de algodão, porque as lavouras, após a colheita, deixavam no solo o “restolho” que servia de alimento suplementar para o gado. Como a colheita se dava na estação seca, esta alimentação vinha dar maior estabilidade à pecuária, diminuindo a necessidade de migrações para grandes distâncias. O impacto ecológico, porém, foi muito grande, de vez que a expansão das lavouras acarretou o desmatamento, atingindo áreas de “brejos” e de “serras frescas” que formavam verdadeiras “ilhas” ecológicas de florestas no meio das caatingas.

A produção de alimentos, feita apenas para o abastecimento do mercado local, se expandiria à proporção que aumentava esse mercado e se dispunha de tropas de burros para levá-la até os centros consumidores do litoral e da mineração. Ela permitiu ainda o surgimento de vilas e cidades que tendo fundamentalmente a função comercial e industrial — locais onde o algodão era liberado da semente e prensado — tornaram-se centros de serviços e de administração.

Por uma visão geopolítica do problema

Analisando-se os problemas enfrentados pela pecuária e pela produção de alimentos na conjuntura histórico-social do Brasil colonial,

¹ (1950) O ciclo do luar, *Revista de História*, ano 1, n.º 1, p. 73-83, jan.-mar. São Paulo.

pode-se chegar a conclusões de maior interesse para uma reflexão sobre a formação histórica e social do Brasil. Assim, o sentido da colonização levou o colonizador a privilegiar determinados produtos de exportação e deixar em posição secundária os destinados ao mercado local e da Colônia. Daí o Governo português ter estimulado a ocupação das áreas de grandes propriedades que produziam artigos de exportação, mas a necessidade de consolidação desta ocupação tornou possível o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno.

As áreas açucareiras e, em seguida, as de mineração, voltadas para o mercado externo, necessitaram ser abastecidas de animais de trabalho, de couro e de alimentos, provocando a penetração para o interior. O afastamento cada vez maior das áreas produtoras das consumidoras levou ao desenvolvimento de uma atividade manufatureira que ganhou grande importância no século XVIII, a de produção de charque, no Ceará e no Piauí. Esta industrialização se justificava por ser mais racional desidratar a carne e exportá-la do que transportar o gado a pé por centenas de léguas de distância. A indústria cresceu de tal forma que em certo momento começou a prejudicar a oferta de animais de tração aos engenhos de açúcar, levando o Governo de Pernambuco a proibir o funcionamento de charqueadas no Rio Grande do Norte, então capitania dependente de Pernambuco; quando a seca de 1790-3 dizimou o rebanho nordestino e levou à falência numerosas charqueadas, empresários cearenses se transferiram para Pelotas, no Rio Grande do Sul, e passaram a produzir e fornecer o charque para as áreas consumidoras¹. A expansão dos algodoais e a necessidade de um beneficiamento local do produto provocaram o crescimento populacional e a formação de novos grupos sociais no Sertão; o crescimento dos algodoais contribuiu, em grande parte, para a expansão da escravidão negra nas áreas de pecuária, como testemunhou, no início do século XIX, o arguto viajante Tollenare².

A concentração populacional na área de mineração deu margem a que se formasse aí uma agricultura de alimentos que subsistiu mesmo depois da decadência da mineração, Minas Gerais permaneceu como o Estado mais populoso do Brasil até as primeiras décadas do século XX, destacando-se como produtor de carne e de leite para todo o mercado nacional.

¹ Girão, Raimundo (1947) *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará.

² Tollenare, L. F. (1958) *Notas dominicais*. Salvador: Progresso.

Dentro do sistema colonial, que só entraria em crise nos fins do século XVIII, ocorreu uma certa hierarquia entre as áreas de produção de mercadorias para exportação em detrimento das produtoras para o mercado interno; sendo estas sujeitas a dupla exploração, a da metrópole, de forma indireta, e a do litoral, de forma direta.

Formaram-se áreas politicamente secundárias que permaneceram sempre dependentes de capitanias que se encontravam no litoral e que eram dominadas politicamente pelos políticos das áreas privilegiadas.

No Sudeste, o processo ocorrido no interior, graças, sobretudo, à importância econômica da mineração, a capitania de São Paulo foi desmembrada dando origem às capitanias de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso, tornando-se a primeira uma das principais unidades da federação até o ciclo do café, que também a favoreceu.

No Sul, os pecuaristas tiveram maior importância por não terem concorrentes exportadores e controlaram o poder político até o início do século XX, quando as regiões coloniais implantadas no Império e na Primeira República se tornaram fortes economicamente e passaram a ter peso político acentuado.

Em Mato Grosso, que permaneceu durante todo o período colonial praticamente isolado do resto do Brasil, a mineração sobreviveu, mas a pecuária, sobretudo no Pantanal, tornou-se a principal atividade econômica da então capitania que esteve sempre muito mais ligada às repúblicas do Prata do que ao Brasil. Só no século XX, com a construção de ferrovias e rodovias, é que ele foi capturado economicamente para o Brasil.

Assim, admitimos ser da maior importância o desenvolvimento de estudos sobre a pecuária e a cultura de alimentos¹ no Brasil, encarando-os em suas características internas e externas, no relacionamento com as culturas de exportação; é necessário que se façam estudos das inter-relações territoriais e regionais entre umas e outras áreas.

¹ Linhares, Maria Yedda Leite (1979) *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri.

4

A QUESTÃO DA TERRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A propriedade da terra: antecedentes

A República, proclamada em 1889, herdou do Império um sistema fundiário que se consolidara desde a invasão do Brasil pelos portugueses. Esta invasão, que se dera nos primeiros anos do século XVI, quando os primitivos habitantes do Brasil viviam em um estágio de desenvolvimento em que não conheciam a propriedade privada da terra, levou os portugueses a estabelecerem, nas áreas que iam conquistando, a legislação portuguesa, nem sempre adaptada às condições locais.

Os indígenas eram nômades, viviam em tribos, e a terra era usada pela comunidade visando o abastecimento imediato, não tinham preocupações com a acumulação, difícil nas condições ambientais, numa região tropical onde os produtos vegetais e animais se deterioravam rapidamente e onde a sociedade não dispunha de técnicas de conservação. A produção agrícola e extrativa também não era estimulada por comércio entre regiões.

A preocupação dos portugueses, que viviam então o capitalismo mercantil, era produzir mercadorias que tivessem demanda no mercado europeu, além de encontrar povos que tivessem atingido um nível de produção que oferecesse produtos a este comércio. Daí a diferença existente entre os colonizadores nas Índias, que dispunham de um variado leque de mercadorias comercializáveis, produzidas pelos indianos, e os do Brasil e das ilhas do Atlântico onde teriam que produzir para em seguida comercializar as mercadorias.

No caso brasileiro, os colonizadores se aperceberam de que dispunham de grandes espaços com terras férteis, produtos florestais de fácil

comercialização — o pau-brasil, sobretudo — e uma força de trabalho que poderia ser escravizada. Inicialmente, a potência colonial vacilou e levou três décadas para iniciar a exploração da terra, limitando-se a reconhecer os acidentes geográficos litorâneos, os principais produtos de que podiam apropriar-se e tentando organizar feitorias a fim de desenvolver o comércio com os indígenas.

Só com o início do povoamento da colônia, com a expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533), é que começaria o processo de apropriação das terras, utilizando para isso dispositivos da lei das sesmarias, promulgada em Portugal desde o reinado de D. Fernando, (lei de 26 de maio de 1375) com a finalidade de localizar colonos cristãos em terras conquistadas aos mouros¹. Como o Brasil pertencia à Ordem de Cristo, ao criar as capitânicas hereditárias o Rei de Portugal estabeleceu nos forais dos donatários que eles poderiam reservar para si apenas uma determinada porção de terras, devendo doar a pessoas de religião cristã, e com capacidade financeira, outras porções em regime de sesmarias. O sesmeiro tinha a posse da terra mas não o domínio, pagando um dízimo à Ordem de Cristo. Os primeiros donatários distribuíram sesmarias com alguns dos seus companheiros de aventuras que conquistaram terras aos indígenas e estabeleceram plantações e moradias, algumas delas verdadeiras fortalezas, ao lado de engenhos de açúcar que seria o grande produto de exportação da colônia nos dois primeiros séculos de colonização².

A doação de terras em sesmarias, embora estas não dessem o domínio mas tão-somente a posse ao seu titular, provocou o processo de sua ocupação e apropriação, sob a égide da grande propriedade, e definiu um processo de dominação do latifúndio que ainda hoje ocorre no país.

Durante três séculos, os donatários e o governador geral distribuíram sesmarias, nos vários quadrantes do país, a pessoas gradas e influentes e que participavam direta ou indiretamente da ação da conquista e da expropriação das tribos indígenas.

Apesar de o poder real, em alguns períodos, ter limitado a extensão das sesmarias a serem doadas, estas leis foram sempre burladas a ponto de se formarem grandes latifúndios com dezenas de léguas de extensão

¹ Lima, Ruy Cirne (1991) *Pequena história territorial do Brasil. Sesmarias e terras devolutas*. p. 15-35. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo.

² Diégues Júnior, Manuel (1959) *População e propriedade da terra no Brasil*. p. 15-7. Washington D.C.: União Pan-Americana.

em terras contínuas. Na área de domínio da pecuária, os grandes senhores das casas da Torre e da Ponte dominaram quase todo o Sertão nordestino e o norte de Minas, com fazendas que eram em parte exploradas diretamente e em parte aforadas a sitiantes, seus agregados, que possuíam currais e pagavam foros anuais¹.

Ao lado do processo legal de apropriação de terras pela doação de sesmarias, ocorria também a apropriação por pessoas de menores recursos e prestígio, que se instalavam em áreas menos acessíveis, implantando roças e currais — eram os chamados posseiros. Estes, ao terem suas terras apropriadas por senhores de prestígio no Governo colonial, tinham que se submeter e se tornar seus foreiros ou migrar para terras mais distantes.

A crise do sistema colonial, ocorrida nos fins do século XVIII², provocou, naturalmente, problemas que demandavam medidas renovadoras de ordem tanto política como econômica, mas só em 1822, quando já ia adiantado o processo de separação do Brasil e Portugal, é que foi promulgada a resolução de 17 de julho de 1822, que pôs fim ao sistema das sesmarias e estabeleceu a aquisição da propriedade pelo reconhecimento da posse da terra³.

Confiava o Governo do Príncipe-Regente, logo elevado a Imperador, que, com o reconhecimento do direito de posse, se resolveria o problema da terra e os pequenos posseiros teriam direito a se fixar nas áreas que exploravam. Ocorre, porém, que estes não dispunham de condições para fazer valer os seus direitos perante os grandes senhores e as autoridades, sendo pequeno o número dos que se beneficiaram dos favores da lei.

Com a tendência à supressão do tráfico de escravos e o início da colonização de trabalhadores estrangeiros, estimulada pelo Governo, tiveram os proprietários o receio de que estes se fizessem valer do direito de posse e se estabelecessem em áreas públicas, fugindo à prestação de serviços aos grandes proprietários⁴.

¹ Antonil, André João (1967) *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário por A. P. Canabrava. p. 307-9. São Paulo: Nacional.

² Prado Júnior, Caio (1943) *Formação do Brasil contemporâneo. A colônia*. São Paulo: Martins; e Novais, Fernando (1979) *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec.

³ Lima, Ruy Cirne, obra citada, p. 108.

⁴ Andrade, Manuel Correia de (1992) *Introdução em Joaquim Nabuco. Campanha abolicionista no Recife. Eleições de 1884*. p. 17. Brasília: Senado Federal-Fundação Casa de Rui Barbosa.

Em algumas áreas do território nacional, durante o Império, se desenvolveu, como exceção, a concessão de pequenos lotes de terra, as datadas, a grupos estrangeiros que vieram formando colônias, como os italianos e os alemães no Espírito Santo, em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul, em áreas isoladas e muitas vezes localizadas nas proximidades de terras indígenas, para garantir a ocupação portuguesa¹. Era uma migração bem diversa da feita para as áreas cafeeiras e que visava garantir força de trabalho para os fazendeiros e não formação de colônias de pequenos proprietários.

Estes fatos e a defesa dos “direitos” da elite latifundiária, agrário-exportadora, determinaram a promulgação da Lei de Terras (Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850) que estabelecia o processo de compra e venda para aquisição de propriedades.

O impedimento do acesso à posse da terra por grande parte da população rural pobre criou problemas entre proprietários e não proprietários, que já eram muitos no início do século XIX, e que tendiam a se intensificar ainda mais com a abolição da escravatura. Daí políticos mais abertos a mudanças terem proposto a realização de uma política de democratização da terra, como Joaquim Nabuco que defendia uma reforma agrária, já em 1884, como André Rebouças que falava em uma política de democracia social, e João Alfredo que procurava completar a abolição da escravatura com a desapropriação, para colonização, de terras situadas nas margens dos rios navegáveis e das ferrovias a serem construídas².

O quadro fundiário em 1889

Ao ser proclamada a República, o novo Governo procurou fazer algumas modificações na vida econômica e política do país, desenvolvendo a industrialização e dando autonomia às antigas províncias, transformadas em estados. A política de industrialização não foi bem-sucedida, levando ao “encilhamento”, e o problema do acesso à propriedade da terra foi freado, impedindo que a grande massa pobre alcançasse o *status* de cidadania. Isto se deu porque as massas não estavam organizadas para pressionar o Poder e o Partido Republicano

¹ Diegues Junior, Manuel, obra citada, p. 26-8.

² Andrade, Manuel Correia de (1988) *João Alfredo. O estadista da abolição*. p. 222. Recife: Massangana.

esteve sempre ligado aos grandes fazendeiros de café e aos senhores de engenho de açúcar, não tendo lutado, na última década do Império, pela Abolição.

Ao se iniciar o período republicano, a grande propriedade ocupava as maiores extensões, sobretudo nas áreas de mais fácil acesso aos transportes; os grandes proprietários, fazendeiros de gado ou produtores de artigos de exportação, controlavam tanto a vida econômica como política dos novos estados. Os pequenos proprietários eram muito numerosos mas se localizavam em áreas menos acessíveis, dedicando-se predominantemente à produção para o mercado interno em expansão e detinham a propriedade em consequência do direito de posse ou da sucessão hereditária. Isso porque o sistema sucessório que dava acesso à herança a todos os filhos, facilitava a fragmentação da grande propriedade¹.

Na área açucareira, se iniciava um processo de concentração fundiária com a substituição dos velhos engenhos bangüês pelas usinas de açúcar. Usinas que foram altamente favorecidas pelos governos estaduais que procuravam legitimar este favorecimento alegando a necessidade de modernização.

A Constituição republicana de 1891, em seu artigo 64, estabeleceu que as terras públicas passariam à propriedade dos estados em que estivessem situadas, contribuindo assim para a sua apropriação pelos “coronéis” que, com os seus “currais eleitorais”, elegiam os deputados, os senadores e os governadores. Assim, em vez de trazer uma contribuição à solução do problema agrário, a fim de atenuar a pressão das classes menos favorecidas que necessitavam de terras para cultivar, a Constituição dificultava-lhes o acesso à propriedade da terra. Em leis posteriores à Constituição, o sistema de compra e venda da terra foi fortalecido com a adoção do registro da propriedade consagrado pelo Código Civil, de 1 de janeiro de 1916; em seu art. 530, ele admite a aquisição da propriedade pela transcrição da transferência de contrato de compra e venda no Registro de Imóveis, por acessão, por usucapião e por herança.

Durante a Primeira República (1889-1930), os governos permaneceram indiferentes às pressões populares em favor de uma reforma agrária, enquanto nos estados as oligarquias mantinham um férreo controle contra qualquer tentativa de reforma; as massas populares,

¹ Andrade, Manuel Correia de (1976) *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. p. 155-80. São Paulo: Hucitec.

espoliadas, não se organizaram para obter o acesso à terra, viveram à mercê dos grandes proprietários e dos grandes posseiros. Daí os constantes conflitos entre trabalhadores e proprietários que se materializavam ora em confrontos pessoais, com destruição de bens ou com assassinatos, ora com movimentos populares, em geral acobertados por posições messiânicas, dentre os quais os mais importantes foram a Guerra de Canudos (1896-97) na Bahia, e do Contestado (1912-16) no Paraná e em Santa Catarina.

Assim, a luta entre os grandes beneficiários do sistema tomou as mais variadas formas nos diferentes pontos do país, deixando para a Segunda República um problema que só então começou a ser debatido e até hoje não foi solucionado.

A Primeira República e a Grande Propriedade

Na verdade, durante os quarenta anos da Primeira República, a questão fundiária e agrária foi se agravando à proporção que crescia a população e novos espaços eram incorporados ao território nacional. A apropriação seletiva era feita tanto nas terras tradicionais, ocupadas desde o período colonial, como nas que iam sendo conquistadas aos indígenas. Fazendo-se uma revista sumária pelo território nacional, observa-se que havia sempre o domínio da grande propriedade associado ao sistema de exploração dos recursos naturais. Pode-se, de forma preliminar, distinguir a existência de oito tipos de grande propriedade no Brasil, muitas vezes associando-se ao termo *propriedade* a simples posse da terra.

Assim, na Amazônia, que fora conquistada em virtude da escravização dos indígenas e da exploração por eles das “drogas do sertão”, ocorreu uma grande revolução a partir das últimas décadas do século XIX, quando o mercado internacional, em consequência da descoberta do processo de vulcanização da borracha, acelerou a demanda do produto. O fato provocou a intensificação do processo migratório para a Amazônia, por nordestinos, e a desorganização da economia extrativa não especializada e da pequena agricultura de subsistência, pela apropriação de grandes áreas pelos seringalistas, financiados pelas casas aviadoras¹. O seringalista, com apoio de jagunços e do Governo,

¹ Reis, Artur Cezar Ferreira (1953) *O seringueiro e o seringal*. p. 11 e ss. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola.

apossava-se da desembocadura de um rio, estabelecia a sede do seringal e abria as “estradas” que levavam às seringueiras e estas passavam a ser exploradas por trabalhadores migrantes do Nordeste. Estes trabalhadores estavam submetidos a um processo de financiamento espoliativo e de monopólio da compra do produto, o que os tornava semi-escravos do seringalista que dispunha de milícia própria para controle dos trabalhadores que explorava. Este sistema se desmoronou com a queda da demanda da borracha brasileira no mercado internacional, na primeira década do século XX, mas ainda sobreviveu, sob forma agônica, até os meados deste século.

No Maranhão, a ocupação dos vales fluviais que deságuam nas baías de São José e de São Marcos, se intensificou com a política desenvolvida pelo Marquês de Pombal, da criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, que estimulou o desenvolvimento da grande lavoura de algodão e arroz, intensificou a importação de escravos e financiou os proprietários, fazendo com que a região entrasse rapidamente no circuito econômico internacional. Este fato não só provocou a destruição de grupos indígenas, como fez afluir para a então capitania grande quantidade de escravos negros, a ponto de São Luís competir com o Recife, Salvador e o Rio de Janeiro como principais portos brasileiros importadores de africanos nos séculos XVIII e XIX. Esta exploração agrícola, à qual se juntaria, depois, a canavieira, permitiu uma expansão do povoamento para o Sul do estado e o estabelecimento de relações mais constantes entre o Maranhão e a Bahia. A lixiviação dos solos, porém, ao lado da oscilação de preços de produtos primários no mercado internacional, fizeram com que a economia maranhense estagnasse e que subsistisse por muitos anos baseada na pecuária ultra-extensiva e na exploração de produtos extrativos como o babaçu.

O Nordeste semi-árido foi povoado pelos colonizadores baianos e pernambucanos, em virtude da pecuária, a partir do século XVI, sendo estimulados pela necessidade de produzir animais de tração, couro e carne para alimentar a área açucareira da Mata pernambucana e do Recôncavo da Bahia. Era, assim, uma área produtora de mercadorias — gado e couro — para serem vendidas em outras áreas produtoras de mercadorias para exportação — cana-de-açúcar; estando sujeita a uma dupla exploração, aquela feita pela metrópole diretamente sobre os produtores de açúcar e a destes sobre os produtores de gado. A pecuária foi largamente estimulada no século XVIII, com o desenvolvimento da mineração nas Gerais e, em seguida, em Goiás, não só forne-

cendo os animais como também ocupando espaços vazios. A grande vantagem é que o boi procurava o seu próprio alimento e se auto-transportava. Foi nesta área também que se desenvolveu agricultura de mantimentos e, em seguida, a do algodão que passou a ser demandado em larga escala pelo mercado inglês, em face da chamada revolução industrial¹. Durante a Primeira República, esta área continuou a ser produtora de algodão para os centros urbanos em crescimento e de alimentos para o consumo local.

Profundamente ligada ao latifúndio, a cana-de-açúcar ocupou a faixa oriental do Nordeste, a chamada região da Mata e o Recôncavo baiano; mais bem situada em relação à Europa e dispondo de clima quente e úmido, de solos de barro vermelho e de massapê, ela oferecia boas condições à cultura da cana-de-açúcar. O açúcar, ainda no século XVI, já se tornara o principal produto de exportação do Brasil, despertando a cobiça de outros povos colonizadores europeus, como ingleses e holandeses. A cana-de-açúcar implantou na região uma civilização patriarcal que Gilberto Freire classificou como latifundiária, monocultora e escravocrata² e que deu origem a uma oligarquia que durante o período colonial e imperial, do alto de suas casas-grandes, ditava as normas da vida política brasileira. Este grupo controlou as melhores terras do Nordeste e expandiu a sua influência econômica para as áreas vizinhas, controlando a vida política e econômica de vários estados, sobretudo de Pernambuco e da Bahia.

No início da República, apesar das tentativas de renovação com a implantação de engenhos centrais e usinas, a cana perdia importância diante dos grupos de cafeicultores do Sudeste e dos criadores de gado do Rio Grande do Sul, mas os proprietários manteriam o controle político regional.

O controle da propriedade da terra pelos grupos usineiros continuou forte a ponto de, na segunda metade do século XX, ser a região nordestina, em sua porção úmida, um dos maiores focos de resistência e luta pela reforma agrária.

A crise tornou-se mais forte em 1930, a tal ponto que o Governo, dito revolucionário, procurou desenvolver uma política de proteção à indústria açucareira, procurando limitar a produção e distribuí-la por

¹ Andrade, Manuel Correia de (1986) *A terra e o homem no Nordeste*. 5.ª edição, p. 121-33. São Paulo: Atlas.

² (1943) *Casa grande & senzala*. 4.ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.

estados e empresas. Isso fazia parte de uma política de proteção regional por causa da concorrência fluminense e paulista que havia conquistado grande parte do mercado interno e procurava participar mais ativamente da exportação.

Em Minas Gerais e Goiás, a mineração possibilitou a formação do latifúndio baseado na produção pecuária, sobretudo de bovinos e suínos; a pecuária bovina, naquelas áreas mais distantes, era destinada à produção de carne tanto para o mercado local como para os grandes centros urbanos em crescimento, como São Paulo e Rio de Janeiro. Nas áreas localizadas nas proximidades dos centros consumidores e que possuíam clima de altitude, predominava a pecuária de leite. Daí, Minas ter-se tornado, durante a Primeira República, o grande produtor de queijo e de manteiga, substituindo, no mercado interno, os produtos antes importados da Holanda. Daí também se consagrar como política “café-com-leite” a de dominação da federação pelos dois estados mais ricos do país — São Paulo, produtor de café, e Minas Gerais, produtora de leite. Mas Minas dispunha também de recursos minerais em abundância e a sua grande riqueza mineral permitiu a penetração do capitalismo industrial, de capitais estrangeiros na exploração de ferro e ouro. A presença de uma concentração populacional expressiva e a dificuldade de transportes permitiram que se conservasse, até os anos 30, em uma economia manufatureira tanto na atividade açucareira — Minas era o Estado que possuía o maior número de engenhos bangüês, ao ser criado o IAA — como na indústria de laticínios.

O latifúndio cafeeiro foi o de maior importância econômica na Primeira República, garantindo ao Brasil a primeira colocação mundial na produção e comercialização do café, sendo este o nosso principal produto de exportação. O café, introduzido no Brasil nos fins do século XVIII, ganhou importância no início do século XIX, quando foi aclimatado na província do Rio de Janeiro e subiu o vale do Paraíba em direção a São Paulo. No Rio de Janeiro foi uma cultura que utilizou integralmente a força de trabalho escrava¹ e, ao penetrar em São Paulo, utilizando a mesma mão-de-obra, ganhou grandes espaços. Com a decadência do comércio de escravos e necessitando de braços, o café provocou uma política migratória em larga escala, com a utilização de trabalhadores italianos, e permitiu uma evolução nas relações de tra-

¹ Stein, Stanley (s.d.) *Grandeza e decadência do café*. São Paulo: Brasiliense.

balho da escravidão para o colonato¹. Com boas cotações no mercado internacional, com terras virgens disponíveis, com facilidade de importação de mão-de-obra e com uma elite empreendedora, os cafezais se alastraram pelo território paulista, permitindo a coexistência de grandes e pequenas fazendas, provocando a modernização do porto de Santos e a abertura de estradas de ferro de penetração que não só possibilitaram a ocupação do território paulista, como levaram a influência de São Paulo ao Triângulo Mineiro, ao sul de Mato Grosso e ao norte do Paraná². Em sua marcha constante, os cafezais destruíram florestas, populações indígenas e fundaram fazendas e cidades. Ainda na Primeira República, começou a ser planejada a ocupação do norte do Paraná por propriedades de pequena extensão dedicadas à sua cultura, ao algodão e à pecuária.

A superprodução mundial do café trouxe sérios problemas aos fazendeiros e à economia do país, fazendo com que o Governo tomasse medidas protecionistas, na década de 20. A Revolução de 30 veria a queda da importância da cafeicultura e a substituição de cafezais por outras culturas que hoje têm grande importância em São Paulo, como a do algodão, a da cana-de-açúcar e a da laranja. A perda de importância dos cafezais provocou a divisão das grandes fazendas em pequenas e médias glebas que foram vendidas a antigos colonos, contribuindo para uma melhor divisão da propriedade nas décadas de 20, 30 e 40.

Pode-se afirmar que a Primeira República foi o período de domínio absoluto do café, na economia brasileira, e dos coronéis e bacharéis cafeicultores na política nacional. Ele permitiu que capitais acumulados fossem aplicados na implantação de indústrias, fazendo com que, em algumas décadas, São Paulo se tornasse o Estado mais industrializado do país, consolidando assim a sua hegemonia econômica.

Mato Grosso, inteiramente isolado do resto do país e onde durante muito tempo só se tinha acesso regular através dos rios da bacia do Prata, teve duplo povoamento, pelo norte, por povoadores que subiam os afluentes da margem direita do Amazonas, organizando seringais e castanhais, na mesma forma e nas mesmas bases utilizadas na Amazônia, e pelo sul, por pecuaristas que ocuparam os campos do Pantanal e as florestas da bacia do Paraná. Ambas as formas foram latifundiárias,

¹ Costa, Emília Viotti (1966) *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel.

² França, Ary (1960) *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.

de vez que nos pantanais se formaram fazendas com milhares de hectares onde se fazia uma pecuária ultra-extensiva em campo aberto¹, ao passo que nas margens do Paraná grandes empresas, como a Mate Laranjeira, exploravam a erva-mate para o mercado platino. Foi uma área inicialmente voltada para as repúblicas do Prata, onde colocavam as mercadorias produzidas². Ela só seria integrada à economia brasileira com a construção da estrada de ferro que ligava Bauru a Corumbá, atravessando o Pantanal.

A República encontrou as áreas do Pantanal e os cerrados localizados nos planaltos ocupados por grandes fazendas que faziam sobretudo a cria e a recria do gado e enviavam as grandes boiadas para os frigoríficos paulistas da porção ocidental do estado. Com a ampliação da rede de transporte ferroviário e rodoviário, estas fazendas não só tiveram maior facilidade de exportar os seus produtos, como ampliaram a sua atividade à engorda de gado.

No Sul do Brasil observa-se um grande contraste na ocupação da terra, de vez que a porção ocidental foi ocupada, a partir do século XVII, pela pecuária, iniciada pelos jesuítas em suas missões e continuada, após a sua destruição, tanto na Campanha como nos planaltos ocidentais do Paraná e de Santa Catarina. Aí os campos de criação eram continuados pelos territórios, inicialmente espanhóis e, em seguida, argentinos e uruguaios. Na porção oriental onde dominavam áreas montanhosas cobertas de florestas, os portugueses introduziram açorianos, no litoral (século XVIII), e alemães e italianos, no interior (séculos XIX e XX), a fim de garantirem a integração do sul do país à América Portuguesa. O Império não só continuou como até intensificou esta política, visando também eliminar os grupos indígenas que se localizavam entre as porções oriental e ocidental. Na Primeira República, os governos estaduais, que se tornaram responsáveis pela política de colonização e pela distribuição das terras devolutas, procuraram não só intensificar a imigração estrangeira como diversificá-la quanto à origem. Daí a grande afluência de russos, polacos, ucranianos, letos, lituanos etc. e a formação de colônias multinacionais, como a de Ijuí.

¹ Corrêa Filho, Virgílio (1956) *Pantanais mato-grossenses*. p. 202-4. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.

² Sodré, Nelson Werneck (1941) *Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Estabeleceu-se, assim, um contraste entre as áreas de domínio da pequena e média propriedade e as áreas de grandes latifúndios pecuários, voltando-se as primeiras, predominantemente, para o autoconsumo e para o mercado nacional e as segundas para a exportação para outras regiões e outros países.

A Revolução de 30 e a questão agrária

A Revolução de 30, iniciando a Segunda República, teria grande influência no país até 1946, quando nova Constituição pôs em choque a república corporativista de Getúlio Vargas. Ela representou uma conciliação entre o grupo industrialista e comercial que dominava as cidades e o grupo agrário exportador que vivia ainda sonhando com os dias do Império, quando admitia que o Estado era apenas um prolongamento de sua propriedade. Mas a conciliação que se realizara já com o ingresso de líderes da velha oligarquia na direção da revolução, se consolidou com a permanência do latifúndio no poder e sua coexistência com o desenvolvimento urbano e industrial.

No que diz respeito ao direito de propriedade, a Constituição de 14 de julho de 1934 estabeleceu em seu artigo 113, item 17, que ele não poderia ser exercido contra o interesse social ou coletivo na forma que a lei determinasse, mas a desapropriação por necessidade ou utilidade pública só se faria com “prévia e justa indenização”.

Desse modo, a propriedade da terra continuou praticamente intocável e os reclamos dos trabalhadores rurais e dos partidos e blocos políticos de esquerda foram postergados. A própria legislação trabalhista, consolidada em 1943, reconheceu alguns direitos como férias e aviso-prévio na rescisão do contrato de trabalho do trabalhador rural, mas estes direitos só vieram a ser reconhecidos vinte anos depois, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Durante a Primeira República, o problema agrário, que se tornara crônico desde o período colonial, ficou à espera de uma resolução, sendo as reivindicações dos trabalhadores e dos pequenos produtores agrícolas reprimidas, inicialmente pela polícia e, nos casos em que pôs em perigo a ordem estabelecida, pelas forças armadas, como em Canudos e no Contestado. A grande preocupação econômica do período foi a opção entre industrialistas e agraristas — consulte-se a imprensa e os anais do Congresso — e a melhoria da qualidade dos produtos de exportação, a fim de concorrerem no mercado internacional. Os gran-

des proprietários alimentavam disputas entre estados por parcelas do mercado internacional em que o Brasil tinha cotas de exportação inferiores à sua produção.

Concluindo, pode-se afirmar que a Primeira República, com os seus estadistas e com as suas bases políticas, ignorou a questão agrária, sem dar a menor atenção ao que ocorria em países como o México e a Rússia, esperando que, no futuro, os grandes problemas fossem resolvidos sem que mudassem as estruturas. Os políticos defendiam a modernização formal, consolidando e radicalizando as diferenças econômicas e sociais e agravando os problemas do país.

Assim, a análise da questão agrária na Primeira República é uma demonstração do quanto se torna necessário uma maior reflexão sobre ela, nos dias de hoje, e a necessidade do estabelecimento de uma política agrária mais realista e mais comprometida com os interesses, não de um grupo, mas do povo brasileiro.

5

VIDA CAMPONESA: CULTURA E TRADIÇÃO

Camponês e campesinato

A expressão *camponês*, em sua acepção geral, é largamente usada como pessoa ou grupo de pessoas que vive em áreas rurais, exercendo profissionalmente atividades ligadas ao campo, estando pouco ligado à vida urbana. Este termo é usado nas mais diversas regiões do mundo e nas línguas mais diversas, ora como *countryman* em inglês, *paysan* em francês, *moujik* em russo, *campesino* em espanhol etc.; a partir daí, se fala em lutas camponesas, em reivindicações camponesas, em comunidade camponesa etc.¹. No Brasil a expressão espanhola *campesino* vem tendo grande divulgação e se aportunando.

Em Ciências Sociais, porém, este termo é usado de forma mais restrita, com ele se procura caracterizar os vários tipos que vivem no campo e que muitas vezes não trabalham diretamente a terra; numerosos autores não consideram camponeses os chamados povos primitivos que ainda não atingiram o estágio da atividade agrícola, vivendo da caça, da pesca e da coleta, como algumas tribos indígenas brasileiras mais atrasadas que vivem isoladas da civilização branca, como os ianomâmis. Não se podendo dizer o mesmo dos indígenas do México, do Peru, da Bolívia e da América Central onde formam verdadeiras comunidades de agricultores e possuem uma consciência étnica bastante sedimentada.

Não se pode também chamar de camponeses aos grandes e médios proprietários rurais que exploram as próprias terras, para o mercado, e aos comerciantes rurais que vivem em povoados e vilas, assim como a

¹ Brunet, Roger; Ferras, R. & Thery (1992) *Les mots de la géographie. Dictionnaire critique*, p. 340. Paris: Reclus-La Documentation Française.

profissionais ligados às áreas de serviços e que vivem no campo, embora inteiramente integrados, do ponto de vista cultural, à vida urbana.

Durante muitos anos os estudiosos da sociedade, no Brasil, evitaram usar o termo *camponês* alegando que ele só era encontrado em sociedades em que os agricultores se dedicavam à produção para o consumo, vivendo inteiramente ausentes das preocupações com o mercado de venda da produção. Os geógrafos humanos, por exemplo, não admitiam o uso do termo e procuravam semelhanças entre o agricultor pobre brasileiro e o aldeão francês — a França durante muito tempo serviu de modelo para os estudiosos brasileiros — mas, como estas semelhanças não existiam, não havia camponês no Brasil. Alguns sociólogos, porém, usavam o termo, sobretudo quando este se referia a pequenos produtores agrícolas, proprietários, arrendatários ou meeiros, comparando-os com os chamados servos da gleba do feudalismo europeu, para distingui-los dos trabalhadores rurais assalariados. O termo *camponês* só passou a ser usado com mais freqüência nos meados do século XX quando os agricultores de Pernambuco organizaram uma associação — as chamadas Ligas Camponesas — e se auto-intitularam *camponeses*¹. A partir daí, generalizou-se o uso dessa expressão e, até mais recentemente, a de *campesinos*.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, em estudo mais aprofundado, procura conceituar o camponês² e esclarecer que especialistas mais renomados não aceitam como tais os povos primitivos que vivem inteiramente isolados das cidades e os trabalhadores rurais assalariados. A partir do pensamento desta antropóloga paulista, procuraremos levantar alguns problemas sobre o camponês e o campesinato no Brasil.

A formação do campesinato no Brasil

No caso brasileiro, em uma sociedade patriarcal dos períodos colonial e imperial, já se encontrava um germe de campesinato girando em torno da classe senhorial e se sobrepondo aos escravos. Estes, sendo

propriedade privada dos senhores, não poderiam ser considerados camponeses; mas a existência do campesinato colonial foi testemunhada por cronistas e viajantes que aqui estiveram e percorreram o país em várias direções. Ainda no século XVI, Fernão Cardim¹, ao descrever a região açucareira de Pernambuco, salientava a existência, à sombra dos canaviais, de numerosas e diversificadas culturas feitas por homens livres em terras alheias ou em pequenas porções de terra próprias, visando o auto-abastecimento e a venda para as vilas, povoações e os próprios engenhos. Eram numerosos os portugueses que chegavam ao Brasil sem dispor de recursos, de crédito ou de prestígio para montar engenhos, passando a viver de pequenas atividades agrícolas em áreas mais distantes dos engenhos, em terras que ocupavam ou em terras de proprietários. As áreas desfavoráveis à cultura da cana-de-açúcar, como as de solos silicosos, chamados de tabuleiros, eram aproveitadas para a cultura da mandioca e de outros tubérculos, além de fruteiras, que eram vendidos no Recife e em centros menores.

Estes agricultores, que seriam o germe de um campesinato do Nordeste, compreendiam os lavradores de cana que a moíam nos engenhos, mediante um percentual na produção, e os foreiros que viviam em áreas mais distantes da sede do engenho, cultivando lavouras de subsistência, sobretudo a mandioca, para o sustento familiar e para a venda, pagando ao proprietário da terra o uso do “sítio”, seja com dias de trabalho seja com aluguel em dinheiro, chamado geralmente de *foro*.

Ao lado destes, havia ainda os chamados moradores, que viviam em terras dos proprietários, prestando a estes alguns dias semanais de serviços e explorando, com auxílio da mão-de-obra familiar, o “sítio” onde produziam alimentos. Na região açucareira nordestina o sítio tem duas acepções; ou a de uma pequena área em uma grande propriedade explorada por um morador, ou a de uma pequena propriedade explorada pelo proprietário.

Em áreas menos apropriadas à cultura canavieira, quer pelas condições edáficas, quer por problemas de localização, as propriedades, primitivamente, eram subdivididas entre os filhos dos proprietários, por força da sucessão hereditária, transformando-se em área de pequenos produtores, onde havia, no período colonial, pequenos engenhos rapadureiros ou produtores de cachaça ao lado de uma atividade policultora. Observava-se, aí, a presença da cana, mas ela estava

¹ Julião, Francisco (1963) *O que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; e Andrade, Manuel Correia de (1986) *A terra e o homem no Nordeste*. 5.ª ed., p. 215-8. São Paulo: Atlas.

² (1973) *O campesinato brasileiro*. p. 23 e 25. Petrópolis: Vozes.

¹ (1939) *Tratado da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Nacional.

desprovida de seu prestígio imperial, como diria Gilberto Freire¹, por se igualar às plantações mais modestas, como a mandioca, o milho e as fruteiras.

Nos séculos XVII e XVIII, no Agreste e no Sertão nordestinos, sobretudo nos chamados “brejos” e nas “serras frescas”, havia, nessas manchas úmidas, uma atividade agrícola para o atendimento do mercado local, só vindo a abrir-se ao mercado regional e nacional no século XIX, com o desenvolvimento da cultura do café².

Nas áreas mais distantes, depois que os índios foram afastados de suas antigas terras, moradores que penetraram para o interior por razões as mais diversas, desenvolveram atividades agrícolas policultoras e de criação de pequenos animais e até mesmo atividades artesanais, fazendo seus próprios móveis e tecendo suas próprias roupas e redes com o algodão que cultivavam. Havia, desse modo, uma cultura algodoeira feita pelos próprios produtores para seu consumo, ao lado de uma agricultura algodoeira feita em larga escala, com auxílio do braço escravo, para exportação.

As atividades camponesas tiveram grande importância em São Paulo, nos primeiros séculos da colonização, quando, pela distância da Europa, a então capitania de São Vicente, não tendo condição de competir com a produção açucareira baiana e pernambucana, desenvolveu-se muito com o surto da mineração nas gerais, onde se concentrou uma grande população que se dedicava à exploração mineral, nos então chamados Sertões das Gerais. Esta atividade teve grande importância na região das minas, até o período em que a mineração entrou em decadência e se desenvolveu o surto cafeeiro no vale do Paraíba.

Não se pode esquecer também as atividades agrícolas camponesas, durante o período colonial e imperial, desenvolvidas por escravos fugidos ao cativeiro e organizados em quilombos. No Quilombo de Palmares, o maior deles, autores que na época o visitaram, admitem que os escravos desenvolviam roças para suprir a alimentação da população aí concentrada, de forma semelhante ao que ocorria na África; o mesmo sistema de organização agrícola seria desenvolvido pelos “cabanos” durante a revolução de negros, mulatos e indígenas, que dominaram na área da Mata e do Agreste de Pernambuco e Alagoas, quando, entre 1831 e 1836, organizaram roçados no interior

¹ (1943) *Casa grande & senzala*. 4.ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.

² Andrade, Manuel Correia de (s.d.) *Nordeste. Alternativas agrícolas*. Campinas: Papyrus.

das matas, a fim de alimentar a população que lhes era favorável, sem que as forças legais pudessem atingi-los¹.

Organizações comunitárias negras se mantiveram em alguns pontos, isoladas e organizadas até quase os dias atuais, como ocorreu em Castainho, Garanhuns², dentro de padrões endogâmicos e tradicionais. Só recentemente é que o desenvolvimento dos transportes e a abertura de estradas vêm atingindo essas áreas e desorganizando as comunidades, que são, em grande parte, dissolvidas pela presença de estranhos.

O campesinato ganharia maior importância depois da imigração de agricultores para o Brasil, organizada pelo Governo português, com a localização de açorianos no Sul do país³ e, em seguida, já no início do período imperial, com a fundação de colônias suíças em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, medida que foi seguida pelo Governo imperial, após a Independência, visando estimular a ocupação do espaço, com a criação de colônias de pequenos proprietários, inicialmente alemães — no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina — e, em seguida, de italianos em várias das então províncias brasileiras. A análise da aculturação destes colonos no Brasil foi feita por numerosos cientistas sociais, dentre os quais podemos destacar o antropólogo Emílio Willems⁴ e o geógrafo Leo Waibel⁵.

Havia uma grande diferença entre os imigrantes que vinham ser pequenos proprietários e os que vinham como colonos para ser utilizados como mão-de-obra nos cafezais, em substituição ao braço escravo. Contudo, uns e outros contribuíram para a formação de um campesinato, embora com características e interesses nem sempre convergentes; nas colônias eles se tornavam pequenos proprietários das terras em que cultivavam lavouras de mantimentos; nos cafezais eles trabalhavam a terra mas não eram donos, dando origem ao chamado colonato⁶. No primeiro caso, a propriedade da terra fixou melhor o colono a ela, ao passo que no segundo ele ou se transformou em assalariado agrícola ou migrou para a cidade.

¹ Andrade, Manuel Correia de (1965) *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista.

² Monteiro, Anita de Queiroz (1985) *Castainho. Etnografia de um bairro rural de negros*. Recife: Massangana.

³ Cabral, Oswaldo (1950) *Os açorianos*. Florianópolis: Imprensa Oficial.

⁴ (1946) *A aculturação de alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional.

⁵ (1958) *Geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.

⁶ Viotti, Emilia (1986) *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel.

No século XIX, o contingente de camponeses já era expressivo, o que provocava constantes atritos entre os pequenos agricultores e os proprietários de terra. Ao ser feita a abolição da escravatura, este contingente foi muito ampliado com os libertos, que, em 1888, com a Abolição, se viram entre três alternativas: migrar para a cidade e viver de atividades não especializadas, permanecer nos engenhos e fazendas tornando-se moradores e assalariados ou, nas áreas menos povoadas, como o Maranhão, formar comunidades e viverem em uma economia de autoconsumo.

Para alguns estudiosos, a abolição contribuiu para a formação de uma “sociedade” camponesa no Brasil. Concordamos mais uma vez com Maria Isaura Pereira de Queiroz¹ quando ela condena esta expressão, de vez que não haveria uma sociedade camponesa em uma sociedade patriarcal; pensamos que, no máximo, se poderia falar em uma “brecha” camponesa numa sociedade em transição do patriarcalismo para o capitalismo.

O desenvolvimento capitalista e o campesinato

Uma das características do campesinato era o relativo isolamento em que o camponês vivia; habitando lugares distantes e de difícil acesso, ele costumava dedicar-se à policultura cultivando os produtos básicos para sua alimentação e vendendo os excedentes nos mercados mais próximos, vilas e pequenas cidades. Para levar parte destes excedentes a centros maiores ou mais distantes, ele tinha intermediários, que eram pequenos comerciantes ou outros camponeses que dispunham de animais ou veículos e adquiriam dos companheiros a produção para comercializá-la nas vilas e cidades. Estes intermediários, como salienta Maria Isaura Pereira de Queiroz, muitas vezes ascendiam economicamente e tendiam, gradativamente, a passar de agricultores a comerciantes.

Ao estudarmos o Agreste e o Sertão nordestinos², salientamos a grande importância desses intermediários que costumavam emprestar dinheiro a juros elevados, adquirir a produção, antes da colheita, por preços baixos, e armazená-la durante a safra, quando a oferta era grande e os preços baixavam, para vendê-la na entressafra, quando a

¹ *O campesinato brasileiro*. p. 30-1.

² *A terra e o homem no Nordeste*. p. 133-47, 162-82 e 190-4.

demanda crescia e os preços se elevavam. No Nordeste, esses intermediários eram pessoas de classe média e alta, proprietários e comerciantes abastados, ou pessoas humildes, antigos agricultores. Havia uma relação estreita entre uns e outros, de vez que os primeiros se estabeleciam em cidades ou em vilas próximas com seus armazéns e os últimos viviam no campo, mantendo os padrões sociais camponeses e faziam a compra da produção de forma pulverizada, em pequenas porções, em relações diretas com os produtores.

Os padrões culturais, hábitos, crenças, costumes eram bem característicos no meio rural, podendo-se distinguir facilmente o habitante do campo do habitante da cidade. Daí generalizar-se a idéia errada, entre a população urbana, de que o homem do campo era grosseiro, sujo, mal-educado, ingênuo, e usar para com eles certos termos, de forma pejorativa, como o de *matuto* no Nordeste ou o de *caipira* em São Paulo. Também quando o camponês, nos estados do Sul do Brasil, era de origem luso-brasileira, chamavam-no de *pêlo duro*. O *pêlo duro* se contrapunha ao alemão, ao italiano, ao polaco etc.

O Brasil é um país em ritmo acelerado de modernização; com o crescimento capitalista vem desenvolvendo-se a rede de estruturas facilitando os transportes e as comunicações. A facilidade de acesso às informações, com o uso do rádio de pilha e da televisão, fez com que certos hábitos e valores interioranos se fossem deteriorando e passassem a desaparecer, influenciados pelos hábitos e costumes urbanos. Festas urbanas, como o carnaval, passaram a ter grande aceitação no meio rural, havendo convergência de camponeses para as cidades e vilas próximas às suas residências nos dias dedicados a Momo. E o carnaval se tornou uma atividade altamente remunerativa para os habitantes das cidades que em muitas regiões do país, além do carnaval, realizado no início da Páscoa, passou a ser repetido durante o ano em micaremes e micaretas.

Festa popular, típica do Nordeste, o São-João, que era um evento eminentemente rural, passou a ser estilizado e desenvolvido em cidades médias, como Caruaru e Campina Grande, onde se desenrolam festas típicas com fantasias populares, ao sabor dos velhos costumes *matutos* com música típica e comidas regionais feitas de milho. E as estilizadas festas juninas entram para os calendários turísticos oficiais, se prolongam por todo o mês de junho e canalizam para os centros festivos grandes grupos turísticos, tanto da região como de áreas mais distantes.

Os meios de comunicação levam ao camponês, ao homem do campo, os problemas urbanos, pondo em choque valores tradicionais que estavam cristalizados, há séculos, na mentalidade popular. Os programas televisivos, por exemplo, trazem maior liberação dos costumes, das relações familiares, uma revolução nas formas de vestir, de alimentar-se e acentuam os diversos tipos de violência; modificam também a maneira de falar, uniformizando o linguajar e fazendo desaparecer expressões do português arcaico, já abandonadas no meio urbano mas ainda utilizadas no meio rural.

A facilidade de transportes também provocou grande impacto; hoje, com o acesso fácil aos pontos mais distantes do país, os camponeses se expandem geograficamente. Em certos períodos, houve migrações sazonais, fazendo com que cortadores de cana oriundos da Bahia e da Paraíba se deslocassem para São Paulo durante a colheita paulista, e voltassem ao Nordeste, no “verão” nordestino, quando a cana era cortada e moída¹. A diferença da época de safra entre o Sudeste e o Nordeste fazia com que antigas migrações regionais se transformassem em migrações nacionais. Não é de estranhar, porque os colhedores de trigo italianos já faziam, na primeira metade do século, migrações internacionais entre a Itália e a Argentina, sendo chamados de *andorinhas*.

Essas migrações exercem um grande impacto sobre o mundo camponês, de vez que o migrante, dialeticamente, conserva certos hábitos, costumes e crenças, mas, ao mesmo tempo, recebe influências que modificam estes valores e, ao regressar ao lar, traz a marca destas transformações, provocando uma aproximação cada vez maior entre o rural e o urbano.

Um outro impacto capitalista à vida camponesa é representado pela inserção do camponês no mercado. O desenvolvimento das comunicações leva ao habitante do campo informações sobre os produtos comercializados nas cidades e o desejo de diversificar o seu consumo. Para adquirir estes produtos o camponês necessita obter dinheiro e, conseqüentemente, de produzir para a venda, levando-o a procurar expandir os produtos destinados à comercialização em detrimento dos de autoconsumo. Isso leva o agricultor também a procurar trabalho nos períodos em que tem disponibilidade de tempo, nas cidades e vilas

¹ Andrade, Manuel Correia de (1982) *Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas*. p. 117-68. Recife: Sudene.

próximas ou em outras propriedades, fazendo que se integre, após alguns anos, na agricultura comercial. E, com essa integração, vêm novas solicitações pessoais e profissionais, a compra de “ceidas”, de adubos, de máquinas etc., colocando-o no ciclo do crédito que muitas vezes lhe é desfavorável.

Não se pode negar que as políticas governamentais agrícolas são sempre destinadas a beneficiar os grandes e médios empresários, tanto em conseqüência do poder de pressão e da conivência dos técnicos e administradores que legitimam essa atitude com um discurso que a justifica, como em virtude da defesa da economia de escala e da melhor qualificação tecnológica da grande lavoura. Há uma tendência no país, bastante acentuada após 1964, a uma concentração tanto da produção agrícola como da propriedade da terra. Da produção, porque os proprietários passaram a administrar toda a propriedade, utilizando mão-de-obra assalariada, fazendo desaparecer a agricultura de parceiros e arrendatários que foram desalojados dos seus sítios; concentração da propriedade da terra, porque os grandes grupos econômicos vêm conseguindo obter grandes porções de terra nas áreas em ocupação, nas chamadas frentes de expansão localizadas no Centro Oeste, na Amazônia e no Maranhão, ou adquirir, por preços baixos, terras nas próprias áreas tradicionalmente ocupadas.

Políticas de financiamento da cana-de-açúcar, sobretudo com o Proálcool, e de expansão da pecuarização, contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento do latifúndio capitalista moderno, bem mais espoliador e poderoso do que o capitalismo tradicional dos coronéis.

Outra forma de destruição da vida camponesa é provocada pela migração feita para as cidades, onde grande quantidade de trabalhadores se desruraliza sem adquirir o hábito e a habilitação do trabalhador urbano, passando a formar populações marginalizadas que vivem de trabalhos esporádicos ou de atividades ilegais nos centros urbanos de maior expressão populacional; há também os que migram para as áreas em ocupação e se tornam posseiros, lutando pela propriedade ou apenas pela posse da terra que pretendem cultivar dentro dos padrões que lhes são familiares. Estes, porém, são tolerados enquanto desbravam as áreas de floresta, enfrentando todos os perigos, depois são desapropriados pelos grandes empresários, proletarizando-se ou transformando-se em coletadores de produtos florestais ou em garimpeiros.

São assim, muito negras as perspectivas para o camponês brasileiro, sempre em processo de empobrecimento, de expropriação, de desrura-

lização e de desaculturação, até certo ponto patrocinado pelo poder público a serviço das elites econômicas. Esse processo só poderia ser detido com a realização de uma reforma agrária que descentralizasse a propriedade da terra e fosse acompanhada de política agrária que favorecesse e organizasse a pequena produção rural. Só com uma forte reorientação da política agrária se pode realizar transformações no campo que encaminhem a produção camponesa ao mercado, em condições de competitividade — e o cooperativismo é uma das opções — e ao camponês de participar da vida moderna, sendo respeitado, e mantendo algumas características culturais, sem alienação.

Em uma visão sã, a modernidade e a modernização não devem ser encaradas apenas como opções de uma maior utilização tecnológica em benefício de grupos econômicos e sociais, mas, sobretudo, como o caminho para, utilizando a tecnologia, oferecer à população melhores condições de vida. Modernizar não é apenas transformar, como querem alguns grupos que se beneficiam da modernização, mas transformar para melhor. E na transformação para melhor o camponês deve ser não apenas objeto, mas também sujeito dessa modernização.

6

SOCIEDADE E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

É muito difícil fazer uma análise sucinta da questão da propriedade da terra no Brasil e da luta travada entre os beneficiários na sua apropriação e os excluídos de participação nos frutos da produção. Isto sem falar que, em geral, são os excluídos os que trabalham a terra e a beneficiam nas mais cruéis condições de remuneração.

As análises que vêm sendo feitas por especialistas do direito, como, entre outros, Raymundo Laranjeira¹, Otávio Mello Alvarenga² e Igor Tenório³ ou por técnicos dos vários setores, nos dão uma visão bem-definida, dentro de enfoques específicos, ao passo que cabe aos estudos sociológicos analisar a totalidade; desta visão, não devem ser excluídos aspectos antropológicos, geográficos, econômicos e políticos, que sempre interferem na problemática. Também não se pode excluir, em qualquer proposição, um toque ideológico, de vez que, hoje, ninguém de boa fé pode admitir que haja isenção política ou neutralidade em qualquer reflexão que se ligue à questão social. Para que se alcance uma objetividade, dentro de uma visão totalizadora, necessária se faz uma reflexão histórica, de vez que o presente é plasmado em um passado que continua presente e se projeta para o futuro; qualquer análise não pode ser feita como uma espécie de instantâneo do que está marcado na paisagem e nas relações sociais, porque a origem da paisagem atual e das relações existentes vem se processando lentamente, através dos tempos, e apresenta as tendências e as indicações das projeções futuras. Assim, a cronologia, com a sucessão do passado, presente e futuro, é apenas formal, estando, dialeticamente, o futuro no passado e o passado sendo preservado no futuro. Daí a necessidade

¹ (1975) *Propedêutica do Direito Agrário*. São Paulo: LTR.

² (1974) *Direito Agrário*. Rio de Janeiro: Instituto dos Advogados do Brasil.

³ *Manual de Direito Agrário Brasileiro*. São Paulo: Resenha.

de se analisar a questão agrária no Brasil e a problemática a ser corrigida e modificada, levando-se em conta a formação social que lhe deu origem, sabendo-se que todas as soluções não são definitivas, elas visam a atingir metas que, antes de se efetivarem, já necessitam de reformulação.

A colonização e a propriedade da terra

Os portugueses, ao conquistarem o Brasil, se apropriaram do seu espaço geográfico e o fizeram com vistas à expansão do capitalismo mercantil, a fim de obterem espaços produtores de matérias-primas para o mercado europeu. O processo de colonização foi, assim, um empreendimento comercial¹, de vez que, no século XVI, Portugal já ultrapassara a fase considerada agrária de sua economia e, com a dinastia de Avis, já se tornara nação essencialmente mercantil².

Os colonizadores, de início, não se preocuparam com a apropriação da terra como propriedade particular, limitaram-se a fazer a exploração extrativista de produtos florestais, sobretudo do pau-brasil, para atender à demanda européia. Só ao compreenderem que a conquista da terra perigava por causa da concorrência francesa, se não realizassem o povoamento, é que eles criaram o sistema das capitânicas hereditárias e fundaram vilas e povoações; passaram, então, a desenvolver uma agricultura, com grande utilização de capitais³, a se apropriar das terras e a utilizar trabalho escravo.

Para disciplinar a atividade agrícola, transplantaram para o Brasil o sistema das sesmarias, já utilizado na conquista do território metropolitano e nas ilhas do Atlântico. As pessoas ricas, e que fossem católicas, recebiam dos donatários grande extensão de terras, onde construía grandes casas fortificadas, guerreavam os indígenas, derubavam as matas e faziam plantações, pagando um foro à Ordem de Cristo que era, nominalmente, a proprietária de todas as terras do Brasil⁴. Para trabalhar a terra utilizavam os escravos índios, vencidos nas guerras, e importavam escravos negros da África, estabelecendo

¹ Prado Júnior, Caio (1944) *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins.

² Azevedo, João Lúcio (1947) *Épocas de Portugal econômico*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

³ Furtado, Celso (1986) *Formação econômica do Brasil*. 21.ª edição. São Paulo: Nacional.

⁴ Porto, Costa (1963) *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária.

um intenso comércio entre o Brasil e o continente negro, sobretudo Guiné e Angola, passando o negro a ser essencial ao desenvolvimento econômico da terra conquistada.

O sistema das sesmarias predominou em todo o período colonial, e nele o sesmeiro tinha apenas a posse da terra e não o domínio; mas, com o poder de que desfrutavam, exerciam a exploração total das terras que lhes eram destinadas, dominando tanto escravos, índios e negros, como os que trabalhavam para ele como meeiros ou empregados. Havia, também, sem situação jurídica regulamentada, em grandes áreas distantes dos centros governamentais, grupos de migrantes que, não dispondo de títulos de posse, se estabeleciam em terras que conquistavam, vivendo à margem da administração colonial. Foi reconhecendo a importância destes grupos que José Bonifácio, antes da Independência, fez extinguir o sistema de sesmarias, substituindo-o pelo "direito de posse".

Do ponto de vista formal, o "direito de posse" foi uma evolução sobre o sistema das sesmarias; ele abria a exploração da terra a pessoas que a haviam conquistado sem dependerem das relações com as autoridades, mas a forma de reconhecimento dificultaria a execução da lei. Esta intervenção do Patriarca da Independência pode ser apontada como uma primeira tentativa, frustrada, de democratizar o acesso à propriedade e à posse da terra.

O sistema do direito de posse vigoraria até os meados do século XIX, quando foi aprovada a lei de acesso à propriedade pelo sistema de compra e venda. Esta lei resultara de uma reação dos proprietários de terra que temiam ter dificuldades de reter os trabalhadores em suas propriedades quando fosse abolida a escravidão. Eles compreendiam que a escravidão indígena havia sido extinta legalmente, no século XVIII, e que a escravidão negra, condenada pela Inglaterra, teria pouca duração; ela seria abolida, gradativamente, com a extinção do tráfico de negros da África para o Brasil (1850), com a Lei do Ventre Livre (1871), com a Lei dos Sexagenários (1886) e, finalmente, com a Lei Áurea (1888). Por isso, as áreas mais dinâmicas haviam iniciado uma política de atração de imigrantes, sobretudo italianos, para trabalharem nos cafezais, e estes fazendeiros, naturalmente, procuravam forçá-los a permanecer em suas terras por um período expressivo. Do contrário, muitos imigrantes, logo após a chegada ao país, já com alguma experiência no trato dos cafezais, fariam a marcha para o interior, conquistando áreas às florestas ainda não apropriadas.

A reação dos excluídos

É falsa a idéia, muito difundida, de que não houve grande reação à escravidão no Brasil, pelos excluídos. Na verdade, a história brasileira é uma luta permanente dos excluídos do acesso à terra pela obtenção de direitos ligados à possibilidade de sua exploração.

Desde a conquista, os indígenas lutaram denodadamente contra os colonizadores que os expropriavam e lhes tiravam a liberdade. As lutas, iniciadas no litoral, continuaram no interior quando eles foram expulsos das melhores terras, dizimados ou aldeados, a fim de serem chamados para o trabalho quando se fazia necessário. Para os trabalhos de sedentarização e de submissão, os colonizadores contaram com o apoio geral dos religiosos que se encarregavam da catequese; muito embora, mesmo entre estes, houvesse os que tomaram o partido dos nativos, como os capuchinhos franceses chefiados por Frei Martinho de Nantes, no São Francisco, e alguns jesuítas que seguiam a orientação do padre Luís de Grã. No Sudeste, Sul e Centro do Brasil onde, nos primeiros séculos, não se desenvolveu uma agricultura de exportação, e antes da descoberta do ouro, os bandeirantes e entradistas guerrearam e escravizaram tribos inteiras que transportaram para o Leste. Estes episódios estão ligados à guerra que promoveram contra o Território das Missões, onde os jesuítas tentaram organizar um estado teocrático com grande desenvolvimento de atividades artísticas e culturais¹. Merece referência a chamada Guerra dos Bárbaros, no Nordeste, quando os fazendeiros convocaram bandeirantes paulistas para virem combater os grupos indígenas do sertão nordestino que invadiam as suas fazendas e dizimavam o gado.

E os índios vêm sendo, até os nossos dias, combatidos, espoliados, explorados e desapropriados de suas terras na Amazônia e no Centro-Oeste, em nome da necessidade de conquista do território nacional e da exploração das riquezas naturais, baseados em projetos governamentais. Casos como o da exploração da cassiterita na Rondônia, no Amazonas e no Pará², em que foram liberadas à exploração mineral, terras já demarcadas das nações indígenas, são gritantes.

¹ Vianna, Hélio (1961) *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos.

² Andrade, Manuel Correia de (1991) *A cassiterita nas regiões Norte e Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasília. CNPq/Cetem.

A luta dos negros também foi épica e se iniciou no século XVI, com a própria escravidão africana. Muitas dessas lutas não conseguiram entrar para a história, bloqueadas que foram pelos historiadores oficiais, sempre subservientes aos interesses das elites, e só hoje é que já se reúne farta documentação a respeito. A mais famosa foi, naturalmente, o Quilombo dos Palmares em que os negros fugidos se estabeleceram no sul de Pernambuco e norte de Alagoas e se organizaram em um sistema político-econômico semelhante às organizações africanas, e mantiveram comércio e luta com o próprio Governo colonial¹. Só com o apoio de bandeirantes paulistas é que se conseguiu destruir este reduto negro. Outros focos de resistência negra foram encontrados em diversos pontos do país, como no Maranhão, já no século XIX, quando o preto Cosme chefiou um grande grupo de revoltados e fez luta paralela à desenvolvida pelos balaios contra as tropas imperiais. No Maranhão e na Bahia, províncias que tinham elevada população escrava, foram numerosos os quilombos e até revoltas urbanas, como a dos malês, em 1835², em que negros islamizados ameaçaram a população branca de Salvador.

Estas revoltas negras foram freqüentes em vários pontos do território nacional, durante todo o período imperial, e deram origem a quilombos que muitas vezes chegaram quase até os nossos dias, onde grupos vivem segregados da população que os cerca.

Negros em luta contra os poderosos e tentando manter o controle da terra que cultivavam, se aliaram a indígenas, a brancos pobres e mestiços, posseiros e pequenos proprietários, e enfrentaram as forças governamentais, como ocorreu com a Cabanagem no Pará, com a Balaiada no Maranhão e Piauí e com a Guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas³.

A evolução do capitalismo e a organização dos trabalhadores rurais

As formas de exploração da terra e a expansão da produção imprimiram modificações substanciais nas relações de trabalho, intensifi-

¹ Carneiro, Edson (1958) *O Quilombo dos Palmares*. 2.^a edição. São Paulo: Nacional.

² Freitas, Dario (1976) *Insurreições escravas*, p. 69-87. Porto Alegre: Movimento.

³ Andrade, Manuel Correia de (1965) *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista.

cando e empobrecendo cada vez mais os grupos mais pobres. Assim, na passagem da agricultura de meação e do sistema de moradores para o sistema assalariado, os trabalhadores foram afastados do controle dos meios e instrumentos de produção e passaram a receber o salário em moeda ou em vales. Os pequenos produtores foram sendo, gradativamente, afastados das áreas que passavam a ter melhores condições de acesso ao mercado. O uso e a difusão da máquina fizeram cair a demanda de mão-de-obra e os trabalhadores tiveram que fazer migrações sazonais à procura de trabalho, levando-os a um maior grau de empobrecimento.

Em compensação, as facilidades de comunicações os levaram a se organizar para reivindicar direitos e para reagir contra a espoliação de que estavam sendo vítimas. Com a redemocratização do país, a partir de 1946, trabalhadores passaram a se organizar em associações profissionais, tentando formar sindicatos e ligas. Estas iniciaram as suas atividades com o apoio do Partido Comunista, ainda na década de 40, quando ele viveu um curto período de legalidade. A organização em sindicatos era muito difícil, de vez que eles estavam sob controle do Ministério do Trabalho. Ocorreu, porém, que alguns passaram a reivindicar a aplicação de leis que os favoreciam e que não eram cumpridas, mediante dispositivos do Código Civil Brasileiro, de 1916, e da própria Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943. Iniciava-se uma luta que seria aguerrida e que só seria controlada pelo poder público, repressivo, após o golpe de 1964.

As Ligas Camponesas, iniciadas em Pernambuco sob a orientação do deputado socialista Francisco Julião, eram uma sociedade civil, tendo sido bem aceitas e orientadas, sobretudo por pequenos produtores, proprietários e arrendatários, e logo se expandiram por todo o Brasil. Os sindicatos rurais, estimulados nos governos Getúlio Vargas e João Goulart, passaram a ser reconhecidos pelo ministério e a ter funcionamento regular no período final da década de 50; eles tinham maior importância e expressão nas áreas em que os trabalhadores rurais haviam sido proletarizados. Embora os trabalhadores reclamassem sempre o direito ao acesso à propriedade da terra, e, nas Ligas Camponesas, a primeira reivindicação era a reforma agrária que desejavam se fizesse "na lei ou na marra", nos sindicatos rurais as reivindicações eram, prioritariamente, salariais. Posições ideológicas, interesses locais e regionais, influências e disputas de lideranças, provocaram o surgimento de vários movimentos camponeses que amedrontaram as classes

dominantes, ocasionando a realização do golpe de 1964. Temiam elas o estabelecimento, sob orientação de Goulart, de uma república sindicalista.

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963), inspirado pelo deputado trabalhista Fernando Ferrari, estendeu vários direitos dos trabalhadores urbanos ao campo, provocando forte reação dos proprietários; só em alguns estados, como Pernambuco, governado por Miguel Arraes, tentou-se assegurar a aplicação da lei. Posição que promoveria acusações de comunista e de revolucionário contra ele, provocando a sua deposição¹.

Com a vitória do movimento militar de 1964, várias organizações de trabalhadores foram extintas e seus líderes aprisionados e perseguidos, mas os sindicatos rurais foram mantidos, embora com a substituição dos dirigentes por militantes que merecessem confiança do novo Governo. Em geral eles eram ligados à Igreja Católica, que se engajara na organização sindical rural no período populista.

Com o controle dos sindicatos, procurou o Governo desenvolver uma política de apaziguamento do campo, de forma a reconhecer direitos, mas mantendo as novas estruturas. Daí uma série de medidas assistencialistas, como a incorporação do trabalhador rural entre os associados do Instituto de Previdência, a desapropriação e o loteamento de algumas propriedades onde havia maiores litígios, e o desenvolvimento do Proterra, que se apresentava como uma reforma agrária consentida, na qual os proprietários ofereciam as terras a serem desapropriadas, geralmente as de menor valor, e indicavam os parceiros a serem premiados.

A importância do Estatuto da Terra

O Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), promulgado alguns meses após o golpe de estado conservador, representou um documento jurídico de grande importância e, ao mesmo tempo, uma providência para conter o movimento vindo da base em favor de modificações na estrutura fundiária. Na verdade, este movimento de base não era bem articulado e definido; ele defendia uma reforma agrária mas não estabelecia diretrizes para ela, nem como seria aplicada nas diversas regiões do país. De modo geral, defendia a

¹ Martins, José de Souza (1981) *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

idéia de que as terras apropriadas, os latifúndios por dimensão, deveriam ser divididos e entregues a trabalhadores e que os salários deviam ser melhorados. Os estudiosos, que nem sempre tinham influência política e proximidade com o poder, estudavam os tipos de relações de trabalho existentes e procuravam analisar que modificações deveriam ser feitas; alguns agitadores, animados com o sucesso da revolução cubana, procuraram estabelecer guerrilhas em regiões pouco acessíveis, como a de Trombas e Formoso¹. Do ponto de vista teórico, também se discutia a possibilidade de dividir as terras, integrando as pequenas propriedades em cooperativas, ou de se organizar propriedades cooperativas em que os associados não teriam a propriedade da terra mas apenas quotas das cooperativas e sistemas de exploração coletivistas.

Havia ainda os que consideravam a necessidade de se encaminhar um processo de apoio aos pequenos produtores e aos assalariados. Assim, aos primeiros, se deveria dar acesso fácil ao crédito agrícola oficial, à assistência agrônômica e à organização da comercialização, livrando-os dos intermediários; aos segundos a garantia de suas organizações sindicais e o apoio a reivindicações por melhores salários, melhores condições de trabalho e a assistência previdenciária. As várias correntes, formadas por socialistas, comunistas, católicos de esquerda, anarquistas etc., participavam de uma luta desigual contra os defensores da ordem estabelecida e contra os proprietários rurais, sem desenvolverem uma estratégia de luta que os unisse e fortalecesse.

A falta de uma estratégia, a desorganização, o apoio norte-americano, além de outros fatores, provocaram a queda rápida do Governo populista e a ascensão de um Governo conservador com aberta opção pelo capitalismo e com compromissos com o chamado “mundo ocidental”, em luta com posições bem-definidas na chamada guerra fria. O mundo se achava polarizado e havia o temor, dos capitalistas, de avanço do socialismo nos territórios por eles dominados.

Com planos bem-definidos e dispendo de poder militar e do apoio internacional capitalista, o Governo Federal organizou uma lei bem ampla para transformar, de forma conservadora, a realidade agrária brasileira. E esta lei foi o Estatuto da Terra que, para setores revolucionários mais conservadores, pareceu uma concessão ao movimento socialista, mas que, na realidade, encaminhava uma contra-reforma

que reforçaria o poder e a solidez da grande empresa ante mudanças que eram inevitáveis em escala mundial. Ela permitiria, assim, o enfraquecimento do latifúndio tradicional, para criar e desenvolver o latifúndio capitalista moderno, bem mais rentável e explorador.

Este latifúndio moderno se desenvolveria sobretudo nas áreas em povoamento, que se tornavam acessíveis com a construção de rodovias que, partindo de Brasília e de São Paulo, atingiriam áreas em grande parte ocupadas pelo cerrado e por florestas equatoriais, no atual Estado de Tocantins, no Pará, no Mato Grosso, em Rondônia, no Acre, no Amazonas e chegando hoje ao Estado de Roraima. Aí, ao lado e a alguma distância das rodovias, os projetos agrícolas e agropastoris, financiados pelo Governo Federal, possibilitavam o desmatamento em larga escala da floresta amazônica para a formação de plantações da *Coffea robusta*, do cacau e de pastagens. O impacto ecológico seria negativo, de vez que a cobertura vegetal era devastada sem aproveitamento racional da madeira. Os solos, desnudos e expostos às intempéries, eram laterizados e sofriam a erosão e o transporte para os vales, as encostas ficavam e as pastagens se tornavam fracas, após alguns anos de exploração. O impacto social era impiedoso, provocando a desaculturação dos grupos e tribos indígenas sobreviventes e a expulsão dos posseiros das terras que eles já haviam cultivado. A guerra feita contra índios e posseiros foi das mais cruas e o morticínio, com ataques diretos, com tocaias e com tomada de mantimentos, fez desaparecer famílias inteiras. A questão fundiária voltava aos lances épicos da época da conquista.

Os projetos governamentais de colonização em larga escala, associados à construção de rodovias, fracassaram, como ocorreu na área da Perimetral Norte e na região de Altamira, que seria servida pela Transamazônica, onde se chegou a construir até uma usina de açúcar. Não menor foi o insucesso com as grandes plantações de cacau e café na Rondônia.

O Estatuto da Terra provocou a criação do Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), responsável pela reforma agrária, e do Inda (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário) que seria responsável pela política de colonização. Felizmente o legislador já distinguia expressamente *reforma agrária* de *colonização*, ao contrário de cientistas sociais mais conservadores que admitiam ser a reforma agrária um projeto gigantesco de colonização. Na verdade, reforma agrária traz em si um compromisso com mudanças de estrutura, ao passo que

¹ Abreu, Sebastião de Barros (1985) *Trombas. A guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília.

projeto de colonização, por maior que seja, não apresenta compromissos deste tipo. Os dois institutos coexistiram até que, em 1969, foram integrados em um único Instituto, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

No período militar houve abertura maior para o problema da desapropriação de terras, sobretudo em áreas de tensão, ficando estabelecido que a propriedade privada tinha que ter uma função social, a fim de dificultar a sua desapropriação, tendo sido criado um Fundo Nacional de Reforma Agrária para tornar possível a execução desta política; determinou-se que fosse feito um zoneamento agrário, para efeito de reforma, e uma classificação dos imóveis rurais, de acordo com o módulo e com o nível técnico de exploração agrícola; determinou ainda a elaboração de planos nacional e regionais de reforma agrária, a fim de impedir ou dificultar uma ação feita de forma intempestiva no setor e procurou-se estimular o cooperativismo, mediante a criação de cooperativas integrais de reforma agrária (Cira), e uma política nacional de cooperativismo (Decreto-Lei n.º 59, de 21 de novembro de 1966), estimulando os serviços de extensão rural, usando técnicas importadas dos Estados Unidos.

As lideranças sindicais rurais, a princípio temerosas, aceitaram uma atitude de cooperação e procuraram aprofundar as orientações assistenciais, transferindo para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) a assistência médica e dentária aos trabalhadores; assistência que até então era dada, de forma aleatória, pelos proprietários. Em seguida, à proporção que o regime militar foi abrandando e encontrando resistência nos vários setores da sociedade, puderam os trabalhadores organizar um maior número de sindicatos a nível municipal, de federações a nível estadual e de confederação — a Contag — a nível nacional.

Os avanços e recuos se procediam por causa da maior ou menor abertura militar e também das disputas no meio dos trabalhadores, que apresentavam grande convergência — a luta por melhores salários e pela reforma agrária — e muitas divergências em virtude de interesses regionais e da grande diferença entre os interesses dos pequenos produtores e dos assalariados; essa diferença, ainda hoje, enfraquece e perturba o movimento sindical rural. O movimento é prejudicado ainda pela facilidade com que as associações de grandes e médios proprietários cooptam os pequenos proprietários, em favor das reivindicações mais retrógradas, atemorizando-os com a possibilidade de perda de suas terras.

A legislação elaborada no período militar, apesar de voltada muito mais para o aumento de produção e de produtividade do que para a problemática social, poderia ter trazido maior equilíbrio ao meio rural se fossem aplicados com mais fidelidade os dispositivos legais por eles promulgados e se se fizesse sentir com maior intensidade. Foram poucas as desapropriações de terras e muito mal administradas as que foram feitas, como ocorreu com a Usina Caxangá cujo projeto foi administrado por pessoas ligadas às usinas de açúcar e cujo interesse maior era que o projeto fracassasse. Na realidade, o Incra, salvo em curtos períodos, como o atual, funcionou mais para impedir do que para fazer uma reforma agrária. O problema da falta de fidelidade chega a tal ponto que nem mais o cadastramento periódico de propriedades, cujo conhecimento é de maior importância, vem sendo publicado com regularidade.

A questão agrária e a Constituição de 1988

Se no período militar a questão agrária foi desviada de suas diretrizes básicas e os latifúndios aumentaram de extensão nas áreas tradicionais, beneficiadas por programas os mais diversos, após a chamada Nova República, a política agrária não sofreu modificações substanciais. Observa-se até que, no período em que o país sofreu rápido e intenso processo de modernização, que Graziano classificou como dolorosa¹, a expulsão do homem do campo para a cidade acelerou-se e a população urbana, no recenseamento de 1991, atingiu cerca de 75%, sendo, no Sudeste, da ordem de 90%, típica dos países do Primeiro Mundo. A taxa de urbanização elevou-se a mais de 50% em todas as regiões geográficas do Brasil.

O fato de haver ocorrido queda acelerada do percentual de população rural perante a urbana levou vários estudiosos a afirmarem que desaparecia a importância da questão agrária e, conseqüentemente, a necessidade desta reforma. A afirmação é uma falácia, de vez que o êxodo rural acelerou-se em decorrência da falta de uma reforma agrária. A mecanização da agricultura, o uso intensivo de insumos, a pecuarização etc., foram intensificadas porque os proprietários foram estimulados pelos novos falsos modernizadores a intensificar, por métodos nem sempre recomendáveis, as suas atividades empresa-

¹ Silva, José Graziano da (1982) *Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar.

riais e a expulsarem a população rural para as cidades. Livraram-se de um encargo, mas provocaram o grande problema do crescimento desordenado das cidades e da formação de bairros periféricos habitados por pessoas que não encontram trabalho por não disporem de habilitações profissionais urbanas. As cidades "incharam", como disse Gilberto Freire, e ficaram cheias de pessoas que não têm profissão definida, e que fazem serviços ocasionais, furtam, se prostituem e vagabundeiam, criando problemas sérios de segurança e de saúde. Epidemias, que já haviam sido extintas desde o século passado e nas primeiras décadas do século XX, voltaram a atacar a população. Desse modo, com este êxodo rural, os problemas do campo vieram para as cidades.

Muito grave foi o fato que ocorreu durante a elaboração da Constituição de 1988, quando grupos de deputados ligados ao meio rural se mobilizaram para impedir a desapropriação, para fins de reforma agrária, de propriedades consideradas produtivas (art. 185). Ora, é difícil estabelecer quando uma propriedade está nesta situação, de vez que, muitas vezes, o proprietário caracteriza a utilização de suas terras apenas usando pequena parte dela para colocar alguns animais a pastar. Além disso, o Imposto Territorial Rural é muito pouco expressivo no país, fazendo com que proprietários, para se defenderem da inflação, sempre em ascensão, adquiram terras a preços baixos e as conservem como reservas de valor.

Assim, apesar da elevada taxa de urbanização, o Brasil continua a ter, na questão agrária, um dos seus maiores problemas, o que está a reclamar uma solução urgente; solução que atenuie o ritmo do êxodo rural, que diminua as migrações sazonais e que leve ao homem do campo uma qualidade de vida semelhante à do homem urbano que não se encontra ainda na situação de marginal, de favelado.

Quais as diretrizes para se compreender e se procurar uma solução para a questão agrária

É necessário que o país modifique sua legislação, taxando com rigor propriedades de grande extensão — latifúndios por extensão, sobretudo — e obrigando seus proprietários a pagar impostos. Deve-se também orientar, com base em estudos científicos, as culturas, o destino que deve ser dado a essas propriedades, procurando controlar sua produção e sua produtividade.

Deveria haver uma política agrícola voltada para o estímulo à produção de alimentos, sabendo-se que o país é um dos maiores produtores de grãos do mundo mas que nele vive mais de 30% de sua população atingida por fome aguda. É aconselhável que se realize uma política de distribuição de terras, de forma cooperativista e coletivista, fazendo voltar para as áreas assim beneficiadas a extensão rural, o crédito agrícola subsidiado e a organização da comercialização. Na verdade, a agricultura é subsidiada em quase todos os países no mundo, sobretudo quando ela é feita para abastecimento da população.

A pesquisa científica e a experimentação agrícola, em um país onde órgãos como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), vêm desenvolvendo trabalho notável, deve ser altamente estimulada, procurando-se desenvolver técnicas modernas, pouco dispendiosas e adaptadas às nossas condições naturais.

Os estudos técnicos e agrônômicos devem estar bem associados às pesquisas de ordem antropológica, geográfica, sociológica e econômica, a fim de que se estabeleça sempre a consciência, entre os técnicos e a população, de que os trabalhos são feitos não em virtude de seus interesses, mas em benefício da população como um todo e do país como responsável pelo bem-estar de seus habitantes.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O PROBLEMA DO SEPARATISMO

Os dias atuais, tão próximos à virada do século, se constituem numa época conturbada e contraditória, sob os mais diversos aspectos; fala-se muito em modernidade e em modernização, mas, muitas vezes, estas palavras são utilizadas em defesa de formas arcaicas de organização social e de controle de poder, apenas vestidas com novas roupagens. Assim, para se combater o ideal de um Estado que vise atingir o bem estar-social, social democrático, procura-se ressuscitar o liberalismo, sob o nome de neoliberalismo, concentrando todo o poder e controle da sociedade em mãos de grupos econômicos, excluindo a participação do Estado, da sociedade civil e das associações não governamentais, do controle social.

Ao se analisar os problemas espaciais, o controle dos territórios, se procura dar ênfase à política de concentração dos países em confederações ou em associações, como o Mercado Comum Europeu, o Nafta ou o Mercosul, ressaltando que os interesses nacionais e regionais desapareceram, estão arquivados diante de uma política de globalização na qual países ricos e pobres se associaram para a realização do bem comum e de um ideal democrático.

Quando se procura fazer uma análise da atual geopolítica, observa-se que as chamadas uniões plurinacionais, concentradoras de territórios e de poder na mão de pequenos grupos ligados ao grande capital, dão origem também, em contrapartida, a reações nacionais e locais, em toda a superfície da Terra. Um exemplo gritante é o da União Soviética que, de potência tida como a segunda mais importante do mundo, se esfacelou em quinze repúblicas independentes que lutam desesperadamente para recuperar a sua economia, em face do desaparecimento da complementaridade entre elas e da dificuldade de se passar de um

sistema planejado pelo Estado, em função do bem público, para um sistema controlado pelas empresas que têm como preocupação suprema a maximização dos lucros. E, em cada uma destas repúblicas independentes, surgem movimentos étnicos e regionais de realocação de fronteiras e de autonomia de nacionalidades que se consideram dominadas por outras. Para não citar muitos exemplos, basta que se chame a atenção ainda para a luta entre a Armênia e o Azerbadjão e a luta de nacionalidades minoritárias localizadas em posições próximas às fronteiras, como ocorre na Geórgia. Na própria Rússia, os desejos autonomistas de várias nacionalidades são manifestados contra a permanência na Federação Russa, como ocorre com a Tartária e a Chechenia¹.

O caso mais grave é o da Iugoslávia, país que foi dividido em várias repúblicas — Sérvia, Croácia, Eslovênia, Bósnia e Macedônia — e onde há luta não só entre estas repúblicas, como de minorias, como a albanesa, no Kóssovo, e entre os grupos sérvio, croata e muçulmano na Bósnia.

Ao analisar estes casos, o brasileiro geralmente bendiz o fato de que em todo o território nacional se fale a mesma língua e domine a mesma religião, julgando, desse modo, que o Brasil estaria imune a problemas deste tipo, a problemas separatistas. Será que esta crença tem fundamentação na realidade, ou que ela é um produto de dezenas de anos de uma propaganda veiculada nos livros, revistas e jornais, pelas classes dominantes, na tentativa de fazer esquecer divergências profundas? Existirá mesmo uma nação brasileira ou vários grupos nacionais no território brasileiro? É assunto importante para ser analisado com profundidade e com honestidade pelos mais variados meios de comunicação.

Inicialmente, devemos lembrar que o Brasil não constitui uma unanimidade étnica, religiosa e cultural. Não constitui uma comunidade étnica porque há uma expressiva população indígena que vive em determinadas áreas, às vezes juridicamente demarcadas mas não respeitadas, formando várias nações. Até que ponto o indígena, que vive em uma situação de dominação e de espoliação, se considera integrado à nacionalidade brasileira? Se as suas lideranças não proclamam a necessidade de independência ou de autonomia dos seus territórios, como ocorre com os esquimós e peles-vermelhas no Canadá, já sugeriram a criação de um estado na federação brasileira que compreendesse as

várias reservas indígenas. Eles têm contra eles a descontinuidade territorial de suas reservas, as diferenças existentes entre as numerosas nações indígenas, os desníveis de desenvolvimento cultural e o insignificante poder de pressão sobre o Governo e a sociedade dominante. Ao ser feita a demarcação da reserva dos ianomânis, por exemplo, foram numerosos os cidadãos que reclamaram da sua grande extensão territorial em relação ao número de indígenas que ela iria abrigar, mas estas mesmas pessoas não reclamaram contra latifúndios de dimensões consideráveis concedidos às empresas nacionais e estrangeiras no processo de ocupação da Amazônia.

A população negra e mulata é muito expressiva na população brasileira, embora não ocupe áreas determinadas e delimitadas; ela se espalha pela maior porção do território nacional, mas sempre discriminada e excluída dos espaços de poder, salvo em casos excepcionais. Daí as reivindicações de vários movimentos e associações de pessoas de cor, e a intensificação de crenças religiosas negras, africanas, e da cultura negra nos mais diversos setores culturais e artísticos. Bahia, Pernambuco e Maranhão são estados que têm população negra expressiva e que se organiza para conquistar os seus direitos.

Mas, mesmo entre os brancos ou quase brancos, as diferenças culturais são gritantes, observando-se em estados do Sudeste e do Sul áreas dominadas por descendentes de italianos, de alemães, de polacos, de russos, de letos etc., nas quais brasileiros de quarta e quinta gerações ainda falam, no meio rural, a língua dos seus antepassados e se auto-intitulam *italianos*, *alemães*, *polacos* etc. Basta notar como os descendentes de italianos correram aos consulados da Itália para obter cidadania, a partir do momento em que este país passou a reconhecer, como seus cidadãos, filhos e netos de italianos nascidos no Brasil. Por que esta preferência pela cidadania italiana em relação à brasileira?

E a grande quantidade de asiáticos, formada por judeus, árabes, japoneses, chineses e coreanos que se concentram em certas áreas e regiões e procuram enfrentar, unidos, a adversidade da vida em uma sociedade dominada por grupos étnicos diferentes dos seus?

Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, se viu como súditos e descendentes de migrantes dos países do Eixo — Alemanha, Itália e Japão — se solidarizaram com a ação destes países, organizando-se para apresentar reivindicações políticas, caso eles fossem vitoriosos na guerra.

¹ Vizentini, Paulo G. F. (org.). (1993) *A nova (des)ordem internacional dos Anos 80 e 90*. Petrópolis: Vozes.

Mas o problema brasileiro não é apenas étnico, é também histórico e social. Na verdade, no período colonial, apesar de haver uma administração centralizada em Salvador (1549-1763) e no Rio de Janeiro (1763-1822), as capitanias (atuais estados) se formaram isoladas umas das outras e criaram um sentimento regional bem superior ao sentimento nacional, à consciência de brasileiro. Os movimentos favoráveis à independência foram regionais, como ocorreu com a Inconfidência Mineira (1789) que almejava a formação de um estado nas capitanias ligadas a Minas Gerais, a Revolução dos Alfaiates (1798), que procurava libertar a Bahia, e a própria Revolução Pernambucana de 1817 que procurou fazer a independência das províncias do Nordeste do Brasil, esperando estender a sua influência do Ceará à Bahia¹.

Durante a luta pela Independência (1820-1823), observa-se mesmo a existência de duas correntes, uma liderada por Pernambuco, que continuava a tradição da República de 1817, desejando aglutinar as províncias do Nordeste em uma república, libertando a região tanto do domínio português como da Casa de Bragança, e outra liderada por paulistas e fluminenses que procuravam fazer apenas a separação entre Brasil e Portugal, mantendo a monarquia, a dinastia e até oferecendo a Coroa ao príncipe herdeiro português. Esta segunda corrente foi vitoriosa no 7 de setembro, mas, ainda nos primeiros anos do Brasil independente, sentiu-se que a unidade nacional estava insegura, tendo sido mantida não por ato de vontade do povo mas pela força das armas. Assim, já em 1823, D. Pedro, que era imperador pela “livre aclamação dos povos”, dissolveu a Constituinte e promulgou uma Constituição que lhe dava poderes excepcionais, mediante o exercício do Poder Moderador. E já no ano seguinte, em 1824, Pernambuco se levantava, com apoio de outras províncias, propondo a formação de uma república confederada — a Confederação do Equador — que foi esmagada, com uma violência exacerbada, pelo jovem imperador. Em 1827, ocorreria na Bahia, em Salvador, a revolta dos negros malês, islamizados, que pôs em risco a elite soteropolitana, fazendo lembrar os acontecimentos que deram origem ao movimento de Independência do Haiti².

¹ Tavares, F. Muniz (1917) *Revolução Pernambucana de 1817*. Recife: Imprensa Industrial.

² Holanda, Sérgio Buarque de et alli (1962) *O Brasil monárquico. I. O processo de emancipação. História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Durante o período regencial, quando o poder central foi enfraquecido, o país tornou-se um vasto campo de batalha com revoluções populares no Pará (Cabanagem), no Maranhão e Piauí (Balaiada), no Ceará (Revolta de Pinto Madeira), em Pernambuco e Alagoas (Guerra dos Cabanos), na Bahia (Sabinada, com a proclamação da República Baiense) e no Rio Grande do Sul e Santa Catarina com as repúblicas de Piratini e Juliana.

Observa-se que, do modo como foi conduzido o processo, a Independência teve duas grandes frustrações: a das classes menos favorecidas, formadas por escravos, índios e brancos pobres que esperavam que a separação de Portugal trouxesse melhorias econômicas e sociais, e a das elites regionais ao verem que o quadro institucional não mudara e que as províncias, que esperavam gozar de uma certa autonomia, após a separação de Lisboa, viram a capital portuguesa apenas substituída pelo Rio de Janeiro, a Corte, onde o grupo agrário-exportador continuou a dominar o país, ocupando os cargos e funções do poder e desfrutando das rendas oriundas da exportação do café, do fumo, do açúcar e do cacau, principais artigos de exportação. Nesse período, em que se formou o Estado sem que existisse ainda a nação, as pessoas se julgavam primeiro pernambucanas, paraibanas, paulistas, baianas, mineiras, fluminenses, gaúchas etc. e depois brasileiras. A condição de brasileiro, da nacionalidade, vinha depois da naturalidade.

Na organização imperial, atenuada durante a Primeira República (1889-1930) e reintegrada no período posterior à Revolução de 30, o Brasil viveu em um sistema de controle do poder central sobre o poder estadual e regional, fazendo quebrar a autonomia dos estados, procurando desfigurar suas tradições, além de enfraquecer a sua vida econômica. Compreendendo os brasileiros que dentro da unidade existe a diversidade, e que os interesses nacionais não devem anular os interesses regionais e estaduais, naturalmente reagem à injusta distribuição de recursos e à preferência de umas regiões sobre outras.

Analisando-se a política de planejamento no Brasil, observa-se também que o controle dos recursos pelo Governo Federal vem favorecendo sobremaneira os estados ricos contra os interesses dos estados pobres, quebrando, dentro da federação, a unidade de direitos e deveres que deveria existir entre uns e outros estados, entre as regiões menos e mais favorecidas. Esta política centralizadora, que empobrece regiões em favor de outras, é profundamente prejudicial à unidade

nacional e favorável ao surgimento do espírito de desintegração e de separatismo¹.

No momento em que vivemos, a propaganda separatista vem-se acentuando e ganhando espaço nos meios de comunicação falados e escritos, sendo mais forte nos estados do Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde fanáticos de ultradireita proclamaram a formação da República do Pampa Gaúcho, e no Paraná e Santa Catarina, onde se invoca o exemplo de Laguna. Geralmente os sulistas separatistas se queixam de que são prejudicados pela União na repartição dos recursos com que contribuem para ela e do que recebem em troca, procurando culpar os nordestinos, acusando-os de incapazes, de preguiçosos, de perdulários e de recebedores de recursos da União. Não procuram informar-se e ver que o Nordeste contribui mais para a União do que recebe dela, que é o seu grande fornecedor de petróleo e de outras matérias-primas e de que, pelo Nordeste, se espriam hoje ondas de migrantes gaúchos (oeste da Bahia) que certamente não queriam voltar para o território da hipotética República do Pampa, se ela se tornasse independente. É incompreensível que estados hoje superpovoados e centros de emigração para o Centro-Oeste, para a Amazônia e para o Nordeste, defendam a separação do país para formar uma república independente, certamente sem negros e sem nordestinos².

Em São Paulo também existem grupos que desejam a separação do país, alegando que o estado é uma área desenvolvida que fornece recursos para as várias regiões sem receber retorno da riqueza que promove. Grupos de extrema-direita, organizados em gangues, procuram hostilizar os nordestinos nas grandes cidades paulistas, responsabilizando-os pelos principais problemas ligados à miséria urbana. Estudando-se a história econômica do Brasil no século XX, observa-se que São Paulo obteve um desenvolvimento invejável em consequência da união entre os vários estados do Brasil, de vez que dispôs de matéria-prima de todo o país, de uma mão-de-obra de baixo preço, barata, migrada dos vários estados, que teve ao seu dispor o grande mercado consumidor nacional, protegido por barreiras alfandegárias que impediam a competição de produtos industriais europeus, americanos e japoneses.

¹ Andrade, Manuel Correia de (1989) *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática.

² Andrade, Manuel Correia de (1987) *Geopolítica econômica do Nordeste*. 4.ª edição. São Paulo: Atlas.

Qual seria a situação de São Paulo se estivesse fechado em suas divisas estaduais, transformadas em fronteiras internacionais, sem dispor de matéria-prima, força de trabalho barata e de um mercado para consumir os seus produtos? Qual será a situação de São Paulo se o Brasil for dividido e ele tiver que enfrentar o poder econômico das grandes potências industriais?

No Nordeste existem também grupos que sonham com a independência, a ponto de exibir um "Centro para o Estudo do Nordeste Independente", de haver até uma canção muito divulgada no país sobre o que seria o Nordeste independente. Afirma-se que se fosse independente o Nordeste poderia participar da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), de vez que produz mais petróleo do que consome e que teria um balanço de pagamentos favorável, pois o valor das exportações é superior ao das importações. Reclama pela pequena participação nas verbas nacionais, de vez que todo o dinheiro gasto até hoje no combate à seca é inferior ao gasto na construção da hidrelétrica de Itaipu. Sente-se, portanto, injustiçado, empobrecido e humilhado ante a discriminação que lhe é imposta pelos estados mais ricos.

A Amazônia e o Centro-Oeste são espaços em ocupação onde se discute a oportunidade de uma diretriz política que provoque o crescimento e o povoamento das duas regiões, sem que se faça a destruição intensiva da natureza e se alienem os recursos naturais aos grupos econômicos estrangeiros. Alienação que foi feita abertamente em numerosos projetos, como o Jari e, até certo ponto, o de Carajás. Na Amazônia, além do perigo separatista, certamente simpático a lideranças ligadas aos capitais estrangeiros, há o perigo de arrendamento ou de entrega da maior porção do território nacional a grupos internacionais.

A questão da unidade nacional, que é fundamental para que o Brasil sobreviva como país, deve ser analisada sem paixão ou partidarismo. Ela passa pela defesa dos recursos naturais que devem ser explorados em consonância com os interesses nacionais, consagrados pelo art. 20 da Constituição de 1988; passa pelo fortalecimento do Estado perante as empresas privadas, fazendo com que ele não só administre as questões sociais como também tenha interferência na exploração econômica em áreas estratégicas; passa pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a fim de que o país elabore os próprios modelos de desenvolvimento e não fique atrelado a modelos alienados e importados; passa pelo desenvolvimento da consciência da cidadania, fazendo

com que o brasileiro coloque os problemas do país acima dos problemas dos estados e dos problemas pessoais; e, passa, finalmente, pelo respeito às características regionais e étnicas dos brasileiros que necessitam afirmar a sua consciência social ante a consciência política.

O problema da união nacional e do afastamento dos ideais separatistas está profundamente ligado ao problema do uso dos meios de informação na conscientização do povo. Para isso, devem ser estimuladas pesquisas e estudos sobre as características regionais, estaduais e locais em todo o país, procurando atingir as suas raízes e orientar de que maneira elas devem ser estimuladas e contribuir para a convivência entre o todo e as partes. Ocorreria, assim, a publicação de livros, de artigos científicos de profundidade e de divulgação onde o problema seja encarado com naturalidade e equacionado de forma a demonstrar que a unidade está dialeticamente na pluralidade e não na imposição do mais forte sobre o mais fraco.

Jornais, revistas de divulgação, programas de rádio e de televisão poderiam ser programados para discussão entre pessoas que tenham divergências quanto ao assunto, a fim de que exponham os seus pontos de vista e ouçam os dos outros, mediante painéis e mesas-redondas. Só se esclarecendo a população, que é muito sensível aos meios de comunicação, é que se encontrará o caminho para firmar a unidade sem esmagar a diversidade.

Vive-se, hoje, um momento transcendente no Brasil, quando se procura fazer uma revisão da Constituição, e aí os meios de comunicação têm grande responsabilidade na preparação da população, a fim de que se defina, na hora exata, o que deseja, o que espera dos governos. E a presença do Estado, mesmo quando considerado um Leviatã, à moda de Hobbes, é indispensável à estabilidade da sociedade e ao bem-estar da população. Sem comunicação não há formação de opinião pública nem paz social.

8

O IDEAL FASCISTA E A COLÔNIA ITALIANA NO NORTE E NORDESTE DO BRASIL

As características da colonização italiana no Nordeste

Pode parecer estranho falar-se em colônia italiana no Nordeste, quando se compara a importância do contingente italiano que migrou para o Sudeste e o Sul do país com o que se fixou na área nordestina. Apesar de bem menos numerosos, os italianos tiveram grande atuação e importância no Nordeste, na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, quando aqui se instalaram, trazendo expressiva contribuição tanto econômica quanto cultural à sociedade nordestina.

Esta migração, feita a partir dos fins do século XIX, é bem diversa e não tem ligações com a migração feita por italianos no período colonial, quando vieram para a região como navegadores e exploradores da costa (século XVI), como missionários jesuítas e capuchinhos (séculos XVI, XVII e XVIII) e como soldados, durante o período de domínio espanhol, para lutar contra os holandeses que haviam conquistado Pernambuco (século XVII). Daí a importância de figuras históricas como Américo Vespúcio, Filipe Cavalcânti, Antonil, Bagnuoulo etc.¹. Alguns destes apenas passaram pela região, fazendo reconhecimento, outros se detiveram por períodos relativamente longos, durante as guerras travadas pela metrópole em terras nordestinas, outros se fixaram e fundaram engenhos, fazendas e constituíram famílias que ainda perpetuam a sua lembrança, ou que, como sacerdotes, realizaram obras marcantes de evangelização e de dominação do gentio.

¹ Andrade, Manuel Correia de (1992) *A Itália no Nordeste. Contribuição italiana ao Nordeste do Brasil*. Recife: Massangana.

Mais importante, porém, foi a migração que veio da península italiana para o Nordeste, formada por pessoas que, por razões políticas ou econômicas, se expatriaram e se fixaram na região, perpetuando-se através de descendentes que hoje participam da vida e da comunidade regional. Alguns destes migrantes vieram ligados a projetos de colonização, como o desenvolvido pela Companhia Colonização, organizada por Miguel Calmon du Pin Almeida¹, em 1836, ou pela política migratória do Governo Otávio Mangabeira, em 1947-50. A grande maioria, porém, se constituía de pessoas isoladas ou em grupos familiares ou de vizinhos que partiram da Itália para a América premidos pelas condições criadas com a unificação italiana e com o empobrecimento da porção meridional da península, à procura de liberdade de pensamento e de melhores condições de vida.

Em geral, saíam da Itália em direção aos portos do Recife ou de Salvador e aí iniciavam o seu trabalho como artesãos, em atividades as mais diversas, como caldeiraria, funilaria, alfaiataria, sapataria etc., ou empregando-se em casas comerciais ou em pequenas indústrias. Sendo muito trabalhadores, logo passavam a fazer pequenos serviços pessoais à população urbana — o consertador de tachos de cobre tornou-se uma figura popular² — ou iam para o interior, para a zona açucareira, oferecer os seus trabalhos no “aviamento” dos engenhos bangüês e das usinas, feitos sempre na entressafra. Angariando a confiança dos empregadores, passavam a desenvolver atividades comerciais ou a implantar pequenas oficinas mecânicas que, com o correr dos anos, se transformaram em pequenas e médias indústrias. O relacionamento com os brasileiros era fácil porque falavam uma língua que se assemelhava ao português e porque adotavam, em sua maioria, a religião católica, numa época em que havia grande hostilidade entre católicos e evangélicos — batistas e presbiterianos, sobretudo —. Além disso, sendo profundamente patriarcais em suas relações familiares, tornaram-se freqüentes os casamentos, muitas vezes ditados por razões econômicas, entre imigrantes e os da terra.

Em geral, o imigrante bem-sucedido, ao necessitar de auxiliares, convidava, por meio de “cartas de chamada”, parentes ou amigos para

¹ Almeida, Miguel Calmon du Pin (1985) *Memória sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonização nesta Província*. Apresentação de Valdir Freitas Oliveira. Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBa.

² Sette, Mário (1981) *Maxambombas e maracatus*. Recife: Fundação de Cultura.

virem trabalhar no Brasil e os empregava e dava apoio para que se estabelecessem. O sentimento familiar e de clã era muito forte, sendo comum italianos casarem com noivas italianas que haviam deixado na própria terra quando viajaram para o Brasil ou com filhas de outros italianos que já se encontravam radicados no país. Estes casamentos na própria comunidade contribuía para manter tradições e costumes e, conseqüentemente, para olhar a nova pátria como uma extensão da própria Itália.

Muitos italianos enriqueceram ou tiveram os filhos enriquecidos, fazendo uma ascensão econômica e social relativamente rápida; alguns centros urbanos de menor expressão populacional foram pontos de concentração de famílias italianas. A língua, apresentando semelhanças com o português, era facilmente assimilada, mesmo porque muitas vezes os italianos falavam dialetos diferentes e tinham dificuldade de se comunicar entre eles; daí terem sido poucos os descendentes de segunda e até de primeira geração que falavam italiano. Só mais recentemente, quando a Itália passou a ter maior importância econômica e política, é que os ítalo-brasileiros passaram a se interessar em estudar italiano.

Em inquéritos feitos com imigrantes e filhos de imigrantes, é comum observar-se que os italianos se ligavam mais aos imigrantes portugueses do que aos judeus e alemães que eram também numerosos no Norte e Nordeste. Daí a grande amizade que havia entre grupos familiares como os Plácido Faria, portugueses, e os Vitta, italianos, no Recife. O fato, porém, não impedia que se realizassem grandes negócios entre os vários grupos étnicos estabelecidos nos fins do século XIX e início do XX, quando Carlos de Carli, filho de imigrante italiano com brasileira de família tradicional, financiou os primeiros judeus que se estabeleceram como comerciantes ambulantes, os chamados mascates, em um período em que a rede bancária era muito limitada e o crédito de difícil acesso.

Os alemães eram, quase sempre, técnicos de indústrias que se fixaram na região depois de 1880, sobretudo nos setores açucareiro e têxtil, ou que se integraram ao comércio de importação e exportação; possuindo, em geral, uma situação econômica mais sólida, desprezavam os imigrantes de origem latina.

A ascensão do fascismo e sua repercussão

A “Marcha sobre Roma”, feita por Benito Mussolini em 1922, e o estabelecimento de um governo fascista na Itália tiveram grande reper-

cussão no Brasil e na América Latina em geral. A década de 20 foi uma época em que o mundo caminhava para a crise de 1929. Época de crise e de dificuldades, com o operariado em grande parte voltado para reivindicações sociais e em que surgiram as primeiras greves de grande porte. Em Pernambuco, um político populista, Joaquim Pimenta, conduziu as massas trabalhadoras a greves e manifestações, com o apoio de um político tradicional — Manuel Borba — dando a entender à burguesia que o exemplo da União Soviética e da revolução de 1917 poderia ter repetidores no Brasil. Também em Pernambuco vivia e exercia forte militância popular o comunista Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil, filiado à Terceira Internacional. Como a maioria dos italianos era formada por artífices e pequenos empresários, temia uma revolução socialista e desejava que o governo oligárquico, então dominante, mantivesse a ordem pública.

Sendo conservadores, os italianos aqui radicados depositaram grandes esperanças em Mussolini, esperando que ele organizasse a Itália e que a tornasse uma grande potência, dominando o mar Mediterrâneo até então controlado pela Inglaterra com suas bases em Gibraltar, Malta e Suez. Mussolini, antigo jornalista, compreendia a importância da mídia para aumentar a sua influência política, daí tratou de fazer grande propaganda do seu governo, afirmando que fazia justiça social, que garantiria a ordem pública, que conciliaria o capital com o trabalho, por meio de uma filosofia corporativista e de uma legislação social avançada, que aumentava o poder político da Itália no concerto da nação e que destruiria a influência dos partidos comunista e socialista.

Os consulados italianos no Nordeste, bem equipados, passaram a desenvolver grande atividade de propaganda e de apoio às empresas italianas e às associações de italianos. Mas não limitaram a sua ação a estes aspectos, organizaram também, em Belém e no Recife, sessões do Fâscio de onde se irradiava a propaganda de engrandecimento da Itália e de combate ao comunismo e à liberal-democracia. O primeiro era considerado um partido ateu e contrário aos ideais cristãos assim como um representante dos interesses soviéticos que financiavam e assistiam a desagregação da pátria e estimulavam insurreições, pondo em choque o capital e o trabalho; a liberal-democracia era um sistema político fraco, desagregador, conduzido pelo judaísmo internacional que explorava e dominava os povos e nações. O fascismo seria, então, o caminho para a recuperação da humanidade.

Baseado nestas concepções, já em 24 de janeiro de 1924, era organizado o Fâscio do Pará, em Belém, dirigido por Francesco Falesi e secretariado por Giuseppe de Tommaso, que se encarregava da organização juvenil, Biagio Petruccelli, que era secretário administrativo, Giuseppe Scali, encarregado da propaganda, e Alfredo Castellani, responsável pelas atividades esportivas¹. Em 1932 contava com 68 sócios inscritos. O Fâscio era controlado pela Casa Degli Italiani, organizada em 14 de abril de 1929, que exercia a orientação também de outras instituições, como a Sociedade Italiana de Beneficência, fundada em 1912, a Escola Dante Alighieri, que mantinha curso primário de quatro anos, ministrado em língua italiana e mantida pelas duas entidades anteriores, a Associação Nacional de Combatentes, fundada em 1923, e o Itália Sport Club, fundado em 1926. Como se vê, no início dos anos 30, os italianos de Belém estavam organizados em uma série de sociedades ligadas diretamente ao Fâscio do Pará.

Mas o Fâscio, que contava com grande simpatia entre missionários italianos que se distribuíram pela região do baixo Amazonas — barnabitas, salesianos e capuchinhos — se organizou também na cidade de Óbidos a 19 de agosto de 1929, e desenvolveu, segundo Aliprandi², “contínua e benéfica obra de patriotismo, de propaganda italiana, de difusão do grande ideal da Nova Itália. A sua obra é digna de ser divulgada na Pátria”. Vê-se, assim, que o fascismo teve a habilidade de mobilizar e de entusiasmar os italianos que viviam no Brasil, fazendo esmaecer, nas regiões Norte e Nordeste, os sentimentos liberais e anarquistas que caracterizavam, em outras áreas do país, a luta operária.

O Fâscio do Recife foi fundado em março de 1924, por um grupo de migrantes liderados por Gino Palvarini. Inicialmente não teve êxito e só foi reconstituído em 1927, pelo comerciante Francisco Cribari que transferiu a presidência para Cesare Gulinelli em novembro de 1929. Ganhou maior importância a partir de 1930, ano de grande agitação no país e em que foi derrubada a Primeira República, passando a ser dirigida pelo *cavaliere* Arualdo Pemies. Em 1932, já contava com cerca de cem sócios, em sua maioria residentes no Recife e em Garanhuns, e tinha sede na Avenida Rio Branco, 104, no Edifício do Banco Francês e Italiano para a América do Sul³.

¹ Aliprandi, Ermenegildo & Martini, Virgílio (1932) *Gli Italiani nel Nord del Brasile*. p. 21. Pará: Livraria Gillet.

² Idem, *ibidem*, p. 33.

³ Idem, *ibidem*, p. 65.

O Fâscio do Recife, que expandia a sua influência por grande parte do Nordeste, tinha ligações pára-oficiais, de vez que funcionava em salas do Banco Francês e Italiano, banco que também tinha agência na cidade do Salvador, na Bahia¹. Uma de suas preocupações foi instalar um curso de língua e literatura italianas, em colaboração com a Câmara de Comércio Italiano para o Norte do Brasil, e colocar a escola na dependência direta do Consulado. Para ministrar o curso de língua italiana foi convocada a esposa do secretário do Consulado, a senhora Maria Chiappetta, que, ao migrar para o Brasil, viveu longo período em Macció, cidade onde havia uma expressiva colônia italiana. A escola era mista e limitava em 25 o número de alunos. A Câmara Italiana do Comércio para o Norte do Brasil era muito dinâmica e organizava os industriais e comerciantes peninsulares em promoções constantes, como a Exposição Geral dos Produtos, promovida em 1931, no edifício do Colégio Salesiano. O colégio era mantido pelos seguidores de D. Bosco que chegaram ao Recife em 1895, com grande apoio de industriais locais e do Governo, visando desenvolver o ensino técnico profissional, indispensável numa região em que se iniciava um surto industrial regional. Os salesianos davam grande apoio também aos esportes e às manifestações marciais e realizavam passeatas com seus alunos com o fim de desenvolver maior receptividade aos ideais políticos dos grupos conservadores e direitistas². Apresentavam-se como missionários bem mais modernos do que os capuchinhos, que se dedicavam às “santas missões”, procurando conter o espírito rebelde das camadas populares por meio do temor a um Deus vingativo e pouco misericordioso. Muitas vezes os fascistas se reuniram em igrejas e se fizeram fotografar com suas camisas pretas em frente à Igreja da Penha, no Recife³.

O Fâscio fazia reuniões mensais às quais compareciam fascistas do interior de Pernambuco e dos estados vizinhos como Alagoas, Paraíba, que teve o seu Fâscio organizado em 1929, e Rio Grande do Norte. Também foi ele quem organizou grandes comemorações para celebrar o avião fascista Ítalo Balbo, que atravessou o Atlântico.

Para esta comemoração, contou com o apoio da Embaixada Italiana no Rio de Janeiro e com uma subscrição da colônia italiana, liderada pelo Secretário Francesco Cribari, fazendo construir uma coluna ro-

mana em Touros, ponto em que aterrissou a “Savoia Marchetti 64”. A coluna seria depois transferida para Natal, por sugestão de Balbo, e, em seguida, seria inaugurada pelo ministro da Aviação Italiana, após um “glorioso cruzeiro atlântico”¹. O Fâscio desenvolvia grande trabalho de propaganda e de aproximação com a sociedade brasileira, com apoio do Consulado, sobretudo naqueles setores em que este, por se tratar de órgão governamental, não podia atuar abertamente. Os italianos que não simpatizavam com Mussolini e com o fascismo eram fiscalizados pelos próprios patrícios que se ligavam aos donos do poder na Itália. Mas poucos eram os que se dispunham a se incompatibilizar com um sistema político autoritário, sabendo que possuíam familiares e propriedades na Itália que poderiam ser alvo da ação governamental.

A Paraíba, apesar de sua proximidade do Recife, não tardou muito a organizar o seu Fâscio, e o fez em 1929, por orientação e com o apoio do cônsul italiano no Recife, o *cavaliere* Moscati. O encarregado de sua organização e direção foi o *cavaliere* Giovanni Gioia, já estabelecido e conceituado na então Cidade da Paraíba (atual João Pessoa). Em 1932, porém, contava apenas com 32 inscritos. Na Paraíba existia também, no início dos anos 30, uma representação da Cruz Vermelha Italiana, tendo funcionado aí um curso de língua italiana, no edifício do tradicional Liceu Paraibano. O curso era gratuito e podia ser freqüentado tanto por italianos como por brasileiros, sendo mantido pela sessão do Fâscio local².

Não dispomos de documentação comprovada sobre a ação do Fâscio em outros estados do Norte e do Nordeste, mas tudo indica que ele deve ter tido grande atuação na Bahia, onde vivia uma expressiva colônia italiana, não só na capital como em algumas cidades do interior, como Poções e Jequié; esta última se desenvolveu em função do comércio, sobretudo depois da construção da estrada de ferro de penetração que partia de Nazaré das Farinhas em direção ao médio curso do rio de Contas. Na década de 20, o comércio era dominado pela família Grillo, sendo Vicente Grillo um verdadeiro líder que controlava não só as atividades comerciais como também setores agrícolas, pecuários e industriais. Ele, que é reconhecido como o grande benfeitor da cidade, tinha tanta admiração por Mussolini que quando nasceu o seu terceiro filho, deu a ele o nome de Benito. O seu entusiasmo pela Itália fascista

¹ Idem, *ibidem*, p. 84.

² Andrade, Manuel Correia de (1992) *A Itália no Nordeste*. p. 94. Recife: Massangana.

³ Idem, *ibidem*, p. 93-5.

¹ Aliprandi, Ermengildo & Martini, Virgílio, obra citada, p. 92.

² Idem, *ibidem*, p. 98.

e pelo fascismo foi de tal ordem que em 1942, quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, foi ameaçado de ter os seus bens depredados pelos populares revoltados, salvando-se por causa do grande prestígio pessoal com as lideranças da cidade que evitaram as manifestações hostis.

Também tinham grandes simpatias pelo fascismo os italianos que se constituíam no principal grupo econômico da cidade de Poções, mas, sendo esta, na época, um pequeno centro, os habitantes não italianos evitaram que se fizessem maiores manifestações. E em Poções, poucos anos antes, estivera o líder do fascismo brasileiro, Plínio Salgado, fazendo pregação da doutrina integralista.

Italianos e ítalo-brasileiros nos anos 30 e 40

A década de 30 foi muito propícia à propaganda fascista, de vez que, derrubada a Primeira República, os grupos revolucionários passaram a procurar novos caminhos para o país, e o poder foi disputado com certa violência. Os chamados “tenentes”, que se aliaram à dissidência oligárquica e derrubaram o Governo de Washington Luís, se dividiram entre os que queriam uma revolução social e tinham simpatias pelo movimento operário e pela experiência soviética, como Luís Carlos Prestes, Agildo Barata, Leivas Otero, e os que tinham formação totalitária e, ou, conservadora, como Filinto Müller, Góis Monteiro, Juarez Távora e outros que preferiam fazer pequenas reformas que modernizassem o país mas mantivessem as velhas estruturas e fortalecessem o poder central. Getúlio Vargas, com a habilidade que lhe era característica, procurou lançar uns contra os outros, dividindo-os para manter-se no poder¹.

Nesse período de lutas, surgiram vários movimentos fascistas ou parafascista em vários estados do Brasil; e dentre eles, o que teve maior força de aglutinação e superou os outros foi a chamada Ação Integralista Brasileira cujo chefe era Plínio Salgado, escritor paulista. Apresentava em seu seio tendências bem diversas, como a do próprio Plínio Salgado que era nacionalista, a de Gustavo Barroso, profundamente germânica e anti-semita, e a de Miguel Reale, filósofo e jurista voltado para os valores romanos e italianos. Como os fascistas, os integralistas

¹ Andrade, Manuel Correia de (1988) *A Revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

tinham camisa própria, de cor verde, faziam exercícios militares ou paramilitares, organizavam-se com uma grande hierarquia e disciplina, desenvolviam a oratória, a propaganda e agitação política, eram violentos contra os que se opunham aos seus objetivos, atacavam violentamente a liberal-democracia, o comunismo e o socialismo e se colocavam, no plano internacional, ao lado dos países do Eixo contra as potências ocidentais¹.

A propaganda integralista teve grande apoio da Igreja e da mídia, arregimentando numerosos jovens da classe média e da alta, organizando-os em milícias. No Recife os jornais do grupo Fileno de Miranda — *O Estado e A Cidade* —, foram os grandes pregoeiros do ideal integralista.

O movimento atraiu grande parte dos filhos e netos de imigrantes italianos, que, juntos com alguns brasileiros, defendiam os princípios totalitários.

Em 1934, a Assembléia Constituinte elaborou a Constituição que estaria em vigor apenas por três anos e que, influenciada pela Constituição alemã de Weimar, apresentava orientação social-democrata. Direita e esquerda conspiravam e o Governo manobrava para destruir a própria Constituição que deveria defender. O processo se radicalizou, reunindo as mais diversas facções de esquerda na Aliança Nacional Libertadora e as de direita na Ação Integralista Brasileira. Nesta, eram numerosos os ítalo-brasileiros do Nordeste, de vez que os italianos continuaram a trabalhar à sombra dos consulados, nos fâscios. Havia, naturalmente, grande interligação entre os fascistas propriamente ditos e os integralistas. Estes, imbuídos de ideais totalitários e militaristas, realizavam grandes paradas a fim de pressionar o Governo a lhes entregar o poder.

Para os consulados e suas organizações, a década de 30 foi muito auspiciosa, de vez que Mussolini, tendo consolidado o seu poder na Itália, passou a desenvolver uma política expansionista com o fim de ampliar o império colonial italiano. Em 1935, contrariando decisões da Sociedade das Nações, ele invadiu a Etiópia, partindo os seus ataques sobretudo da Eritréia, e desafiou o Império Britânico que proibiu a passagem de forças agressoras pelo canal de Suez, sob seu controle. Os partidários da Itália apresentavam o Governo fascista não só como

¹ Trindade, Helgio (1974) *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

restaurador do Império Romano com também o evangelizador que conquistaria a Etiópia com a finalidade de civilizá-la e de abolir a escravidão aí ainda existente. Era uma filosofia que já fora utilizada pelos impérios europeus desde o século XVI para justificar a destruição de povos e para escravizá-los. Mas a imprensa conservadora e parafascista vendeu bem esta idéia. E os colonos italianos puderam, em 1936, festejar a vitória sobre a Etiópia, que era, ao mesmo tempo, uma vingança pela derrota sofrida, em 1896, pelos italianos, diante dos exércitos de Menelik II. Parecia a eles que a Itália, com esta vitória, se colocava entre as grandes potências da Europa.

Em seguida, 1936-39, veio a guerra civil espanhola em que as forças fascistas, lideradas pelo General Franco, se levantaram contra o Governo republicano e, auxiliadas pela Itália e pela Alemanha, conquistaram o território espanhol. No Nordeste do Brasil, Franco era apontado como um herói que, com o apoio da Igreja, estava derrubando um governo comunista. Não o caracterizavam como um governo republicano, apoiado por uma coalizão de esquerda da qual participavam republicanos liberais, anarquistas, socialistas, comunistas e católicos bascos. Novamente a imprensa nacional foi mobilizada, em sua maior porção, a defender a ação do General Franco e a denegrir a ação dos governos democráticos da Inglaterra e da França, que não enfrentaram o problema com a energia que era necessária. A própria União Soviética, que seria o alvo final dos fascistas, se omitiu na ajuda à Espanha Republicana, em uma ocasião em que Stálin, com grande crueldade, realizava expurgos sucessivos, destruindo forças que seriam úteis à União Soviética na guerra que se avizinhava contra o Eixo. E a Espanha foi campo de experiência para técnicas e armas do Eixo, e as vitórias alcançadas no campo de batalha por Mussolini, seus aliados e seus protegidos, nos mais diversos pontos do mundo, eram comemoradas pelos fascistas, italianos e brasileiros do Nordeste e do Norte do país.

O Estado Novo, implantado com o golpe de estado de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, estabelecendo uma Constituição parafascista, copiada da polonesa, trouxe um grande ânimo a toda a direita, que esperou uma maior aproximação com os países do Eixo e um afastamento dos Estados Unidos. Getúlio tergiversou enquanto pôde, procurando obter vantagens de um e outro lado e, até 1941, parecia inteiramente favorável ao Eixo, o que era coerente diante de sua trajetória política. Com suas oscilações, ele conseguiu facilidades

do Presidente Roosevelt para desenvolver a exploração, para exportação, do minério de ferro do vale do rio Doce e implantar a nossa primeira grande siderúrgica em Volta Redonda, fazendo com que ele mudasse a sua política internacional, demitisse os seus auxiliares reconhecidamente favoráveis ao Eixo, e organizasse um governo pró-aliados. Daí em diante, a situação passou a mudar e os súditos do Eixo passaram a ser fiscalizados e, até certo ponto, perseguidos. Naquela ocasião, muitos ítalo-brasileiros que eram oficiais da reserva do Exército foram convocados e passaram a servir ao país.

O Consulado italiano começou a desativar sua propaganda, enquanto os súditos amenizaram as críticas aos aliados e aos brasileiros que os apoiavam. A situação já estava radicalizada quando, em 1942, foram torpedeados numerosos navios mercantes nas proximidades da costa nordestina e chegaram à praia naufragos e corpos dos mortos nos naufrágios; surgiram, então, protestos e manifestações populares nas ruas das principais cidades contra os italianos. Os oradores, nestas manifestações, responsabilizavam, em geral, a italianos e alemães pela morte e prejuízos provocados pelos torpedeamentos e passaram a apontá-los como informantes de supostos submarinos alemães que seriam responsáveis por tais atos.

Das manifestações de rua passou-se rapidamente ao ataque a casas de residência e de comércio de súditos alemães e italianos, havendo saque e destruição. Muitos dos mais conhecidos líderes da comunidade italiana trataram de se esconder em casas de amigos brasileiros ou de se retirar para cidades do interior ou fazendas onde se sentiram mais seguros. Dentre as numerosas casas comerciais destruídas, destacou-se a Casa Veneza, da família Ângelo, em Fortaleza, que era a maior sapataria da cidade. No Recife, a Odalisca, casa comercial de Orestes Novelino, um dos principais líderes da comunidade italiana, foi destruída e saqueada; a fábrica de gasosas Fratelli Vita, de Francesco Vita, só não foi destruída porque um filho, Miguel Vita, servia como oficial do exército brasileiro e conseguiu impedir o assalto a ela. Em Aracaju, um dos mais ricos negociantes, Nicola Mandarino, que possuía suntuosa residência e numerosos bens, teve-a depredada, fazendo que ele abandonasse posteriormente a cidade, transferindo-se para o Rio de Janeiro.

A partir daí, a situação ficou muito difícil para os italianos que viviam no Brasil há dezenas de anos, por não inspirarem confiança aos grupos brasileiros e por terem os seus bens seqüestrados pelo Governo,

incluídas as sedes das Casas de Itália de Recife e de Salvador, que eram prédios de certa suntuosidade. A pressão contra os alemães, porém, era bem mais forte do que contra os italianos. Convém lembrar que, mesmo entre as autoridades que serviam ao Estado Novo, havia certa simpatia para com os fascistas presos, como se sabe de informações prestadas por um italiano que esteve preso em Maceió, e que, por ter recebido proteção do delegado de polícia a que esteve submetido, concluiu que ele também era fascista. Dificilmente uma pessoa de confiança do Estado Novo poderia ser antifascista.

Concluída a guerra e serenados os ânimos, os imigrantes italianos voltaram à posse dos seus bens, à reorganização de suas associações e ao trabalho que desenvolviam em diferentes setores da economia. A maioria deles, porém, quando entrevistada para pesquisa feita em 1990-92, demonstrava grande simpatia por Mussolini e pelo Governo que ele desenvolveu, salientando que ele pôs a Itália em ordem e que projetou o poderio italiano no mundo, lastimando a sua derrota na guerra e que ele tenha se aliado a Hitler, que o teria levado à derrota. Salientavam que no tempo de Mussolini os italianos tinham ordem, emprego, trens correndo no horário, acesso à escola e oportunidade de migrar para as terras conquistadas no Norte da África, na África Oriental e na Albânia. Por isso, lastimavam o fim trágico que teve “il Duce”.

De qualquer forma, porém, no Nordeste brasileiro há uma grande integração dos migrantes e seus descendentes à vida econômica, social e cultural do país, havendo entre eles, hoje, desde pessoas mais conservadoras até revolucionários mais autênticos.

9

ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO

Josué de Castro: o cidadão e o cientista

Josué de Castro, grande figura de político e pensador brasileiro, teve destacada atuação nos meados do século XX, tanto no plano nacional como no internacional, destacando-se por sua elevada competência, dedicação à causa pública e aprimoramento de idéias.

Nascido no Recife, em 1908, formou-se em Medicina especializando-se em Fisiologia e Endocrinologia, logo se destacou como médico e professor livre-docente da Faculdade de Medicina do Recife. Como médico, preocupou-se com os problemas da alimentação. Levado pela observação, notou que no Recife havia uma população pobre e marginalizada que habitava em palafitas construídas no leito maior dos rios Capibaribe e Beberibe, os chamados mocambos. Eram habitações pobres que não haviam, ainda, nos anos 30, subido os morros que cercam a capital pernambucana, dando origem a “favelas” semelhantes às do Rio de Janeiro.

A preocupação com a situação da população pobre, expulsa das áreas agrícolas do interior e mal localizada no Recife, aguçou o interesse do jovem médico pelo problema social, levando-o a dedicar parte do seu tempo à análise do problema da população de baixa renda. Em estudo publicado em 1935 sobre Condições de Vida das Classes Operárias no Recife, ele demonstrou que um terço da população da cidade vivia em mocambos e se alimentava precipuamente de crustáceos capturados no próprio rio e na maré sobre a qual vivia. Daí a sua concepção do ciclo de caranguejo, de vez que o habitante do mocambo defecava no rio, fornecendo alimento para os caranguejos que, em seguida, capturava para servir de base de sua própria alimentação. Assim, o homem

alimentava o caranguejo que iria alimentá-lo. A análise deste ciclo pôde levar a conclusões sérias sobre as relações entre o homem e o meio onde ele vivia e explorava, uma vez que a população desempregada passava a maior parte do dia, sobretudo nas horas de maré baixa, mergulhada na lama à procura dos caranguejos para a sua alimentação. Este tema seria aprofundado em seus estudos posteriores.

No início dos anos 30, quando, após a revolução liberal, passou-se a discutir o Brasil, procurando estabelecer as causas fundamentais de seus problemas, e se abandonou a velha idéia de que o país estava a caminho da europeização, numerosos estudiosos, como Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Josué de Castro procuraram identificar as causas dos nossos problemas, mostrando que o atraso do país não resultava de sua formação étnica e sim do próprio processo de civilização a que fora submetido após a invasão portuguesa (1500). Josué de Castro, certamente influenciado por Nina Rodrigues, procurou analisar em profundidade o problema étnico, ligando-o ao problema alimentar, mostrando que os efeitos da alimentação insuficiente nas classes mais pobres e muitas vezes abundante, mas inadequada, nas classes sociais ricas, tinham influência forte, maior que a étnica, sobre o desempenho da população brasileira.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro e ampliando a sua atuação fora do âmbito universitário, como médico e político, ele pôde desenvolver os seus estudos e observações, passando a pensar em escala maior, nacional. Daí o crescimento de sua produção científica, passando de ensaios mais detalhados como a "Fisiologia dos Tabus", para a *Geografia da Fome*, em que analisa o problema da fome no Brasil (1946). A seguir, ele ampliou ainda mais a sua atuação, partindo para a análise do problema da fome em escala mundial, publicando obras de grande repercussão no exterior, como a *Geopolítica da Fome* (1951) e o *Livro Negro da Fome* (1960).

Sendo um cientista com sensibilidade social e com visão aberta à interdisciplinaridade, Josué de Castro partiu da análise biológica e médica do problema alimentar para uma visão geográfica, sociológica e política. Rompeu com as falsas fronteiras que o positivismo criara entre as várias áreas do conhecimento científico e tornou-se um grande geógrafo, um dos maiores geógrafos brasileiros dos anos 40 e 50.

Como geógrafo, conquistou, em concurso, a Cátedra de Geografia Humana na então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), defendendo

uma tese original sobre os *Fatores de Localização da Cidade do Recife*, tese que é, ainda hoje, um modelo de estudo de geografia urbana. Aí, por meio de seus livros e de suas aulas, passou a formar discípulos, que demonstravam grande preocupação com a realidade e a problemática brasileiras, aliando o conhecimento científico universal ao conhecimento empírico da nossa realidade.

A atuação política

Nos anos 30 e 40, Josué de Castro dedicou-se mais às atividades profissionais, ao estudo, pesquisas, reflexões, ensino etc., mas não separou essas atividades da reflexão sobre a política brasileira, em um momento histórico traumático para o país. A Revolução de 30, que derrubara a velha oligarquia agrária e o esquema de dominação política dos grandes estados, abriu espaço para a discussão dos problemas nacionais e para a sugestão de novos modelos de mudanças sociais e políticas. A velha oligarquia agrária logo se aliou a segmentos burgueses em ascensão e a grupos militares insatisfeitos, procurando encaminhar o país para o modelo fascista, ligado sobretudo ao caminho trilhado pela Itália de Benito Mussolini. Os segmentos mais liberais e socialistas que procuravam um modelo de desenvolvimento aberto à participação popular, procuraram caminhos que se ligavam a uma proposta social democrática e comunista. Estes foram freados pelo erro cometido, em 1935, com a chamada "Intentona Comunista", que permitiu a Getúlio Vargas encaminhar o país para um sistema ditatorial-corporativista.

Josué de Castro optaria, naturalmente, pela segunda corrente e admitia que o Brasil não poderia encontrar novos caminhos se não abrisse perspectivas aos grupos menos favorecidos e não levasse a população a uma maior participação na renda do país. Daí o seu ingresso no Partido Trabalhista Brasileiro, pelo qual exerceu a deputação federal, representando Pernambuco de 1955 a 1962. Na época, a repercussão dos seus livros e de suas idéias o levaria ao cenário internacional onde ele passou a exercer cargos da maior importância, como presidente do Conselho da FAO (Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas) de 1952 a 1956, e do Conselho do CIME (Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias) em 1963, do Comitê Mundial para uma Constituição dos Povos, e foi vice-presidente, em Londres, da Associação Parlamentar Mundial. Esta

brilhante carreira política foi interrompida em 1964, quando o governo militar cassou os seus direitos políticos e o demitiu do cargo de embaixador junto às organizações da ONU (Organização das Nações Unidas) em Genebra, na Suíça. Sua atuação em favor de uma maior participação popular na ação política e sua preocupação com a solução de problemas angustiantes, como o da fome, não poderiam ser perdoadas por um governo altamente comprometido com os grandes interesses dos grupos econômicos internacionais e com a oligarquia dominante no país.

Josué de Castro, porém, não desanimou; prestigiado em todo o mundo, viveu exilado em Paris como professor de Geografia no Centro Universitário de Vincennes e como dirigente do Centro Internacional para o Desenvolvimento. Inquieto e cioso dos seus compromissos sociais, não descansou sobre os louros conquistados e continuou a luta pelos ideais que defendera em seu país. Ficou à espera de mudanças na política brasileira que permitissem o recomeço de sua luta, quando faleceu, em 1973, aos 65 anos de idade.

O significado da obra de Josué de Castro

A importância da contribuição científica de Josué de Castro se expande à proporção que a crise brasileira se aguça e que os governos brasileiros se têm recusado ou se mostrado incapazes de resolvê-la. No momento em que vivemos, em que se tem dificuldade de distinguir o nacional do internacional, ante o processo, em marcha, da chamada “globalização”, o seu pensamento ganha importância; já nos anos 50, ele dizia que não se podia separar a problemática do Brasil da problemática mundial e que se deveria procurar uma solução tanto em escala regional e local como em escala nacional e mundial.

Preocupado com o problema alimentar, a princípio como médico, depois como geógrafo e sociólogo, e com o problema da fome, tanto crônica como aguda, interessou-se pela questão do abastecimento dos grandes aglomerados humanos. Não se preocupou com preconceitos alimentares, ressaltando a importância de alimentos que eram considerados inferiores e condenando os tabus alimentares dominantes desde o período colonial; levava em conta o problema do acesso da população ao alimento, com o exemplo, hoje clássico do “ciclo do caranguejo” tema do seu último livro *Homens e Caranguejos* (1963). Ao analisar a alimentação da população pobre, participou de discussões sobre a funcionalidade dos mocambos, debate de que também

participou Gilberto Freire e que inspirou a política habitacional do governo Agamenon Magalhães (1937-45). Na verdade, a preocupação com uma política de bem-estar dificilmente separa o binômio moradia-alimentação.

Analisando o problema alimentar, ele o fez sob vários aspectos, fisiológico, ântropo-social e higiênico, procurando especificar um padrão dietético para o brasileiro (1937) em *Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*, mas, compreendendo as características ecológicas que diversificavam o território nacional, procurou comparar os padrões alimentares nas várias porções do território e caracterizar o problema alimentar de forma regional, detendo-se sobretudo na Amazônia e no Nordeste, dividindo este em uma porção úmida, canavieira, e uma porção semi-árida, sertaneja. Explicava os problemas que deterioram ou beneficiam os padrões alimentares tradicionais, dominantes, quando comparava o Nordeste semi-árido a outras regiões do mundo em que o milho, por exemplo, era o cereal dominante na alimentação, fazendo ver que, no Nordeste, não apareciam avitaminoses como a pelagra, ao contrário do que ocorria em regiões do mundo onde o padrão alimentar era também à base do milho, e mostrava que o fato ocorria porque o nordestino geralmente se alimentava do milho com leite, o que corrigia a carência em vitamina B3, ao passo que em outras áreas o leite não estava incluído no sistema alimentar. Apesar de se deter nas regiões do Norte e Nordeste, ele estudava também as regiões Sul e Centro onde os padrões alimentares eram menos carentes, apontando vantagens e deficiências. Do ponto de vista geográfico, o livro *Geografia da Fome* é um clássico de muita atualidade não só porque põe a nu a realidade alimentícia brasileira, como porque associa os problemas de alimentação com os problemas do meio ambiente, ecológicos, que, no momento, preocupam tanto os estudiosos e os planejadores.

Josué, porém, não enfocou apenas a vinculação geográfica e ecológica do problema alimentar, ele passou a vê-lo em sua totalidade, ligando-o a vinculações sociais e políticas; compreendeu, e daí sua grande contribuição ao conhecimento científico da realidade brasileira, que o problema da fome não era só uma questão nacional, mas também estava profundamente vinculado à problemática internacional, ligado à divisão internacional do trabalho e ao processo de dominação dos países ricos sobre os países pobres, do chamado, nos anos 60, Terceiro Mundo. Daí a sua preocupação com a dominação das grandes potên-

cias, com o processo dito de descolonização e com o sentido do imperialismo que hoje atua sob o manto do chamado neoliberalismo. Daí também a sua atuação internacional e as posições que o levaram à cassação dos seus direitos políticos pelo Governo imposto ao Brasil em 1964, e às pressões que passou a sofrer no plano internacional. Ao defender uma Reforma Agrária no Brasil e uma política realista para o Terceiro Mundo, Josué de Castro vinculou o seu pensamento de cientista à sua atuação de político; a ação cultural completava a sua posição em favor de mudanças progressistas que tendiam a diminuir as desigualdades sociais e regionais.

Da leitura crítica de sua obra, vê-se que o problema da fome, mesmo em escala individual, não pode ser separado do problema da fome em seu aspecto global. Ele não pode ser resolvido no plano individual, por uma decisão própria, sem que se resolvam as causas que o determinam e condicionam no plano social e político. Isso nos leva a refletir que o mundo é uma “aldeia global” como dizia, nos anos 40, W. Wilkie, ao disputar a presidência dos Estados Unidos contra Roosevelt, e lembra a frase de Hemingway quando perguntou “Por quem os sinos dobram?”. E respondeu “Eles dobram por ti”.

A atualidade do pensamento de Josué de Castro

A releitura da obra de Josué de Castro é fundamental, sobretudo no momento em que se discutem problemas como o da internacionalização da economia, do enfraquecimento do poder do Estado, da privatização da economia etc., esquecendo que estes problemas coexistem com outros bem mais cruciais e bem mais realistas e que não encontram solução a curto prazo.

A internacionalização da economia e o enfraquecimento do poder do Estado, para alguns até com o desaparecimento da soberania, se chocam com a reação regionalista e nacionalista que tem provocado a desagregação de países como a União Soviética, a Tcheco-Eslováquia e a Iugoslávia, chegando até a ameaçar o Brasil. Não vêm os defensores da globalização, da internacionalização, que esta só se realizará com a dominação dos países pobres e fracos pelos ricos e que entre estes ocorre a possibilidade de formação de novos blocos geopolíticos que se confrontem, ao mesmo tempo em que as forças centrípetas, que promovem a globalização, suscitem reações de forças centrífugas, que propiciam a fragmentação.

O enfraquecimento do poder do Estado e o desaparecimento das fronteiras podem ser conseguidas sem traumas; o que pode ocorrer é a superposição de territórios, do Estado e das grandes empresas que pode ser conflitivo. François Perroux, ao elaborar a sua teoria de pólos de desenvolvimento, já chamava atenção sobre a superposição e falava na possibilidade de desaparecimento do Estado como poder político, mantendo-se apenas a estrutura administrativa. A idéia do desaparecimento do Estado é utópica, embora muito antiga, que o digam os primeiros socialistas, como Tomás Morus, e os anarquistas, como Bakunin, mas ela não se realiza senão pela dominação e anexação de estados por outros. Na própria experiência soviética, que, ideologicamente, conduziria à extinção do Estado, o que se viu foi a formação de um Estado cada vez mais forte e controlador da economia dos países que o adotaram.

Quanto à privatização total da economia e não apenas de certos setores, se perguntaria: a quem caberia os serviços sociais básicos? Onde iriam trabalhar os excluídos do mercado de trabalho, cada vez mais ligado à robotização? Como os interesses sociais seriam administrados, de vez que à empresa privada não interessa o bem-estar social mas apenas a maximização do lucros?

Josué, há várias décadas, já equacionava problemas que contrariavam idéias hoje defendidas, fazendo uma espécie de previsão da situação de um mundo e de um país em crise, nos anos 90, e com problemas agravados por um processo de modernização perverso e antinacional. Ele priorizava a luta contra a fome por admitir que esta era a mais ostensiva demonstração de miséria e que levaria as populações atingidas a um processo de degradação moral e física, com conseqüências sociais imprevisíveis. Assim, o seu tema central, a frente de luta que abriu, foi contra a fome, símbolo de todas as misérias e degradações. Apontou um processo de eugenia humanístico a ser alcançado, não pela origem, pela raça, mas pela melhoria dos padrões alimentares.

Em seus estudos, que evoluíram do biológico para o social e geográfico, ele alcançou a compreensão do problema do monopólio da terra, que não tinha um destino racional para a maioria da população, mas apenas favorecia os grupos sociais dominantes. Daí o seu apoio às chamadas reformas de base do Governo João Goulart, entre as quais a mais importante era a “reforma agrária”.

Sua posição o levou ainda à análise geopolítica, aplicando-a à fome, o que contribui para uma análise do imperialismo e da dominação dos

países do Terceiro Mundo pelo chamado Primeiro Mundo. Até que ponto se pode separar o conceito neoliberal de “globalização” e de “internacionalização da economia”, do velho conceito de imperialismo que ainda dita as regras nas relações internacionais? O tratado da biodiversidade, apresentado na Eco-92 e não assinado pelo Governo norte-americano, indica a veracidade da reflexão feita.

O que se pode concluir é que Josué de Castro foi um exemplo de homem público e de cientista; ele não se negou aos combates pela modernização, no sentido amplo, do país, pelas campanhas de diminuição das diferenças sociais entre as pessoas e as classes, assim como pela apresentação de soluções para os problemas regionais e internacionais. Ele era um cidadão brasileiro com uma visão e uma preocupação com os problemas mundiais e um cidadão do mundo que lutava e se arriscava em defesa da transformação da sociedade brasileira dentro de critérios racionais e populares. A sua contribuição é decisiva tanto para os estudiosos dos problemas brasileiros como para os planejadores e administradores que necessitam equacionar e resolver problemas que afligem o Brasil em um momento de crise, de recessão. É conveniente um toque de otimismo, lembrando que as crises podem ser processos de um parto de uma sociedade melhor.

10

O NORTE E O NORDESTE NA OBRA DE ORLANDO VALVERDE

Orlando Valverde e o pensamento geográfico brasileiro

O professor Orlando Valverde pertence àquela geração de geógrafos brasileiros responsável pela formulação de uma geografia científica nacional, sem contudo esquecer a universalidade do pensamento científico. É da geração que se formou nos anos 30 e deu uma grande contribuição ao conhecimento geográfico do país, a partir dos anos 40. Na verdade, a formulação de um pensamento geográfico nacional faz parte da tomada de conhecimento da existência de um Brasil autêntico, individualizado, que se formulou nos anos 20 e que se concretizou com a Revolução de 30, revolução que foi o grande marco da história brasileira, diante dos problemas que afligiam o Brasil Estado e o Brasil Nação.

Mesmo com as indefinições ideológicas e políticas que se sucederam, ela abriu o país para uma tomada de consciência do seu conhecimento, possibilitou, ao lado das transformações políticas, uma reformulação do pensamento nacional, além de ter implantado um sistema universitário. Foi consequência da Revolução e das lutas que se seguiram à tomada do poder pelos auto-intitulados revolucionários, que se propiciou a implantação da Escola de Sociologia e Política, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, onde o ensino superior deixou de ser encarado como um meio de formação de profissionais liberais e, sem perder esta função, deu margem à procura da reflexão científica desinteressada e à procura do conhecimento da realidade brasileira.

Nascido na segunda década do século XX, no Rio de Janeiro, descendente de imigrantes espanhóis, ele assistiu, como adolescente,

aos acontecimentos revolucionários que derrubaram a Primeira República, viveu a inquietação dos jovens de seu tempo, marcado, naturalmente, pela influência familiar, pela convivência com outros jovens e pela inquietação em que o país vivia.

A sua primeira opção profissional, a de ser oficial da marinha, foi brutalmente interrompida com o seu desligamento da Escola Naval, por razões ideológicas; frustrada essa primeira tentativa, tornou-se aluno da Universidade do Distrito Federal, idealizada por Anísio Teixeira durante a administração progressista de Pedro Ernesto, optando por fazer um curso de Geografia em uma época em que não existia, praticamente, a profissão de geógrafo. O estudo de geografia se encontrava numa fase de renovação, quando, com a vinda de professores estrangeiros para o Rio de Janeiro e São Paulo, os geógrafos, em formação, se libertaram da concepção de que a geografia era uma ciência de memorização, sem maiores preocupações com as relações entre o homem e o meio, entre a sociedade e a natureza.

O momento histórico propiciava reflexões e formulações científicas; foi na década de 30 que surgiram os livros fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira e da identidade nacional, como *Casa Grande & Senzala e Sobrados e Mocambos* de Gilberto Freire, *Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Livros que apresentavam formulações diferentes, conforme a ideologia e a formação científica dos autores, mas escritos por pessoas ligadas à velha sociedade patriarcal, quer pelas origens familiares, quer pela formação cultural e profissional. Oriundo de classe média urbana, Orlando Valverde vivia a inquietação daqueles jovens que recusavam a tutela das elites, que acreditavam no "tenentismo", que certamente vibravam com as descrições dos feitos de 1922, de 1924 e da Coluna Prestes e que procuravam um caminho que fosse, ao mesmo tempo, do cidadão e do profissional. Geração que buscava os mesmos objetivos, embora enveredando por caminhos opostos, ou o da libertação nacional, por meio da Aliança Nacional Libertadora, identificando os interesses do povo com os do país, ou da ideologia da construção de um Estado forte e unido, participando do movimento de Ação Integralista Brasileira. Passadas décadas, observa-se que uma e outra opções eram utópicas, alienadas, que procuravam adaptar fatos e acontecimentos de outros povos e uma realidade bem diversa.

No campo do pensamento geográfico, eram deixadas de lado as formulações dos grandes ensaístas, como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Alberto Torres e outros, para assimilar conhecimentos geográficos mais ortodoxos, já divulgados no Brasil por Delgado de Carvalho e consolidados com a presença de especialistas europeus como, entre outros, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Francis Ruellan e Leo Waibel, este último o grande mestre de Orlando Valverde.

A sua grande oportunidade para fazer uma geografia em moldes científicos foi a criação, em 1939, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que visava fins político-administrativos mas percorria caminhos científicos. Ao criá-lo, Getúlio Vargas, vitorioso no golpe de 10 de novembro de 1937, procurava destruir a federação brasileira, unificando a administração tradicional, estadualizada pela República de 89, e fazia uma concentração de poder em nível nacional. Para isso, o IBGE tinha tarefas a cumprir, ou seja, planejar uma revisão territorial e administrativa do Brasil, idéia defendida pelos geopolíticos ratzelianos dos anos 20, como Everardo Beckhauser e Teixeira de Freitas; organizar o censo de 1940, que deveria ter mais credibilidade do que o de 1920, muito criticado; organizar, em nível nacional, o sistema de estatística; elaborar a Carta do Brasil ao milionésimo e desenvolver estudos sobre o país, predispondo-o a grandes transformações.

O IBGE cumpriu com eficiência os seus objetivos explícitos ou implícitos e, para realizá-los, tornou-se verdadeira fonte de formação de geógrafos. Valverde foi um dos jovens a entrar para os quadros do novo Instituto, trabalhando com Teixeira de Freitas, autor de uma proposta para a redivisão territorial do Brasil¹, com Cristóvão Leite de Castro, que durante anos dirigiu o Conselho Nacional de Geografia, e com Fábio de Macedo Soares Guimarães, que realizou o trabalho de proposta de divisão do Brasil em grandes regiões naturais², oficializada pelo Governo Federal. Como técnico do IBGE, ele teve oportunidade de fazer curso de pós-graduação nos Estados Unidos e de trabalhar com o grande mestre alemão Leo Waibel, que passou cinco anos no Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial.

¹ Freitas, Teixeira (1941) A revisão política da Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, n.º 3. Rio de Janeiro.

² Guimarães, Fábio de Macedo Soares (1941) Divisão regional da Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, n.º 2. Rio de Janeiro.

A geração a que Orlando Valverde pertencia, formada no período ditatorial do Estado Novo, procurava, em sua maioria, evitar tomadas de posições que desagradassem o sistema de poder e desenvolver uma geografia despolitizada. Admitiam que o geógrafo não devia encarar a realidade provido de um referencial filosófico e ideológico, mas com a mente liberta de qualquer concepção. A partir da visão da realidade, então, o geógrafo passaria a descrevê-la e a procurar a inter-relação entre as formas e as origens. Muitas vezes ficavam apenas na descrição. Atribuía esta posição à influência da Escola Geográfica Francesa cujo expoente máximo era Vidal de la Blache. Esqueciam até que Pierre Monbeig, o mestre de quase todos, tinha recebido influência também de Élisée Reclus e tinha preocupações políticas e econômicas expressas até em artigos sobre a geografia do capital¹, e que o próprio La Blache teve posições políticas fortemente defendidas quando se questionou, durante a Primeira Guerra Mundial, a legitimidade dos direitos da França à Alsácia e à Lorena.

Analisando-se a produção científica dos anos 40 e 50, vê-se que, apesar das restrições metodológicas, a contribuição da geração de geógrafos foi das mais importantes para o conhecimento da realidade brasileira, apresentando-se como principais centros desse conhecimento geográfico a Universidade de São Paulo, com os boletins específicos de sua Faculdade de Filosofia, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com a *Revista Brasileira de Geografia* e com o *Boletim Geográfico*. Montavam-se, assim, as estruturas para a consolidação do conhecimento do território e das aspirações nacionais. A Associação dos Geógrafos Brasileiros, com suas assembléias anuais, também realizava estudos de campo e contribuía para o conhecimento do país e dos seus problemas.

Orlando Valverde é, inegavelmente, um dos maiores representantes desta geração, apresentando uma rigorosa formação científica, mas tendo divergências com a maioria dos colegas por seu comprometimento com o social. Consolidando a sua formação com a convivência com Leo Waibel, seu grande mestre, ele trabalhou na Região Sul, sobretudo com a área de colonização alemã. A fascinação pela cultura do mestre alemão ou, talvez, o chamamento da sua origem européia, levou-o a encarar com carinho e rigor o problema da colonização, daí

¹ Monbeig, Pierre (1966) Les capitaux et la géographie, in *Géographie Générale*. Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard.

ter escrito vários trabalhos sobre o tema, dentre os quais o mais famoso foi o livro-guia para excursão à Região Sul do Brasil, onde abordava a questão colonial mas sem isolá-la do conjunto geo-social. A rigorosa formação científica levou-o a preocupar-se com os aspectos físicos e a estabelecer correlações entre a sociedade e a natureza, dentro do princípio da totalidade. Nesse livro analisa as estruturas físicas, com o processo histórico de ocupação do território e da produção do espaço, para complementá-lo com a visão regional das várias porções da região meridional¹. Foi o seu primeiro grande livro que o consagrou como um especialista da região meridional e como autoridade em colonização.

As oportunidades profissionais e os impulsos ideológicos o levaram a uma preocupação com as regiões brasileiras menos desenvolvidas, caracterizadas ora pelo superpovoamento, como o Nordeste, ora pelo vazio demográfico, como a Amazônia. Ao estudar estas regiões, ele se revelou o geógrafo-cidadão, o homem que procura conhecer e analisar para servir à comunidade.

Voltado para o estudo das regiões menos desenvolvidas, Orlando centrou a sua obra em três fases que se sucederam cronologicamente, se interpenetraram e se complementaram; fases profundamente ligadas a problemas específicos, como o da propriedade da terra e o da exploração do meio rural, o da abertura de grandes rodovias que facilitaram a penetração do capital e a destruição das populações autóctones e dos recursos naturais e o da defesa da Amazônia quer do ponto de vista político quer do ecológico.

A cada fase corresponde uma série de artigos e livros que serão analisados em seguida.

O latifúndio e a exploração do trabalhador rural

O problema do latifúndio e da exploração do trabalhador rural preocupou a Valverde desde o início de sua carreira de geógrafo, quando desenvolveu pesquisas de campo no Sul do Brasil, na área de colonização, onde analisou e debateu problemas dos colonos que, colocados em um meio hostil e sem assistência do Governo, caminharam para o processo de "cabocização", de assimilação dos processos

¹ Valverde, Orlando (1957) *Planalto meridional do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.

de uso da terra, que norteavam as atividades dos caboclos. Mas, se a situação do colono no Sul do Brasil o chocou, choque bem maior ele teve ao trabalhar na Região Nordeste, onde os processos oriundos do período escravista permaneciam com um discurso libertador. É interessante que se leia alguns dos seus artigos mais marcantes sobre a geografia agrária do Nordeste para que se compreenda o seu pensamento e a sua ação política, como cidadão.

De fundamental importância também é o estudo que ele fez sobre a economia extrativista do babaçu no Maranhão, nos anos 50, quando o estado enfrentava crescimento demográfico acentuado, em virtude da construção de rodovias que aproximavam o litoral dos principais centros urbanos do Sertão; era uma fase de aceleração, nas grandes fazendas, do processo extrativista do babaçu, coexistindo com a agricultura de subsistência, e de forte controle do proprietário da terra — nem sempre com títulos legais — sobre os moradores submetidos a uma economia de troca. O caboclo, que vivia em choças de folhas de palmeiras, trocava os cocos que apanhava por produtos que consumia e não podia produzir, como o sal, as vestimentas, a pólvora e, eventualmente, o charque. O proprietário tinha sobre ele um controle total e não só o explorava com a exigência de prestação de serviços gratuitos, como também desvalorizava o produto que o caboclo vendia e valorizava o que este comprava. Essa dominação econômica era acompanhada pela dominação política, como o controle de voto e a arregimentação de jagunços, e pela social, de vez que a pobreza levava os moradores e a sua família à migração forçada, obrigados que eram a abandonar seus “sítios” e lavouras.

Orlando Valverde, como geógrafo, fez o estudo, em profundidade, do processo de produção do espaço e da formação geo-social, denunciando a situação desumana em que viviam esses trabalhadores¹.

Para confrontar as características desse tipo de exploração do homem pelo homem, ele, em outros estudos marcantes, aborda o problema do uso da terra na Paraíba e em Pernambuco, áreas de domínio da agroindústria canavieira. Trata-se de uma área ocupada desde o século XVI, tendo sido essa exploração econômica o agente propulsor da ocupação da terra. Aí, nos anos 50, a situação era bem diversa da do Maranhão, uma vez que a propriedade da terra já estava

¹ Valverde, Orlando (1957) A geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIX, n.º 4, out.-dez., p. 381-420. Rio de Janeiro.

bem-definida e delimitada e as classes sociais bem estruturadas, havendo dificuldade enorme, praticamente um impedimento, de ascensão social no meio rural.

Ao estudar essas duas áreas — Leste da Paraíba e Mata Seca de Pernambuco — ele procurou caracterizar o meio geográfico e analisar o processo de ocupação da terra. Em alguns ensaios¹, mostra como uma elite, apoiada pelo poder público, desenvolveu uma sociedade e um sistema de exploração escravista da terra, importando força de trabalho africano, e como, mesmo após a Abolição, esta força de trabalho não foi integrada à sociedade, participando dela apenas como mão-de-obra barata. Mostra ainda a cana-de-açúcar, como cultura dominante, expandindo-se como a monocultura e eliminando outras lavouras que com ela podiam concorrer, destruindo a floresta e causando impactos ecológicos de difícil recuperação.

O geógrafo, em sua sensibilidade para o social e para a tomada de posições políticas, tinha certo engajamento que o diferenciava de muitos da sua geração que procuravam ficar neutros ou defender uma posição ambígua, em nome da “geograficidade”, expressão que era usada para se manterem desligados dos problemas sociais e políticos, como se estes não tivessem grande participação na produção do espaço e na caracterização da paisagem.

Se, nesses artigos, Orlando Valverde analisou uma sociedade em transformação, passando de uma economia extrativista para uma economia comercial, em outros analisou a economia açucareira, tradicionalmente voltada para o mercado externo.

Ao estudar o Rio Grande do Norte, ele analisou a região de Touros onde empresas transnacionais desenvolviam intenso e caro programa de expansão da produção da agave, com características capitalistas mais avançadas, mostrando como em qualquer destas formas de exploração a situação do trabalhador rural era das mais precárias e a natureza completamente desprezada e dilapidada; como a monocultura moderna provoca impacto mais destruidor sobre o meio natural do que a tradicional, de vez que utiliza mais capitais e técnicas que maximizam a exploração. Ao refletir sobre o problema chegamos a pensar que, para realizar os objetivos com o máximo de lucros e em

¹ Valverde, Orlando (1955) O uso da terra no Leste da Paraíba. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVII, n.º 1. Rio de Janeiro; e O Nordeste da Mata Pernambucana: a região de Timbaúba. *Boletim Carioca de Geografia*, ano XII, n.º 1 e 2. Rio de Janeiro.

menor tempo, o empresário raciocina nos termos do “depois de mim o dilúvio”. Felizmente, na década de 50 ainda não se justificava a ação devastadora como uma forma de modernidade e de evolução do país do Terceiro para o Primeiro Mundo.

A abertura das grandes rodovias e a aceleração da penetração do capital na Amazônia

Orlando Valverde, a partir dos anos 60, preocupou-se com a penetração da Amazônia, a partir do Sul e do Leste, com a construção das grandes rodovias. Durante séculos a região se mantivera aberta para o mundo apenas através de sua rede fluvial, sendo Belém a sua porta de entrada. Com a construção de Brasília e o sonho de integração geopolítica do Brasil, que servia de base ao pensamento e à ação de Juscelino Kubitschek, idealizou-se a construção de estradas que ligassem a nova capital aos vários pontos do território nacional; daí, o projeto de construção das rodovias Belém—Brasília e Brasília—Rio Branco.

Ao estudar a primeira rodovia, visando fornecer dados para racionalizar o processo de ocupação da área por ela servida, Orlando Valverde realizou uma pesquisa em colaboração com a geógrafa paraense Catharina Vergolino Dias¹, que analisa a ocupação da área, dividindo-a em regiões que se sucedem de norte para o sul. Estas regiões são agrupadas em seções, como a norte, compreendendo desde a região Bragantina até o Sertão do Tocantins, onde se observa a coexistência de uma área de povoamento consolidado, em contraste com outra conturbada por um processo de povoamento realizado sem planejamento e sem controle social; uma seção central, basicamente formada pelos vales do Tocantins e do Araguaia e povoada em virtude das áreas ribeirinhas destes cursos d'água e onde a nova rodovia alterava as direções e possibilitava o surgimento de novas cidades e, finalmente, a seção meridional, ocupada durante o Estado Novo por causa de uma política de colonização — o Mato Grosso de Goiás — e as áreas de cerrado, próximas a Brasília e a Goiânia. Aborda cada área dentro dos princípios da geografia clássica regional mas não se limita, como a maioria dos clássicos, a descrever e a explicar as paisagens, mas a levantar os problemas sociais e as mudanças trazidas a essas áreas subpovoadas, com a expansão da cultura do arroz, a melhoria das

condições da pecuária e o desenvolvimento do comércio. Modificações que a tornariam uma das mais litigiosas do país, onde fazendeiros e posseiros disputavam as terras à bala, onde agricultores, posseiros e indígenas eram mortos e desapropriados e onde o desflorestamento se faz de forma bastante intensa. Tais transformações permitiram, em 1988, a criação do Estado do Tocantins, velha aspiração da população local, e que já era defendida desde o período imperial.

Depois de analisar a rodovia Belém—Brasília, cuja construção foi muito combatida por uns e defendida por outros, a ponto de Carlos Lacerda tê-la chamado de “estrada das onças”, Orlando Valverde voltaria ao tema, estudando a Transamazônica, a rodovia que os governos militares imaginaram como integradora do nordeste amazônico, visando certamente estimular a migração de trabalhadores nordestinos para as áreas em que se localizariam empresas de grandes grupos nacionais e transnacionais. Ela facilitaria também o acesso às áreas ricas em minérios, estimulando a sua pesquisa e exploração. Só não pensaram, os governantes autoritários, no problema da devastação da floresta, de solos pobres e por ela protegidos, e na desapropriação e exterminação das nações indígenas.

Valverde já se conscientizara da necessidade de preservação da Amazônia, não como santuário mas como área a ser explorada, respeitando as condições naturais e humanas dentro de um planejamento que atenuasse a ação capitalista desenfreada. Vinha lutando contra o projeto do Instituto Hudson, simpático a certas áreas governamentais, de construção de uma série de lagos ligando o Amazonas ao Prata, facilitando a exploração dos recursos naturais; colocava-se contra projetos, como o Jari, concedido a milionário americano, que devastou a floresta tentando substituir matas heterogêneas por homogêneas e explorando de forma desumana os trabalhadores.

Em seus estudos, feitos em virtude de um convênio entre o IBGE e o Incra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), ele contou com a colaboração de uma equipe bem qualificada que analisou sobretudo o sudoeste amazônico e as regiões centralizadas pelos estados de Rondônia e Acre. O livro elaborado pela equipe¹ ainda é influenciado pelo modelo clássico, preocupações iniciais com os problemas físico-naturais e com o processo de povoamento, mas, após se deter na análise dos

¹ (1967) *A rodovia Belém—Brasília*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE.

¹ Valverde, Orlando et al (1979) *A organização do espaço na faixa da Transamazônica*. 2 vols. Rio de Janeiro: Incra.

projetos de colonização em que o Incra procurava desenvolver, projetos de agricultura comercial, sobretudo do cacau e do café, aborda temas fundamentais como o da exploração da cassiterita, do setor madeireiro, do crescimento urbano dos núcleos situados nas proximidades da rodovia — Ji-Paraná, Ariquemes etc. — e da decadência das mais distantes dela — Guajará-Mirim —, além do problema indígena, com a desintegração das nações que ocupavam a área e viviam praticamente afastadas do contato com os povoadores. Neste trabalho aborda ainda a questão fundiária e as relações entre o campo e a cidade, com sólida análise do problema da colonização. Aí, não só Orlando, mas toda a equipe, demonstra grande avanço sobre as concepções dominantes, dando contribuição de valor inestimável ao problema ecológico e social. Trata-se de uma geografia comprometida com a nacionalidade e com suas concepções por ações políticas e não com preocupação descritiva e falsamente neutra.

A questão da Amazônia

Nos fins dos anos 70 e nos anos 80, observa-se que Orlando Valverde integra mais ainda a sua convicção de cidadão com a sua atuação de geógrafo. Ele assume um grande compromisso com a Amazônia e passa a ser militante de uma política de defesa dela. Os vários números da revista *Amazônia em Foco* confirmam nossa afirmativa.

No momento atual, existem três posições diante da Amazônia: a dos que desejam intensificar a exploração da região sem nenhuma preocupação ecológica, a que deseja promover a exploração, obedecendo a critérios conservacionistas e a que pretende preservar a Amazônia como santuário, de forma intocável.

O primeiro grupo é formado sobretudo por empresários que desejam maximizar lucros, explorando os recursos florestais, a caça e a pesca, sem preocupação com a capacidade da floresta em se reconstituir e com a destruição dos solos agrícolas pobres e em grande parte alimentados pelo desfolhamento vegetal. Reclamam contra o fato de as tribos indígenas disporem de grandes áreas para manter o seu sistema de vida, mas não condenam a formação dos grandes latifúndios das empresas e dos “coronéis de barranco”. Para eles a ecologia é uma praga que deve ser eliminada, argumentando, ainda, que os problemas da Amazônia devem ser discutidos apenas pelos “amazônidas”, considerando uma intromissão indébita a preocupação, por brasileiros e por

estrangeiros, com a preservação da região. Uma das afirmativas é também de que eles têm direito de poluir a Amazônia da mesma forma que os povos do Primeiro Mundo poluíram as regiões que habitam.

Contra esta posição radical, se opõem os estudiosos e políticos que, não estando ligados a interesses econômicos mais urgentes, se preocupam em preservar o patrimônio amazônico, vegetal, animal, pedológico e humano, propondo a realização de estudos e pesquisas que permitam a apropriação dos conhecimentos indígenas de uso do solo e o desenvolvimento de uma agricultura racional e ecológica. Consideram que há um patrimônio a ser explorado, mas não dilapidado.

A terceira posição é radical e não tem condições de ser sustentada, de vez que não se pode preservar como santuário uma região que compreende mais de cinco milhões de quilômetros quadrados.

Valverde vem estudando sistematicamente a Amazônia e publicando artigos e livros a respeito da problemática da região, desenvolvendo preocupações tanto com os setores de extrativismo e mineração, como com os agrícolas e de comércio, observando a fundo os problemas rurais e urbanos. Publicou um trabalho significativo¹, com apresentação de Nelson Werneck Sodré, historiador e sociólogo com grandes compromissos com o futuro do país, sobre a exploração madeireira, onde aborda os riscos causados à Amazônia pela exploração desenfreada.

O ponto máximo de sua posição perante a política amazônica dos governos brasileiros é a defesa, não só política, contra a apropriação dos recursos amazônicos pelos grandes grupos econômicos internacionais, como ecológico, de defesa do meio ambiente regional, no seu livro sobre o Projeto Carajás², onde analisa este projeto polêmico. Ele demonstra como uma área de grande extensão territorial foi colocada em um projeto que visa a exploração total da região em benefício de uma minoria; demonstra como o minério a ser exportado é vendido por um preço inferior ao custo de produção, levando-se em conta o valor dos investimentos feitos para a montagem da exploração, como ele permitirá a exploração dos mais diversos recursos minerais, como o ouro, o ferro, a bauxita, a cassiterita, o carvão etc., que terão as obras

¹ Valverde, Orlando & Freitas, Tácito Lívio Reis de (1980) *O problema florestal da Amazônia brasileira*. Petrópolis: Vozes.

² Valverde, Orlando (1989) *Grande Carajás. Planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

de infra-estrutura construídas pelo poder público e em benefício de empresas, como será estimulada a exploração madeireira, sem os cuidados necessários à preservação do meio ambiente e, finalmente, as alterações que serão feitas no rio Tocantins com a construção da represa de Tucuruí, visando a produção de energia elétrica.

Todos os sacrifícios feitos na região não contemplam os seus habitantes nem ao país, e que a área será degradada e poluída em virtude de interesses exógenos e de uma minoria.

Neste livro Orlando Valverde se apresenta de corpo inteiro, demonstrando o alto nível de informações de que dispõe, a capacidade de uso dessas informações e os seus compromissos com o futuro da Amazônia e do Brasil. Nele se coloca, ao mesmo tempo, como cientista, geógrafo e como cidadão, militando a causa social e ecológica e dando aos que o lêem um comprovante de toda uma vida de luta e de destemor diante dos poderosos e dos aproveitadores. É a lição dada pelos que tornam o conhecimento científico uma arma na luta contra a destruição do homem e da natureza. Ele faz, aí, uma geografia combatente, militante, porque comprometida com a solução dos problemas do país e da qualidade de vida de sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano (1930) *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Briguiet.
- ABREU, Sebastião de Barros (1985) *Trombas. A guerrilha de José Profírio*. Brasília.
- ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin (1985) *Memória sobre o estabelecimento de uma companhia de colonização nesta província*. Apresentação de Valdir Freitas Oliveira. Salvador: Centro de Estudos Baianos.
- ALIPRANDI, Ermenegildo & MARTINI, Virgílio (1932) *Gli italiani nel nord del Brasile*. Pará: Livraria Gillet.
- ALVARENGA, Octávio Mello (1974) *Direito agrário*. Rio de Janeiro: Instituto dos Advogados do Brasil.
- ANDRADE, Manuel Correia de (1962) *A economia pernambucana no século XVI*. Recife: Arquivo Público Estadual.
- (1965) *A guerra dos cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista.
- (1968) *L'élevage dans le Nord Est de Brésil*. Bordeaux. *Les Cahiers d'Outre Mer*. 21(84):56-7, oct./déc.
- (1976) *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- (1982) *Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas*. Recife: Sudene.
- (1986) *A terra e o homem no Nordeste*. 5.ª edição. São Paulo: Atlas.
- (1987) *Geografia econômica do Nordeste*. 4.ª edição. São Paulo: Atlas.
- (s.d.) *Nordeste. Alternativas agrícolas*. Campinas: Papirus.
- (1988a) *A Revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- (1988b) *João Alfredo. O estadista da Abolição*. Recife: Massangana.
- (1989) *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática.
- (1991) *A cassiterita nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil*. Brasília-Rio de Janeiro: CNPq-Cetem.
- (1992) *A Itália no Nordeste. Contribuição italiana ao Nordeste do Brasil*. Recife: Massangana.
- (1994) *Territorialidades, desterritorialidades e novas territorialidades: os limites do poder nacional e local*, in Santos, Milton et al. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur.

- ANTONIL, André João (s.d.) *Cultura e opulência do Brasil em suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos.
- AZEVEDO, João Lúcio de (1947) *Épocas de Portugal econômico*. Lisboa: Clássica.
- BECKER, Bertha (1982) *Geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BENCHIMOL, Samuel (1977) *Amazônia. Um pouco-antes, além-depois*. Manaus: Editora Umberto Calderaro.
- BRUNET, Roger et al (1992) *Les mots de la Géographie. Dictionnaire critique*. Paris: Reclus-La Documentation Française, 1992.
- CABRAL, Osvaldo (1950) *Os açorianos*. Florianópolis: Imprensa Oficial.
- CALMON, Pedro (s.d.) *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CAMPOS, Silva (1981) *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- CARDIM, Fernão (1939) *Tratado da terra e da gente do Brasil*. 2.ª edição. São Paulo: Nacional.
- CARNEIRO, Edson (1958) *O Quilombo dos Palmares*. 2.ª edição. São Paulo: Nacional.
- CASTRO, Josué de (1946) *Geografia da fome. A fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.
- (1951) *Geopolítica da fome*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- CORREIA FILHO, Virgílio (1956) *Pantanaís mato-grossenses*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- COSTA, Emília Viotti (1966) *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel.
- DIÊGUES JÚNIOR, Manuel (1959) *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação.
- (1959) *População e propriedade da terra no Brasil*. Washington DC: União Panamericana.
- DOLFUS, O. (1990) *Le système-monde*. Livro 2, vol. I, "Mondes nouveaux", de Géographie Universelle. Paris: Reclus-Hachette, dirigida por R. Brunet.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo (1950) O ciclo do luar. *Revista de História*, ano I, n.º 1, p. 73/83, jan.-mar. São Paulo.
- FLORES, Moacyr (1986) *Colonialismo e missões jesuíticas*. 2.ª edição. Porto Alegre: EST-Instituto de Cultura Hispânica do RS.
- FRANÇA, Ary (1960) *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- FREITAS, Décio (1976) *Insurreições negras*. Porto Alegre: Movimento.
- FREITAS, Teixeira de (1941) A redivisão política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, n.º 3. Rio de Janeiro.
- FREYRE, Gilberto (1943) *Continente e ilha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- (1943) *Casa grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 4.ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FURTADO, Celso (1986) *Formação econômica do Brasil*. 21.ª edição. São Paulo: Nacional.
- GIRÃO, Raimundo (1947) *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará.

- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares (1941) Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, n.º 2. Rio de Janeiro.
- HOLANDA, Sérgio Buarque et al (1962) *O Brasil Monárquico I. O processo de emancipação*. São Paulo: Difel.
- JULIÃO, Francisco (1963) *Que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LARANJEIRA, Raymundo (1975) *Propedêutica do direito agrário*. São Paulo: LTR.
- LOPEZ, Antônio (1957) *Alcântara. Subsídios para a história de uma cidade*. Rio de Janeiro: MEC.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa (1946) *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Nacional.
- LIMA, Oliveira (1895) *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*. Leipzig: F. A. Broekhaus.
- LIMA, Ruy Cisne (1991) *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo.
- LINHARES, Maria Yedda Leite (1979) *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri.
- MARCHANT, Alexander (1943) *Do escambo à escravidão. As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil. 1530-1580*. São Paulo: Nacional.
- MARQUES, Cezar Augusto (1878) *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.
- MARTINS, José de Souza (1981) *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de (1947) *Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- (1954) Nota acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, 333-138. Recife.
- MONBEIG, Pierre (1966) Les capitaux et la géographie, in *Géographie générale*. Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard.
- NABUCO, Joaquim (1992) *Campanha abolicionista no Recife. Eleições de 1884: Introdução de Manuel Correia de Andrade*. Brasília-Rio de Janeiro: Senado Federal-Casa de Rui Barbosa.
- NOVAIS, Fernando (1979) *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec.
- PERROUX, François (1960) *La coexistencia pacífica*. Fondo de Cultura Económica. México-Buenos Aires.
- PINHO, Wanderley (1946) *História de um engenho do Recôncavo*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde.
- PINTO, Lúcio Flávio (1986) *Jari. Toda a verdade sobre o Projeto Ludwig. As relações entre Estado e multinacional na Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1943) *Formação do Brasil contemporâneo. A colônia*. São Paulo: Martins.
- (1960) *História econômica do Brasil*. 4.ª edição. São Paulo: Brasiliense.

- PORTO, Costa (1963) *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1973) *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes.
- RECLUS, Élisée (1905) *L'homme et la terre*. 6 vols. Paris.
- REIS, Artur Cezar Ferreira (1953) *O seringueiro e o seringal*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola.
- REMÉDIOS, José Mendes dos (1911) *Os judeus portugueses de Amsterdam*. Coimbra: E. I. França Amado.
- RICARDO, Cassiano (1944) *A marcha para o oeste. A influência da "bandeira" na formação política e social do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- RUY, Afonso (1949) *História política e administrativa da cidade de Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina.
- SAINT-ADOLPHE, J. C. E. Milliet de (1845) *Diccionario geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. 2 vols. Paris: J. P. Aillaud.
- SANTOS, Roberto (1980) *História econômica da Amazônia. 1800-1920*. São Paulo: TAQ.
- SILVA, José Graziano da (1982) *Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SETTE, Mário (1981) *Maxambombas e maracatus*. Recife: Fundação de Cultura.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1941) *Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastorel*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SOUZA, Marco Antônio de (s.d.) *Memória sobre a Capitania de Sergipe (ano 1805)*. s.l.
- STEIN, Stanley (s.d.) *Grandeza e decadência do café*. São Paulo: Brasiliense.
- TAVARES, F. Mumiz (1917) *Revolução pernambucana de 1817*. Recife: Imprensa Industrial.
- TENÓRIO, Igor (s.d.) *Manual de direito agrário brasileiro*. São Paulo: Resenha.
- TRINDADE, Hélgio (1974) *Integralismo: o fascismo brasileiro a década de 30*. São Paulo: Difel.
- TOLLENARE, L. F. (1958) *Notas dominicais*. Salvador: Progresso.
- VALVERDE, Orlando (1955) O uso da terra no leste da Paraíba. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XII, n.º 1. Rio de Janeiro.
- (1957) O planalto meridional do Brasil. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- (1957) A geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIX, n.º 4, p. 331-420. Rio de Janeiro.
- (1960) O Nordeste da mata pernambucana: a região de Timbaúba. *Boletim Carioca de Geografia*, ano XII, n.º 1 e 2. Rio de Janeiro.
- (1967) *A rodovia Belém—Brasília*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE.
- (1971) Dos grandes lagos sul-americanos aos grandes eixos rodoviários. *A Amazônia Brasileira em Foco*, 5:18-33. Rio de Janeiro.
- (1989) *Carajás. Planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- VALVERDE, Orlando et al (1979) *A organização do espaço na faixa da Transamazônica*. 2 vols. Rio de Janeiro: Incra.

- VALVERDE, Orlando & FREITAS, Tito Lívio (1980) *O problema florestal na Amazônia brasileira*. Petrópolis: Vozes.
- VIANNA, Hélio (1961) *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos.
- VESENTINI, Paulo G. F. (org.) (1993) *A nova (de)sordem internacional nos anos 80 e 90*. Petrópolis: Vozes.
- WAIBEL, Leo (1958) *Geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- WILLEMS, Emílio (1942) *A aculturação de alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional.

Impressão e Acabamento:
Gráfica e Editora Alaúde Ltda.
R. Santo Irineu, 170 - SP - Fone: (11) 5575-4378